

# **Cadernos IHU em formação**

**O trabalho no capitalismo contemporâneo**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos – IHU**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

**Cadernos IHU em formação**

Ano 4 – Nº 30 – 2008

ISSN 1807-7862

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

*Responsável técnico*

Laurício Neumann

*Revisão*

André Dick

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Projeto gráfico e editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)**

## Sumário

Introdução .....	5
Depoimentos .....	8
A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida” <i>Entrevistas com Yann Moulier-Boutang</i> .....	12
“É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo” <i>Entrevistas com Carlo Vercellone</i> .....	20
“Já saímos da sociedade salarial” <i>Entrevista com Giuseppe Cocco</i> .....	29
“O que mudou foi a divisão do trabalho” <i>Entrevista com Ursula Huws</i> .....	35
“Há uma transformação, que veio para ficar, no mundo do trabalho” <i>Entrevista com Marcio Pochmann</i> .....	39
O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira <i>Entrevista com Otavio Valentim Balsadi</i> .....	43
“Os cortadores são pessoas estropiadas” <i>Entrevistas com Maria Aparecida de Moraes Silva</i> .....	46
O trabalho nas metrópoles <i>Entrevista com Agostino Petrillo</i> .....	51
A metamorfose da subjetividade operária <i>Entrevista com César Sanson</i> .....	57
O paradoxo no mundo do trabalho <i>Entrevistas com José Roberto Novaes</i> .....	62
A antropofagia do mercado de trabalho <i>Entrevista com Claudio Salvadori Dedecca</i> .....	72

Assalariamento indígena não é solução <i>Entrevista com Antonio Brand</i> .....	75
O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema <i>Entrevistas com Robert Kurz</i> .....	77
A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil <i>Entrevista com Ladislau Dowbor</i> .....	91
O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso <i>Entrevista com Paolo Virno</i> .....	97
Wikipédia para uma sociedade livre e aberta <i>Entrevista com Jimmy Wales</i> .....	103
“O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife” <i>Entrevista com Eduardo Batalha Viveiros de Castro</i> .....	106
A lógica diferenciada de se relacionar com o conhecimento <i>Entrevista com Carla Schwingel</i> .....	109

## Introdução

Iniciamos este número 30 dos **Cadernos IHU em formação**, sob o título *O trabalho no capitalismo contemporâneo*, com vários depoimentos de cortadores de cana do interior paulista, que contam as dificuldades da sua jornada de trabalho, as exigências de produtividade e o ambiente de semi-escravidão a que se submetem. Esta realidade de trabalho é comentada e analisada por Maria Aparecida de Moraes, pesquisadora e professora da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), ao afirmar que, “no Brasil, o moderno se concilia com o lado perverso do arcaico, numa mistura diabólica, que garante ainda mais o poder e a riqueza dos poderosos”. Ela constata que “este é o quadro ‘normal’ neste país”.

José Roberto Novaes, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constatou que, “há quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho. Ou seja, para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem de cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora das condições de trabalho. É um paradoxo”. Por isso, “a vida útil de um cortador de cana é de no máximo 15 anos, enquanto a do escravo no Brasil era de 10 anos”, conclui Maria Aparecida de Moraes, pesquisadora da UNESP.

César Sanson, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), analisa a dualidade presente na sociedade do trabalho que coloca um cortador de cana em “condições avil-

tantes e degradantes de trabalho, ao lado de um trabalhador que pilota a sofisticada colheitadeira com altíssima tecnologia de bordo”. No mesmo espaço geográfico, o trabalho humano assume, ao mesmo tempo, características do século XIX e do século XXI, avalia César.

Otávio Valentim Balsadi, engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa, denuncia “a grande discrepância na qualidade do emprego entre empregados permanentes e os temporários”. Ele defende uma atenção especial “às condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, para reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas”.

Agostino Petrillo, pesquisador da Universidade Politécnica de Milão, Itália, busca compreender a essência e as contradições das metrópoles contemporâneas, nas quais o sistema de produção fabril do século XIX produziu, como consequência, a dispersão e a fragmentação das formas de trabalho, gerando processos de exploração e exclusão, de renda e lucro. Isso possibilitou nas metrópoles a “exposição universal” das formas de trabalho. “Não só do trabalho moderno: assalariado e independente, nele reafioram formas arcaicas: trabalho clandestino, forçado, gratuito, escravista”, afirma o pesquisador. Estas formas arcaicas de trabalho, na constatação de Petrillo, “convivem com as ‘superiores’ e sofisticadas, com o trabalho sempre mais refinado e abstrato das novas elites ligadas ao conhecimento e às tecnologias”.

Marcio Pochmann, economista, professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Unicamp), debate as mudanças no mundo do trabalho, afirmando não acreditar que o Brasil esteja ingressando no capitalismo cognitivo. O economista prefere acreditar que o Brasil esteja

“saindo do capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial”, considerando que hoje o país tem uma concentração maior de postos de trabalho no chamado setor terciário, isto é, de serviços. Ele defende também leis mais heterogêneas que contemplem as relações de trabalho.

Yann Moulier-Boutang, economista francês e redator-chefe da revista *Multitudes*, reflete sobre a novidade do capitalismo atual que ele chama de “bioprodução” e “biopoder”. Yann sustenta que o capitalismo industrial produzia mercadorias através do trabalho morto das maquinarias. Já o capitalismo atual produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida. Trata-se, portanto, de um capitalismo mais cognitivo, porque “há simultaneamente uma produção de vida e, portanto, uma bioprodução. A produção de novos conhecimentos só se pode obter na base de uma acumulação de conhecimentos que não se reduza aos meios técnicos materiais. Mas ela só pode, então, se operar com a atividade cerebral coletiva mobilizada em redes numéricas interconectadas. Tal tipo de capitalismo corresponde a um desenvolvimento da sociedade que se chamará de sociedade do conhecimento (...). Esta produção da vida pode ser chamada de bioprodução. E o poder que tem por função o controle desta bioprodução será chamado de biopoder”, prevê o economista francês. Em relação ao trabalho, as sociedades que se aproximam e adotam o capitalismo cognitivo colocam o trabalho vivo “bioprodutivo” e a consumação “viva” acima da força de trabalho.

Carlo Vercellone, economista italiano, reflete sobre as relações de saber e poder na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo. Vercellone justifica sua posição afirmando que o trabalho, como atividade cognitiva, se manifesta em toda atividade produtiva, tanto material quanto imaterial, e que o conceito de trabalho cognitivo é mais rico e preciso que o de trabalho imaterial, pois permite uma análise mais rigorosa e completa do conjunto das atividades e dos setores produtivos no capitalismo cognitivo. Ele sustenta que o conceito de trabalho cognitivo permite estabelecer uma distinção mais clara entre conhecimento e informação, como também permite compre-

ender melhor a origem, o sentido e os desafios da formação do capitalismo cognitivo.

Giuseppe Cocco, historiador social e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisa as relações de trabalho na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo. “Dizer que o trabalho se tornou imaterial significa afirmar que, no pós-fordismo, são as dimensões intersubjetivas do trabalho que determinam aquelas objetivas (da relação sujeito/objeto) típicas do processo de trabalho industrial. Isso não significa dizer que o trabalho material desapareceu, ainda menos identificar o trabalho imaterial com as meras funções ‘intelectuais’. Pelo contrário, trata-se de dar conta do fato que, como o próprio Marx antecipava, ‘o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser o resultado mais de uma combinação de atividade social que da simples atividade do produtor’. A transformação da matéria pelo trabalhador individual (inclusive quando ele continua no chão de fábrica) depende das dinâmicas imateriais: comunicativas, lingüísticas, afetivas, ou seja, as atividades da mente e da mão de um trabalhador de carne e osso!”, defende o professor.

Ursula Huws, pesquisadora e professora de Estudos do Trabalho Internacional, na Universidade Metropolitana de Londres, entra em conflito com muitos pensadores do mundo do trabalho atual que discutem a tendência do trabalho imaterial e cognitivo. Ursula defende que “o conceito de uma ‘sociedade do conhecimento’ parece quase inteiramente uma construção ideológica que serve como cortina de fumaça para esconder a realidade de que nunca houve na história do trabalho mais trabalho ‘material’ do que há precisamente agora. O consumo mundial de matérias-primas e a produção mundial de artefatos físicos nunca foram maiores e podemos ver, para onde quer que olhemos, as conseqüências disso na destruição do meio ambiente”. Na opinião da pesquisadora, o que mudou foi a divisão do trabalho. Para ela há duas tendências contraditórias no âmbito do capitalismo: “Uma é a de gerar constantemente novos produtos, o que se torna cada vez mais complexo com o desenvolvimento da tecnologia; a outra é a de constantemente simplificar o processo de pro-

dução com o objetivo de reduzir o custo do trabalho. Quando estas duas tendências interagem uma com a outra, o que vemos é uma redução dos processos em ritmos cada vez menores, envolvendo uma cadeia cada vez mais elaborada de trabalho”. Esta divisão do trabalho esclarece a pesquisadora, “não se aplica só a processos manuais, mas também a mentais. Os assim chamados ‘trabalhadores cognitivos’ são aqueles que processam unidades de informação da mesma forma como ‘os trabalhadores manuais’ são aqueles que processam unidades de matéria física. Todos esses trabalhadores, sejam ‘mentais’ ou ‘manuais’, estão intrinsecamente vinculados um ao outro pela lógica do capital, através de suas posições complementares nesta divisão do trabalho”. No entanto, reconhece a professora Ursula, “há certos aspectos do trabalho ‘mental’ que servem para camuflar esta realidade ante os próprios trabalhadores. Eles tendem a ser mais finamente educados e encaram a si mesmos como possuidores de uma classe mais elevada”.

Contribuíram também para esta edição Claudio Salvadori Dedecca, economista e professor da Universidade de Campinas (Unicamp); Antonio Brand, antropólogo, pesquisador e coordenador do Programa Kaiowá-Guarani da Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul; Robert Kurz, sociólogo, jornalista e ensaísta alemão; Ladislau Dowbor, economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Paolo Virno, filósofo e professor da Universidade de Cosenza, Calábria, Itália; Jimmy Wales, fundador da Wikipédia e diretor da Wikimedia Foundation; Eduardo Batalha Viveiros de Castro, antropólogo e professor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Carla Schwingel, doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura.

## Depoimentos

### **“Eu me surpreendi porque achei que o serviço seria mais fácil”**

Depoimento de Gilberto Santos, cortador de cana, concedido à **IHU On-Line** e publicado na edição 261, de 23 de abril de 2007.

Acostumado a trabalhar na lavoura de subsistência desde os oito anos de idade, Gilberto Santos,<sup>1</sup> 23, natural de Tinguiras, Maranhão, há dois anos vive na cidade de Guarariba, São Paulo. Segundo ele, a falta de oportunidades para os jovens no município foi decisiva para a sua partida. “Eu vim para cá em busca de um recurso financeiro para fazer alguns cursos para ver se mudo de função na vida”, conta. Gilberto diz que se surpreendeu quando chegou aos canaviais. “Achei que o serviço seria mais fácil. Mas na verdade é uma batalha difícil. É uma jornada muito grande, geralmente é de sete meses para quem faz só safra e para quem faz parada e safra dá nove meses direto.”

### **Rotina**

De segunda a sábado, Gilberto acorda às três e meia da manhã, prepara a comida que leva dentro de uma marmiteira e às 5 horas sai de casa para ir à roça. “A gente leva carne, feijão. A gente varia porque, quando vai lá pelo final da safra, você não quer mais comer quase nenhum tipo de comida, porque já come ela fria.”

O percurso até as lavouras, segundo ele, muda bastante. “Geralmente a ida para o campo

leva de 40 minutos até uma hora e vinte, depende da distância. Às vezes, chega até a duas horas de relógio. Você pega o ônibus às 5 horas, para chegar na roça quase oito horas”. Ele conta que o trajeto da cidade até os canaviais está piorando e que as condições do transporte são bastante precárias. “Tem ônibus que vai com 49 pessoas, outros com 50, 52. Às vezes, vem ônibus com a cadeira muito apertada, muito próxima uma da outra, e você vai com a perna encolhida o tempo todo. Eles pegam e vão diminuindo o espaço da poltrona e conseguem colocar duas vagas a mais. Daí a gente vai muito apertado. Não é o espaço normal que você tem direito”, revela.

Enquanto corta cana, Gilberto diz que homens supervisionam as atividades e exigem bastante dedicação dos bóias-frias. “A realidade lá no campo é dura. Às vezes, você está fazendo um serviço e aí quem comanda fala que está errado. Geralmente o trabalhador não tem valor. Você nunca é bem visto. Se o serviço está bom, ele nunca elogia. Só fala com você se o serviço está ruim.” Essa cena já se repetiu muitas vezes no cotidiano do jovem que confessa não gostar das reclamações. “Eles falam que o serviço está errado e tem que fazer de novo, se não fizer a gente tem que ficar três dias em casa.”

A renda diária nunca é fixa, depende de quanto cada um trabalha por isso “a produção varia. Tem dias que a gente ganha R\$ 20, às vezes R\$ 45, às vezes você passa um pouco mais. Mas depende de você”, afirma. No ano passado, como a produção era baixa, Gilberto diz que conseguiu levar para casa cerca de R\$ 2500,00. “Com esse dinheiro eu tirei a carteira de habilitação. Era um sonho que eu tinha e eu falei que na hora que eu

<sup>1</sup> O nome do entrevistado foi trocado para preservar sua identidade. (Nota da **IHU On-Line**)

tivesse oportunidade eu ia fazer. Esse aí eu já consegui”, conta emocionado. Quando terminar a safra da cana, ele não pretende ficar na cidade natal e já planeja o futuro. “Pretendo viajar pra outros estados, ou para São Paulo, capital. Mas não mais para o corte de cana”, garante.

Um dos maiores problemas do trabalho nos canaviais, segundo ele, é a necessidade de ter muita resistência. “Você tem que forçar muito o seu corpo”, diz. Na usina em que eles trabalham uma pessoa já morreu este ano, outras três no ano passado e muitos ficaram adoentados. “Eu mesmo, graças a Deus, não fiquei doente. Mas tem pessoas que, de tanto forçar, acabam morrendo. Às vezes, têm outros que são obrigados a ser carregados até o ônibus porque não conseguem andar. No serviço não tem limite para o corpo”, conta.

Além das dificuldades enfrentadas na lavoura, os maranhenses são vítimas de preconceito na região. “Eles falam assim, eles botam no geral, falam que o maranhense não tem como sobreviver lá, que maranhense é morto de fome” e em seguida revidam: “mas na verdade não é isso. Eles não moram no estado e não sabem o que acontece. Se você está pronto para assumir um trabalho desses, então você não estava morrendo de fome. Geralmente a gente vem para ver se consegue um dinheiro a mais, porque o estado nosso não oferece pra nossa cidade”, desabafa.

De 15 em 15 dias, ele liga para mãe e nesse intervalo de tempo, quando bate a saudade liga de novo. Embora saiba que o trabalho é exaustivo, a família incentiva e apóia a decisão dele de trabalhar nos canaviais. “Minha mãe fala assim: meu filho, se você acha que é melhor para você, então pode ir que eu abençôo você e que seja feliz. E que você consiga o que pretende. Ela dá força, porque lá não tem como conseguir um dinheiro assim”, afirma. Gilberto garante que não quer mais viver nessa rotina e diz que pretende que esse seja o último ano de bóia-fria. “Se Deus permitir, nos outros anos eu creio que não corto mais.”

## “A gente ganha o que faz na metragem”

Depoimento de Carlos Lemos\*, cortador de cana, com segundo grau completo, concedido à **IHU On-Line** e publicado na edição 261, de 23 de abril de 2007

Milhares de migrantes, principalmente jovens, deixam suas cidades e vão em busca de oportunidades para retornar com uma renda extra. Carlos Lemos,<sup>2</sup> 20 anos, é um deles. Há dois anos, o rapaz natural de Timbira, Maranhão, segue para São Paulo, a fim de trabalhar nos canaviais na cidade de Guariba, noroeste do estado. “Estou aqui por falta de oportunidade de empregos na nossa região e também por falta de investimentos do governo pra juventude”, disse, por telefone, à **IHU On-Line**. Quando não tem safra de cana, Carlos diz que retorna ao dia-a-dia normal da sua cidade de origem. “Lá a gente vai para lavoura na roça, no interior. Aí quando aparece algum serviço a gente trabalha como ajudante de pedreiro. Qualquer serviço que aparecer a gente faz”. Ele disse que foi para a cidade de Guariba com destino certo. “Você sabe que veio para cortar cana, mas chega aqui você tem que lutar para arranjar uma casa para você se hospedar, mercado pra comprar, geladeira para guardar alguma comida e água fria para você beber e tudo você vai comprando fiado, melhor dizendo assim, para pagar quando começar a trabalhar”. Atualmente, ele divide uma casa alugada com outros rapazes. “Eu estou na cidade, mas tem muita gente que vai para alojamentos das usinas. Os alojamentos são péssimos”, conta.

## Dia-a-dia cortando cana

Trabalhando pelo segundo ano nos canaviais, Carlos diz que a vida de cortador de cana é desgastante e que tem que ter muito preparo físico

<sup>2</sup> O nome foi substituído para preservar a identidade da fonte. (Nota da **IHU On-Line**)

para agüentar as jornadas de trabalho. “A vida no campo é dura. Você acorda três e meia, quatro horas da manhã para preparar o almoço. Aí a gente toma café e às 5h já vai para o ponto pra pegar o ônibus para ir para lavoura. Quando chega na roça, a gente merenda um pouco do almoço antes de começar a trabalhar. Quando dá meio dia, a gente almoça. À tarde, só em casa a gente janta novamente”, descreve. Carlos trabalha oito horas de segunda a sábado e revela que há muita exigência nos canaviais. “A exigência é muito grande aqui. Você não pode fazer nada que compense para você tirar uma boa metragem a mais. Tem que cortar mais e seguir a regra deles: cana limpa, ponteiro bem aparado. Se você não cumprir as ordens deles, desobedecer acontece de você levar um gancho<sup>3</sup> e é descontado R\$ 100,00 do seu salário”, aponta.

Mesmo com as dificuldades que encontra, Carlos assegura que trabalhar na lavoura é melhor do que ficar no Maranhão. “Compensa por um lado, porque na nossa cidade a geração de emprego é pouca. Renda, dinheiro para gente, quase nada. Aqui compensa que você vai ganhar o que você faz. Você tem que se esforçar. Mas se você se esforçar muito, tem o risco ter um ataque ou alguma coisa”. Segundo ele, nos últimos anos a situação melhorou um pouco porque eles adquiriram o direito a três descansos por dia. Além disso, ele conta que a fiscalização do Ministério Público tem aumentado nos últimos dias. “Às 9 horas você tem os 10 minutos de descanso. Meio-dia também já tem uma hora de descanso. E à tarde às 2 horas também tem 10 minutos. É um serviço muito puxado”, relata.

Em relação ao salário, Carlos diz que ganha por produção. “A gente ganha o que a gente faz na metragem. Eles colocam o preço na cana e dependendo o tanto de metros que você fizer, eles multiplicam vezes o metro e é o seu pagamento que vai sair por mês ou por quinzena”, conta. Ele explica que os valores por metro quadrado variam de acordo com o tipo de cana. Se a cana for fina, fraca, vai de dez a quinze centavos o metro. Se for uma cana mais pesada, mais forte, vai de 25 a 35

centavos o metro. A cana chega até 50 e 60 centavos. Por mês, ele diz que ganha uma média de R\$ 800,00 e que no fim do ano retorna para casa com uma renda um pouco mais alta. “A gente leva para casa só o acerto no fim do ano e as parcelas do seguro. O que a gente leva mais de concreto é isso: cerca de R\$ 2000,00, mais as parcelas, que variam de R\$ 300,00 a R\$ 600,00.”

Além dos problemas vivenciados no campo, Carlos ainda tem que driblar a saudade da família. Ele conta que liga para a mãe uma vez por semana, geralmente no domingo, que é dia de folga, e diz que não pretende mais trabalhar como cortador de cana. “Eu tenho a expectativa de vida de estudar mais. Tenho o segundo grau completo. Terminei em 2004 e tenho a esperança de fazer cursos na área de computação que eu sempre tive vontade. Vou tentar ver o mercado de trabalho e fazer outros cursos profissionalizantes.”

### **“Os cortadores de cana me deram uma lição de vida”**

Depoimento de Silvério Ferreira dos Santos, agente pastoral, concedido à *IHU On-Line* e publicado na edição 261, de 23 de abril de 2007

Silvério Ferreira dos Santos, 29 anos, é licenciado em Letras Português- Inglês e pós-graduado em Ciências da Religião. Atualmente, trabalha na Casa do Migrante, em São Paulo, mas acaba de chegar da cidade de Uruana, interior de Goiás, sua terra natal, que fica no centro do Estado, onde trabalhou como agente da pastoral do migrante, atuando diretamente com cortadores das usinas de cana-de-açúcar. Silvério conta que, há cerca de cinco anos, a região se tornou uma grande produtora de cana-de-açúcar. Em função disso, foram aparecendo alguns problemas na cidade, de ordem social, econômica e de saúde. Silvério ficou interessado em trabalhar como agente pastoral na área do corte de cana. “No início foi difícil encontrar pessoas para criar uma pastoral voltada

<sup>3</sup> Levar um gancho é ficar três dias em casa, sem poder trabalhar.

para os cortadores de cana, porque essa é uma população discriminada”, conta ele. Os cortadores são nordestinos que vão para Goiás, e a população local tem preconceito em relação a esse pessoal. A idéia inicial era fazer uma acolhida para os migrantes que chegavam a Goiás, nas cidades onde há lavouras de cana. Mas, aos poucos, foram surgindo problemas que ampliaram as funções da pastoral. Os problemas era em relação a alojamento, comida, salário, horário de trabalho e contratação. “Os cortadores não tinham informação sobre seus direitos. Se sentiam coagidos, pois são contratados pelo chamado ‘gato’, uma pessoa que vai para o Nordeste, contrata-os e passa-os para a usina. É algo bem informal. Carteira assinada, nem pensar”, descreve Silvério. Ele abre o jogo e afirma que as usinas fazem pressão e suborno aos movimentos, principalmente à Pastoral do Migrante. “Eles não gostavam que a gente dava apoio aos cortadores. Quanto menos esclarecido esse pessoal, melhor é para a usina. Eles diziam para nós: ‘Olha, quando vocês detectarem algum problema com os cortadores de cana, ao invés de acionar a Justiça, venham conversar com a gente. Se vocês precisarem de álcool para o carro de vocês, nós temos aqui’, aquela coisa de suborno”, conta. Até o irmão de Silvério, que era empregado da usina, foi demitido. “Depois de muita ameaça, foi rescindido o contrato com ele, só porque eu atuava na pastoral e auxiliava os cortadores de cana”.

### **Aprendizado para toda a vida**

Silvério conviveu de perto com essas pessoas. Ele sabe que esses trabalhadores saem de sua terra natal com uma boa proposta de vida e vêm para Goiás, esperando ganhar muito dinheiro. Quando chegam, se deparam com outra realidade. “Normalmente os ‘gatos’ das usinas prometem pra eles uma estrutura e quando chegam, ficam desiludidos”. Silvério diz que a maioria dos cortadores volta para os estados de origem no fim da safra. Mas muitos também ficam. “Na cidade

de Uruana mesmo, eu acompanhei várias famílias, em torno de 15, que não quiseram voltar para o Nordeste. Mas mudaram de atividade, não trabalhando na cana, produzindo outras culturas, como a melancia”.

A questão de solidariedade entre os cortadores é o que mais marcou Silvério no convívio com esses guerreiros. “Eles sofrem juntos, são muito humildes e unidos. São uma lição de vida para mim.”

### **Uma história cruel**

Das tantas experiências de Silvério entre os cortadores de cana, uma o marcou especialmente. Foi no último dia 5 de fevereiro, quando recebeu uma ligação informando que havia um alojamento com 42 homens, que estavam há mais de cinco dias sem comida, em condições precárias. “Estavam passando fome juntos. O que tinham, eles dividiram entre si. Fui até lá providenciar comida. E depois fui saber um pouco da história deles. A usina que os contratou era de uma cidade vizinha à Uruana, mas os colocou em um alojamento em Uruana, para ficar distante da usina. Depois dos exames médicos, a usina os dispensou, não quis mais contratar esses 42 homens e os deixou em uma casa velha, onde chovia dentro, sem comida, sem as mínimas condições de sobrevivência. E mandou que eles procurassem seus direitos no Ministério do Trabalho, em Brasília. Silvério conta que esses homens, sem informações, estavam tentando juntar, entre eles, uma quantia em dinheiro para que um representante do grupo fosse a Brasília. “Eu disse a eles que bem perto deles havia o Ministério Público. Eles estavam a 200 metros do Fórum, não precisavam ir tão longe. Marquei uma audiência com a promotora, que acionou o Ministério do Trabalho, que, por sua vez, acionou a Polícia Federal, e a usina teve que assinar a carteira deles desde o dia em que eles saíram de Pernambuco, além de pagar todos os direitos trabalhistas, dar um alojamento decente e pagar todas as despesas”, explica o agente pastoral.

## A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”

Entrevistas com Yann Moulier-Boutang

Yann Moulier-Boutang é economista e político francês. Participou ativamente do movimento de 1968. Em 1973, encontrou Antonio Negri, de quem tornou-se parceiro intelectual. Em 1974, cria a revista *Camaradas*, que sucede a *Materiais e desenvolve os temas da autonomia operária, conceito adotado então na Itália por militantes procedentes do operariado (Autonomia Operária). Camaradas é um dos primeiros grupos do movimento autônomo na França.*

Após a autodissolução da revista *Camaradas*, Boutang participa, de 1979 a 1981, do Centro Internacional para Novos Espaços de Liberdade (CINEL), uma iniciativa de Félix Guattari. Atualmente é redator chefe da revista *Multitudes*.

De sua vasta produção intelectual, destacamos **Des entreprises pas comme les autres: Benetton en Italie, le Sentier à Paris** (Paris: Publisud, 1993), escrito com Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, **De l’esclavage au salariat. Économie historique du salariat bride** (Paris: PUF, 1998) e **Le droit dans la mondialisation: une perspective critique** (Paris: PUF, 2002).

Boutang concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**. Na primeira, intitulada “Refundar a noção de emprego e de salário”, publicada na edição 177, de 24 de abril de 2006, Boutang avalia a crise do trabalho no século XXI e analisa a questão dos recentes protestos dos jovens franceses sobre o trabalho. A economista francesa sinaliza que não se trata de uma questão de desemprego, mas sim de “forma de emprego”. A solução alternativa, pondera o economista francês, é “refundar completamente a noção de emprego e salário”.

Na segunda, intitulada “A bioprodução. ‘O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida’”, e publicada na edição 216, de 10 de julho de 2007, ele faz uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho. Veja as entrevistas a seguir.

**IHU On-Line – Provocativamente, o senhor afirma que estamos vivendo uma transição não para o socialismo, mas para um novo tipo de capitalismo. O que o faz pensar dessa maneira, uma vez que outros pensadores são capazes de detectar nessa mudança traços socialistas? Gorz, por exemplo, fala em “comunismo do saber”...**

**Yann Moulier-Boutang** – A transição ao capitalismo me parece evidente: 1) o socialismo real foi completamente desfeito na Rússia, depois na China. Para Cuba e a Coreia do Norte, é agora questão de pouco tempo. Isso não quer dizer que o socialismo tenha sido inútil; como método de realização de um tipo de acumulação industrial do capital, ele pôde sustentar a comparação com os países liberais. Na verdade, o socialismo real realizou nos países em vias de desenvolvimento, onde ele conquistou seu lugar político, o equivalente a um regime de economia mista que se encontra na França, na Suécia, na Alemanha. Mas, em troca, quando apareceu uma nova modalidade de acumulação do capital, o socialismo real se revelou totalmente inadequado. Para mim, há um elo entre o capitalismo cognitivo, apoiado sobre os NTIC em rede, e um desenvolvimento democrático da sociedade, como não era possível fazer funcionar o

mercado do trabalho industrial dependente numa sociedade escravista. O desmoronamento do socialismo real (1989-1991) é totalmente contemporâneo da revolução informática, da Internet, da descentralização. Para fazer foguetes, locomotivas, centrais hidrelétricas, armas nucleares, o socialismo podia fazer o negócio, não para a informática, a eletrônica, as nanotecnologias, a mídia. Meu amigo André Gorz fala de um comunismo do saber, de uma dissidência numérica. Eu também, mas é uma perspectiva de libertação, de êxodo, de dissidência no seio deste capitalismo cognitivo. É a contradição entre uma sociedade do conhecimento (ele diz “do saber”) e um capitalismo cognitivo.

**IHU On-Line – O senhor sustenta que o aumento da importância que o conhecimento vem tendo hoje não é simplesmente um estágio a mais do capitalismo industrial, mas implica uma “grande transformação”, uma alusão a Polanyi. Quais são as características da economia do imaterial?**

**Yann Moulier-Boutang** – Até o mês de junho, eu vou publicar nas edições Amsterdã um pequeno livro (*Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation*. Editions Amsterdam, 2007) sobre o capitalismo cognitivo que fará a ponte nesta questão. Há 13 características, a meu ver, desta nova modalidade da acumulação capitalista:

a) A virtualização da economia, ou seja, o papel do imaterial e dos serviços ligados à produção deste imaterial é certamente uma das características mais evidentes. O volume do investimento referente ao imaterial ultrapassou, desde 1985, o dos equipamentos materiais.

O peso do imaterial se apóia nas NTIC (Novas tecnologias da informação e da comunicação), portanto na numerização dos dados. Ele exige a captação da informação, seu tratamento,

sua estocagem sob forma numerizada na produção de conhecimento e na produção como tal.

Entre estes imateriais, um é promovido a um papel decisivo no crescimento econômico. Trata-se do processo de captação da inovação presente nos processos cognitivos interativos de cooperação social, dos saberes tácitos, tanto para a empresa como para o mercado e o poder público. O conhecimento e a ciência, que tinham sido incorporados na valorização do capital industrial, porém permanecendo distintos (E. Rullani<sup>4</sup>), tornam-se um lugar estratégico, eles assumem a liderança do processo do sistema. São duplamente hegemônicos: a) ciência e conhecimento condicionam as possibilidades de inovação; eles são a condição necessária (do lado do valor de uso); b) ambos cristalizam nos produtos e serviços a parte essencial do valor de troca. Eles comandam o elo decisivo da valorização capitalista. O trabalho material não desaparece, mas perde seu papel central de ativo estratégico.

### **O sistema sociotécnico**

Disso decorre que o progresso técnico não é mais uma fonte exógena que a empresa pode procurar num mercado spot (instantâneo) dos produtos ou dos serviços, como o supunham apressadamente os economistas do desenvolvimento. Ele toma a forma de um sistema sociotécnico caracterizado pelas NTIC. A apropriação dos conhecimentos (um fenômeno infinitamente mais complexo do que a aquisição de informação) e o uso das técnicas são variáveis determinantes do progresso técnico e da inovação. É a contribuição da teoria evolucionista.

O modelo da divisão do trabalho que servira de base à economia política na célebre descrição feita por Adam Smith<sup>5</sup> da manufatura de alfinetes

<sup>4</sup> Enzo Rullani (1947): economista, professor na Universidade de Veneza. As suas pesquisas falam sobre o papel do conhecimento no pós-fordismo, tema sobre o qual publicou vários livros, entre os quais **Capitalismo e conoscenza. L'astrzione del lavoro nell'era telematica** (Manifestolibri, 1998). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>5</sup> Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. **A riqueza das nações**, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando

e que fora aperfeiçoado pelo taylorismo foi novamente posto em questão, em três pontos maiores: a) a redução do trabalho complexo ao trabalho simples; b) a separação da execução manual junto com a concepção intelectual concebida para diminuir o tempo de aprendizagem; c) a especialização em função da dimensão do mercado perde sua pertinência num universo de produção de pequena série, de uma “economia de variedade”.

## Economias de aprendizagem

A crescente complexidade dos mercados não é mais controlável somente com a utilização das economias de escala, que continuam sendo procuradas por razões ligadas à busca de produção de valor econômico pelo e para o mercado. Ela exige um crescente recurso às economias de aprendizagem que permitem fazer a diferença nos mercados e numa concorrência intercapitalista agudizada pela abertura neoliberal de todos os mercados (com exceção do mercado de trabalho muito mais fortemente segmentado).

Assiste-se a uma subversão das seqüências produtivas, ou seja, da divisão do trabalho e de seus componentes. A seqüência clássica concepção / produção / comercialização é invertida. É a inovação profunda que comporta a “produção flexível” e o *just in time*. Observa-se esta transformação nas indústrias que pertencem ao coração do fordismo,<sup>6</sup> como a indústria automobilística com os princípios de organização do toyotismo desenvolvidos a partir das concepções do engenheiro japonês Ohno.<sup>7</sup> Mas a produção flexível, tal como pode ser descrita a partir do “ciclo curto” da confecção e do *prêt-à-porter* ou das indústrias culturais, faz aparecer ainda mais claramente o caráter produtivo do consumo como produtor de informação e regulação em tempos reais de produção. Enfim, os dispositivos do numérico permitem que o usuário de dispositivos técnicos numéricos se torne co-produtor da inovação.

Quando a mercantilização parece ser a regra universal, sua escala de medida a partir do capital ou do trabalho perde a escala e é posta em questão em vista da pluralidade irreduzível dos *inputs* (recursos que contribuem para a produção). Assiste-se a uma dissolução das linhas de partilha tradicionais entre capital e trabalho e entre trabalho qualificado e trabalho não-qualificado. O fato de que as expressões de capital humano ou capital intelectual se tenham tornado de uso corrente é disso um sintoma. A inscrição da utilização técnica do numérico está no ponto forte em que a corrente evolucionista em economia chega a propor uma nova distinção, para todo bem ou serviço, de três tipos de inputs: o *hardware* (a camada material), o *software* (a camada lógica ou logística) e o *wetware* (a camada cerebral ou do vivente).

Quando a mercantilização parece ser a regra universal, sua escala de medida a partir do capital ou do trabalho perde a escala e é posta em questão em vista da pluralidade irreduzível dos *inputs* (recursos que contribuem para a produção). Assiste-se a uma dissolução das linhas de partilha tradicionais entre capital e trabalho e entre trabalho qualificado e trabalho não-qualificado. O fato de que as expressões de capital humano ou capital intelectual se tenham tornado de uso corrente é disso um sintoma. A inscrição da utilização técnica do numérico está no ponto forte em que a corrente evolucionista em economia chega a propor uma nova distinção, para todo bem ou serviço, de três tipos de inputs: o *hardware* (a camada material), o *software* (a camada lógica ou logística) e o *wetware* (a camada cerebral ou do vivente).

## Netware ou rede

Mas a esta característica se deve acrescentar igualmente o irresistível aumento dos modelos de cooperação social e produtiva de um quarto componente, o *netware* ou rede. A sociedade de redes

os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência “A atualidade do pensamento de Adam Smith”. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 dos **Cadernos IHU Idéias**, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para *download* no site do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> Fordismo: método de produção idealizado pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. Caracteriza-se pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como “Ford Bigode”. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>7</sup> Taiichi Ohno: engenheiro, que em 1975 tornou-se vice-presidente executivo da Toyota Motor Company, autor das idéias que hoje conhecemos como “toyotismo” e principal mentor das mudanças implantadas na Toyota. Ohno é autor de **O sistema Toyota de produção – Além da produção em larga escala** (Porto Alegre: Bookman, 1997). (Nota da **IHU On-Line**)

é possibilitada pela informática, isto é, a combinação num conjunto coerente da numerização, da programação informatizada, da eletrônica pela difusão do computador pessoal a partir de 1986 e, enfim, pela constituição da Internet, que se torna o novo bem comum planetário da inteligência coletiva. Voltaremos a este papel da rede numérica que representa uma novidade radical.

Este aumento da “cooperação entre os cérebros” comporta um declínio do paradigma energético e entrópico da força de trabalho, bem como da transformação das mercadorias materiais na produção de riquezas. Ela se produz em ponto fixo, isto é, no momento em que o dispêndio energético por dissipação de energia consubstancial no modelo mecânico do capitalismo industrial chega aos limites da biosfera terrestre e do ecossistema planetário.

## O caráter imaterial dos bens produzidos

Mas o capitalismo cognitivo não se contenta em fazer mais apelo ao trabalho vivo do que ao trabalho morto (cristalizado nas máquinas, para retomar a terminologia de Marx<sup>8</sup>). O reino da ciência tinha sido amplamente antecipado por Marx nos *Grundrisse*<sup>9</sup> (1857-1858). Segundo ele,

viria o tempo em que o poder do capital acumulado e detido pelos capitalistas se apresentaria sob a forma do caráter necessário e indiscutível da ciência. No entanto, a novidade a qual nós assistimos é o caráter central do trabalho vivo não consumido e não reduzido a trabalho morto no maquinismo. Nas sociedades cuja forma se aproxima do capitalismo cognitivo, o trabalho vivo e a consumação “viva” ocupam ambas um lugar central.<sup>10</sup> Este é o aspecto “bioprodutivo” da força inventiva<sup>11</sup> a sobrepor-se à força de trabalho e, portanto, à captação, e, como veremos, define a forma específica de exploração e de mais-valia extraída pelo capitalismo cognitivo.

Tal transformação vai ao ar com o declínio dos conceitos de performance individual no seio da empresa, que se baseava nas balizas da produtividade elaboradas durante o capitalismo industrial. Ela desclassifica igualmente a performance fatorial: os indicadores mais pertinentes se tornam os do excedente de uma produtividade global, o que corresponde, do lado contábil, à questão do valor que não aparece nos livros contábeis e que é, portanto, avaliado pelo *fair value*, isto é, a cotação em bolsa.<sup>12</sup> Enfim, a avaliação da performance global se estende aos territórios produtivos, diversamente nomeados de excelência territorial:

<sup>8</sup> Karl Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A palestra “A Utopia de um novo paradigma para a economia” foi proferida pela Profa. Dra. Leda Maria Paulani, em 23 de junho de 2005. A edição 41 dos **CADERNOS IHU Idéias** teve como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, de autoria da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>9</sup> *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (1857-1858), ou seja, *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, conhecidos simplesmente como *Grundrisse* é um manuscrito com cerca de mil páginas, no qual Marx aborda temas que, mais tarde, iriam constituir os Livros I e II de *O capital*, que tratam dos processos de produção e de circulação do capital. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>10</sup> Nenhum problema se Y. Benker cita em destaque de seu livro fundamental, *The wealth of networks* (2006), Yale, University Press, @ [http://en.wikipedia.org/wiki/The\\_Wealth\\_of\\_Networks](http://en.wikipedia.org/wiki/The_Wealth_of_Networks), esta passagem de J. S. Mill: “Human nature is not a machine to be built after a model, and set to do exactly the work prescribed for it, but a tree, which requires to grow and develop itself on all sides, according to the tendency of the inward forces which make it a living thing” (“A natureza humana não é uma máquina a ser construída segundo um modelo, e destinada a realizar exatamente o trabalho para ela descrito, mas uma árvore que requer poder crescer e desenvolver-se sob todos os aspectos, de acordo com a tendência das forças intrínsecas que a tornam uma coisa viva”). (Em Liberty, 1859). (Nota do entrevistado)

<sup>11</sup> Lazzarato, M. *Lavoro Immateriale, Forme di vita e produzione di soggettività*. Verona: Ombre Corte Edizioni, 1997. Em português, confira a versão **Trabalho Imaterial – formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Nota do entrevistado)

<sup>12</sup> Rébiscoul, Antoine. *Le problème du goodwill, La firme fluide: Montée de l’immatériel, délocalisation et nouvelle territorialisation des savoirs*, Séminaire international Inter-semestriel, Université de Technologie de Compiègne, p. 27-28, janvier 2005. (Nota do entrevistado)

é assim que toda a literatura sobre os clusters<sup>13</sup> ou sistemas de produção locais gira em torno do fora da empresa que gera a inovação produtiva. A inovação não está mais somente na empresa, mas também onde o território faz território ou rede produtiva.<sup>14</sup>

O caráter imaterial dos bens produzidos no capitalismo cognitivo induz uma forte especificidade dos bens “informação” ou dos bens “conhecimento” quanto à sua aprendizagem, ao seu uso, à sua amortização, a seu enriquecimento e às condições de sua apropriação exclusiva. Estas características repercutem, por sua vez, sobre a maneira pela qual a informação e os conhecimentos circulam na empresa e na sociedade (prevalece uma horizontalização muito mais forte, que origina um questionamento muito radical das formas hierárquicas aceitáveis), mas também em tensões crescentes sobre a questão dos direitos de propriedade intelectual. Essa característica, que faz emergir, no próprio seio das relações de mercado, o conhecimento como bem público ou bem “livre”, isto é, o livre acesso, não é separável da revolução das NTIC.

### Externalidades do capitalismo

No capitalismo cognitivo, o que nós definimos como as externalidades (ou efeitos externos) deixam de ser marginais e ligadas a simples fenômenos parciais de indivisibilidade de bens públicos. Se o coração do valor a extrair conduz ao trabalho inteligente, inventivo e inovador e que este último mobilize a cooperação em rede dos cérebros, a captação de externalidades positivas constitui o problema número um do valor. É o trabalho fora do tempo de trabalho, é o conhecimento implícito, a capacidade de contextualização que se trata de revelar e de tratar. A economia política é conde-

nada a reger esta relação com seu lado externo. E tudo o que não serve para tal em sua caixa de ferramentas nos é mais ou menos tão útil como a escolástica pôde servir à Renascença.

### Bioprodução

Se o capitalismo industrial podia ser caracterizado pela produção de mercadorias, o capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida. Há, simultaneamente, uma produção de vida e, portanto, uma bioprodução. A produção de novos conhecimentos só se pode obter na base de uma acumulação de conhecimentos que não se reduza aos meios técnicos materiais. Mas ela só pode, então, se operar com a atividade cerebral coletiva mobilizada em redes numéricas interconectadas. Tal tipo de capitalismo corresponde a um desenvolvimento da sociedade que se chamará de sociedade do conhecimento. Na medida em que é a força de invenção, muito mais do que a força de trabalho, que se encontra mobilizada especificamente pelo capitalismo cognitivo, ele é conduzido a produzir o conhecimento e a vida através da produção da população. Esta produção da vida pode ser chamada de bioprodução. E o poder que tem por função o controle desta bioprodução será chamado de biopoder.<sup>15</sup>

### **IHU On-Line – Quais são os grandes limites da economia política que nasce com Smith?**

**Yann Moulier-Boutang** – A economia política de Adam Smith e de todos os clássicos (igualmente Marx) e neoclássicos subsequentes se situam num mundo em que o capital é raro, como o trabalho. Ela só chega a raciocinar com rendimentos decrescentes. No mundo da sociedade do conhe-

<sup>13</sup> Clusters: pode ser definido como um sistema onde vários computadores dividem tarefas de processamento e trabalham como se fossem um único computador. Segundo Michael Porter, um dos maiores especialistas no assunto, o clusters sugere integração, entrelaçamento e afinidades entre as empresas. De acordo com Porter, o que uma empresa faz no clusters, a outra fica sabendo por canais de comunicação e também adota. Isso contribui para aumentar a competitividade da região e acontece automaticamente, simplesmente pelo fato de as empresas estarem concentradas. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> P. Vetz. *Des territoires pour apprendre et innover*, Editions de l'Aube, Paris, 1994. Ibid. *Mondialisation, Villes et Territoires – L'économie de l'Archipel*, PUF, Paris, 1996. (Nota do entrevistado)

<sup>15</sup> Além das referências a M. Foucault já indicas, M. Lazzarato (2000), “*Du biopouvoir à la biopolitique*”, in: *Multitudes*, Editions Exils, n° 1, Paris, p. 45-57, on-line no site da revista. (Nota do entrevistado)

cimento, a raridade está no tempo, na atenção e no capital intelectual. A economia política clássica não chega a pensar as interações múltiplas e, portanto, as externalidades só ocupam um lugar marginal. Ela não compreende a rede que se restringe ao mercado ou à hierarquia (a empresa e o Estado). Ela se obstina em raciocinar nos termos da permuta do equivalente e só compreende muito mal a questão crucial da formação dos públicos e de sua captação. Finalmente, ela tem uma grosseira vulgar por trás do refinamento de seus modelos matemáticos e sua escolástica em face dos fenômenos complexos, em face da atividade cerebral, da vida e da cooperação dos cérebros em rede. O mais grave é que propõe, além disso, soluções essencialmente retrógradas e reacionárias de eficácia. A grave crise de proposições que enfrenta a esquerda contemporânea em suas proposições é que ela não chega a sair do horizonte da economia de mercado, porque ela situa um programa político repleto de boas intenções sobre a velha economia política.

***IHU On-Line – O capitalismo cognitivo impacta também a natureza do território produtivo. Quais são as principais alterações?***

**Yann Moulier-Boutang** – Há dois impactos:

1) O papel fundamental da questão das externalidades negativas e positivas (estas últimas são em geral esquecidas) é o primeiro ponto.

2) O papel crucial da ordem espontânea produzido pela cooperação das multidões em rede faz, atualmente, a inovação estar no coração da riqueza e, por conseguinte, de sua captação em valor pelos dispositivos do capitalismo cognitivo. O consumidor é produtor de informação, mas também de contextualização, de usos inovadores e, da mesma forma, os atores produtivos são diretamente os territórios. É uma chance incrível para reabilitar políticas públicas e empregos públicos sobre uma base totalmente diferente daquela pela qual existiram e foram devastadas pela contra-revolução neoliberal.

***IHU On-Line – Que impactos essas mudanças todas têm sobre o trabalhador, sua maneira de organizar a vida e sua subjetividade?***

**Yann Moulier-Boutang** – O trabalhador como instituição e convenção de emprego (o produto de difíceis compromissos que fizeram os Trinta Anos Gloriosos<sup>16</sup>) sofre uma verdadeira desconstrução. Ele é demolido, decomposto. Mas, no coração desta desconstrução, aparecem múltiplas novas formas de atividade e de trabalho produtivo que ainda não encontrou meios de expressão política. A classe operária perdeu seu papel hegemônico e o cognitivismo se defronta com uma incrível desenvoltura da esquerda institucional. Diversos exemplos o mostram: 1) a questão do tempo de trabalho contínuo (as 35 horas), como se a duração do trabalho cognitivo fosse mensurável por outro critério além daquele da vida – ora, a vida não é um relógio; 2) a competência, a qualificação, o emprego contínuo sendo mensurado segundo critérios hierárquicos de outra época; 3) a precariedade e a atividade do trabalho cognitivo sendo tratados como seres inferiores; a metade de empregos que se trataria de transformar em bons empregos; portanto, retornar ao emprego assalariado sob a autoridade do contra-mestre ou de seu equivalente. Convém reverter a ótica: partir da realidade atual da cooperação produtiva, das necessidades dos intermitentes, dos intermediários, dos precários e reconstruir a convenção ou o pacto de emprego sobre a base de um direito à vida e à remuneração como pedestal de proteção ao mesmo tempo eficaz, decisivo, igualitário e democrático.

***IHU On-Line – O capitalismo cognitivo tornou impossível remunerar hoje a produtividade individual do trabalho. Ao mesmo tempo, o sistema de proteção social vigente foi concebido com base numa sociedade do pleno emprego. De que maneira uma sociedade pode produzir a riqueza socialmente produzida com cada vez menos trabalho, ao menos assalariados?***

<sup>16</sup> Os Trinta anos Gloriosos do pós-Segunda Guerra (1945-1975): foi um período excepcional dentro da história do capitalismo, no qual verificou-se um crescimento das políticas desenvolvimentistas da época. (Nota da *IHU On-Line*)

**Yann Moulier-Boutang** – Respondi na questão precedente à primeira parte da questão. Para a segunda parte, eis a resposta: o problema que você propõe é tipicamente a ilustração da maneira de raciocinar da velha economia política. Não há senão as pessoas empregadas na produção nas empresas que produzem riqueza. Eu diria mesmo que um ponto de vista ecológico radical poderia fazer-nos considerar que uma boa parte da produção industrial é radicalmente nociva e que, conseqüentemente, em vez de produzir riqueza, ela a destrói e distribui renda. Em troca, uma parte crescente da atividade que ainda não tem o estatuto de emprego é a fonte de uma grande parte da riqueza: ela fornece externalidades positivas sem as quais a biosfera, como a noosfera, nem sequer poderiam ser reproduzidas. Se a produtividade é global e coletiva, que ela realce cada vez mais o que Pierre Lévy<sup>17</sup> chama de inteligência coletiva, devendo esta ser retribuída e não redistribuída, sob a forma de uma remuneração universal ou social garantida, que também se pode chamar de “bio-renda” ou “bio-remuneração”. Os pobres o chamaram de “direito à vida”, a legislação de Speenhamland,<sup>18</sup> a última lei sobre os pobres criada na Inglaterra em 1795 (o governo inglês tinha muito medo da contaminação pela Revolução Francesa). Isso correspondeu (veja meu livro *De l’esclavage au salariat*<sup>19</sup> (Madri: Akales Ediciones, 2006)) a 3% do PIB britânico e permitiu à Inglaterra vencer Napoleão.

**IHU On-Line – O senhor afirma que as transformações simultâneas na natureza do trabalho, da substância e da forma do valor levam**

**a uma instabilidade de proporções tais que fazem o capitalismo voltar em seu conjunto a uma situação pré-keynesiana. Qual é a contradição fundamental posta pela emergência do regime de capitalismo cognitivo?**

**Yann Moulier-Boutang** – A instabilidade intrínseca do capitalismo cognitivo faz este último ainda não ter encontrado um “regime” regular. Por enquanto se “regula” através de minicrises financeiras e de exigências vertiginosas de taxas de lucro.

A que se deve sua instabilidade?

1º) Em primeiro lugar, ao fato de que o coração da exploração do capitalismo cognitivo repousa sobre a exploração do 2º degrau da força de invenção do trabalho vivo cooperando em rede e que ela só pode se desenvolver pela produção de bens de conhecimento; ora, esses bens são bens quase públicos. Eles são indivisíveis, não rivais nem excluíveis. Da mesma forma, sua mercantilização levanta bem mais problemas do que a dos bens de mercado materiais.

2º) A segunda contradição, que vem exasperar a primeira, é que a apropriação das NTIC pelo maior número, que é uma condição *sine qua non* da produção de bens cognitivos, em vez de reforçar a mercantilização, torna cada vez mais difícil e ilegítima a execução dos direitos de propriedade privativos. Há processos para telecarregamentos, na gigantesca batalha dos medicamentos genéricos no quadro de um ciclo de Doha,<sup>20</sup> passando pela batalha dos DRM (Digital

<sup>17</sup> Pierre Lévy: filósofo da informação que estuda as interações entre a Internet e a sociedade. Mestre em História da Ciência e doutor em Sociologia e Ciência da Informação e Comunicação, pela Universidade de Sorbonne, França, Lévy é titular da cadeira de pesquisa em inteligência coletiva na Universidade de Ottawa, Canadá. Entre outras obras, escreveu **A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** (São Paulo: Loyola, 1998) e **O que é o virtual?** (São Paulo: Editora 34, 1996). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> Lei Speenhamland: foi implantada na Grã Bretanha a partir de políticas sociais e determinou mudanças nas formas de proteção social que eram adotadas na Inglaterra desde 1536. A lei garantia ao homem um mínimo de subsistência independente de sua contribuição em impostos. Era baseada no preço do pão e no número de filhos de cada família. Essa legislação está comentada no livro **A grande transformação – As origens de nossa época**, de Karl Polanyi (Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980). (Nota da **IHU On-line**)

<sup>19</sup> *De l’esclavage au salariat. Économie historique du salariat bridé*. Paris: PUF, 1998. (Nota do entrevistado)

<sup>20</sup> Doha: A rodada Doha das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) começou em novembro de 2001. O objetivo era a adesão à Agenda de Desenvolvimento de Doha, e a partir daí negociar a abertura dos mercados agrícolas e industriais. A rodada Doha visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos, e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20). (Nota da **IHU On-Line**)

Rights Mangement<sup>21</sup>). O mundo global está cheio de “new enclosures”.<sup>22</sup>

3º) A terceira contradição é uma crise de medida: do tempo, da atenção, da hierarquia, do que se chamava de valor no sentido dos marginalistas.<sup>23</sup> O tempo de produção de um produto não se mensura mais pelo tempo de trabalho consagrado à sua produção industrial. A reprodução de um bem cognitivo e de um bem informacional não é seu valor, que deriva do incremento de inovação e de conhecimento em direção e no aval do estreito feixe da produção de produto. Ela se situa no processo e no halo de intangíveis, que não é sequer o conhecimento codificado.

4º) O preço de uma informação ou de um bem cognitivo oscila, então, do incomensurável, do infinito, ao nada, ao gratuito. As empresas confrontadas com este problema só podem reagir procurando, ainda mais do que no capitalismo industrial, adquirir uma posição monopolista que permita praticar preços astronômicos.

Imediatamente, o setor da distribuição de bens materiais, da circulação financeira, da circulação de informação (a mídia) são igualmente levados a praticar preços muito elevados e estabelecer taxas de lucro que a economia material é incapaz de produzir, salvo explorando ferozmente, segundo os esquemas mais badalados do capitalismo industrial que reinava em Manchester, a força de trabalho do Terceiro Mundo e dos países gigantescos, como o Brasil, a China, a Índia, a Nigéria.

Após vinte anos, com a queda do segundo mundo socialista, a rentabilidade financeira exigida das empresas se regula pela rentabilidade do

setor de ponta do capitalismo cognitivo. O rendimento sobre o investimento de 14 a 15% produz uma incoerência muito forte entre o capitalismo industrial submetido sem cessar a novas reestruturas, ao desemprego crescente dos assalariados da velha economia e ao capitalismo cognitivo que nem sempre produz um modelo de recomposição.

**IHU On-Line – Que perspectivas se abrem para o movimento dos trabalhadores no contexto de relações de trabalho cada vez mais fluidas, flexíveis e descentralizadas?**

**Yann Moulier-Boutang** – Este desequilíbrio está a ponto de provocar uma reação de retorno nacionalista, “industrial” e corporativista. Ele só poderá ser superado por aquilo que eu chamo de um New Deal,<sup>24</sup> que consistirá em reconstruir um compromisso, e este compromisso consistirá em enfraquecer o assalariado pela construção de um novo Estado-providência, que assegurará uma renda incondicional e a proteção do novo trabalho produtivo precário.

Toda a estratégia de recomposição do assalariado sobre a base do emprego fixo (de matriz industrial), do tempo de trabalho regulamentado sobre a base de 40 ou 35 horas, é votada ao fracasso. Somente impondo a garantia de uma bio-renda de mobilidade, o “cognitariado” (F. Bérardi), o Pronetariado<sup>25</sup> (Joël de Rasnay) ou o “Netariado” poderão encontrar os instrumentos de agrupamento dos assalariados.

Não é sobre a empresa, mas sobre a rede e o território que esta recomposição poderá produzir-se.

<sup>21</sup> Digital Rights Management (DRM): traduzido, significa Gerenciamento de Direitos Digitais. É um conjunto de tecnologias implantadas em arquivos de computador para impedir que o usuário faça cópias do conteúdo. Ele pode ser utilizado tanto em músicas ou filmes digitais quanto em discos como CDs ou DVDs. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>22</sup> New enclosures: métodos alternativos para aumentar o monopólio das corporações e a bioservidão no século XXI. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>23</sup> Marginalistas forneceram modernos conceitos macroeconômicos utilizando ferramentas básicas de demanda e oferta, satisfação dos consumidores e uma base matemática para utilização destas ferramentas. Os marginalistas diziam que, numa economia aberta, as pessoas ganhavam exatamente o que elas ou suas propriedades contribuíam para a produção. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>24</sup> New Deal: traduzido para o português, significa “novo pacto” ou “novo acordo”. New Deal foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre os anos 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>25</sup> Pronetariado: junção de pro+net+proletariado. É uma nova classe de usuários das redes virtuais capazes de produzir, difundir, vender conteúdos digitais não-proprietários. São capazes de competir com os infocapitalistas, através de produtos e mercados auto-regulados que criam e administram. Informar-se, ouvir música, ler um livro e escutar músicas são operações cada vez mais mediadas por mídias criadas pelo pronetariado, as chamadas mídias das massas. (Nota da **IHU On-Line**)

## **“É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo”**

*Entrevistas com Carlo Vercellone*

Carlo Vercellone é economista italiano, residente na França. Mestre de conferências na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Vercellone, é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (<http://matisse.univ-paris1.fr>). Especialista em história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva **Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?** (Estamos saindo do capitalismo industrial?. Paris: La Dispute, 2003). Vercellone também é membro do comitê de redação da revista *Multitudes* e autor de **Accumulation primitive du capital (1861-1980), industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien** (Paris: L'Harmattan, 1999).

Vercellone concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**. Na primeira, publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005, ele apresenta um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. O economista sustenta que, “na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do ‘estoque’ de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa”. A segunda, sobre a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, foi publicada na edição 216, dia 23 de abril de 2007. Veja as duas entrevistas a seguir.

**IHU On-Line – Na última entrevista concedida à nossa revista, o senhor afirma que o “trabalho imaterial” ajuda na compreensão da transição do “capitalismo industrial” ao “capitalismo cognitivo”; no entanto, o senhor considera esta categoria insuficiente**

**para explicar o caráter da mudança que se opera na realidade do trabalho. Poderia falar um pouco mais sobre isso?**

**Carlo Vercellone** – As noções de trabalho imaterial e a de trabalho informal são, de fato, a meu ver, insuficientes para caracterizar a mutação atual do trabalho e podem dar lugar a interpretações redutoras da tese do capitalismo cognitivo. Explico. A categoria “trabalho imaterial” permite, sem dúvida, identificar certas mudanças maiores intervindas na organização atual da produção e ligadas à montagem dos serviços e à maneira pela qual a informação conduz a um distanciamento do trabalho em relação ao seu objeto.

No entanto, o acento posto unicamente sobre a desmaterialização da produção corre o risco de ocultar outros elementos cruciais da mutação atual da relação capital/trabalho. Em particular, o sentido desta mutação está longe de se reduzir somente à montagem do setor terciário e ao uso crescente de novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), como o sugere certo número de teorias em termos de sociedade pós-industrial ou de revolução informacional.

Contrariamente a estas teorias, a meu ver, o traço essencial da transformação atual do trabalho não consiste unicamente na dimensão imaterial do trabalho ou, mais precisamente, de seu produto. Ele se encontra também, para utilizar a linguagem de Marx, na reconquista, da parte do trabalho vivo, da dimensão cognitiva do trabalho, uma dimensão que o desenvolvimento histórico do capitalismo sem cessar tentou aniquilar. Ora, é nesta

reversão das relações de saber e de poder que caracterizam a organização fordista da produção que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo. Por este conceito, eu designo um sistema de acumulação no qual o poder produtivo do trabalho intelectual e científico se torna dominante e o cacife central da valorização do capital conduz diretamente ao controle e à transformação do conhecimento numa mercadoria fictícia. Temos aí uma mutação da relação capital/trabalho de sentido inverso, mas comparável por sua importância àquela que Gramsci,<sup>26</sup> durante os anos 1930, antecipara em *Americanisme et fordisme*.

### Trabalho cognitivo

É por isso que o conceito de trabalho cognitivo me parece mais rico e preciso que o de trabalho imaterial. Ele permite uma análise mais rigorosa e completa do novo capitalismo e isso por três razões estreitamente interligadas.

A primeira é que o trabalho, como atividade cognitiva, se manifesta em toda atividade produtiva, material ou imaterial (estas duas dimensões eram, aliás, freqüentemente inextricáveis). O conceito de trabalho cognitivo permite dar melhor conta de uma mutação que atravessa o conjunto das atividades e dos setores produtivos.

A segunda razão é que o conceito de trabalho cognitivo permite estabelecer uma clara distinção entre conhecimento e informação, desembaraçando-se de todo fetichismo referente ao papel das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC). É preciso insistir a este respeito num ponto crucial contra toda tentação de uma leitura de determinismo tecnológico. Os NTIC permitiram, sem dúvida, uma baixa formidável dos custos de transmissão da informação e favoreceram o desenvolvimento duma economia de redes. No entanto, a informação, sem a mobilização das faculdades intelectuais dos trabalhadores que in-

terpretam e elaboram esses fluxos de informação para produzir e criar novos conhecimentos, permanece como recurso improdutivo, como o capital sem o trabalho.

A terceira razão é que o conceito de trabalho cognitivo permite compreender melhor a origem, o sentido e os desafios da formação do capitalismo cognitivo. Seu ponto de partida encontra-se num processo de difusão do saber engendrado pelo desenvolvimento da escolarização de massa e a alta do nível médio de formação. O conhecimento é sempre mais coletivamente compartilhado, e esta evolução fez mudar a relação tradicional de subordinação do saber vivo incorporado na força de trabalho para um saber morto incorporado no capital fixo.

### Transformação da organização social

Duas tendências mostram a amplitude desta transformação da organização social do trabalho nos países desenvolvidos.

A primeira remete à dinâmica pela qual a parte do capital nomeada intangível (educação e formação, saúde), incorporada essencialmente nos homens, ultrapassou a do capital material no estoque do capital e se tornou o fator principal do crescimento. Esta mudança significa que as condições da formação e da reprodução da força de trabalho são agora diretamente produtivas e que a principal fonte da “riqueza das nações” repousa cada vez mais numa cooperação produtiva situada em direção à organização das empresas. Disso também resulta – e estes elementos nos remetem à questão sobre a remuneração garantida – que não seja mais possível, por exemplo, considerar o estatuto da força de trabalho dita em formação com os antigos binóculos do modelo fordista, fazendo do estudante um inativo exercendo uma atividade improduti-va indigna de ser remunerada.

<sup>26</sup> Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus **Cadernos do cárcere**, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre o autor, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-08-2008, intitulada **Gramsci, 70 anos depois**. (Nota da **IHU On-Line**)

Enfim, temos aí outro elemento sistematicamente omitido pelos economistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso significa que os setores mobilizadores do novo capitalismo do conhecimento correspondem sempre mais aos serviços coletivos assegurados historicamente pelo Welfare State. Trata-se de atividades nas quais a dimensão intelectual e afetiva do trabalho é dominante e que poderia ser o suporte dum modo de desenvolvimento alternativo fundado sobre as produções do homem pelo e para o homem (saúde, educação) e sobre o papel central de serviços universais fornecidos segundo uma lógica não mercadológica.

### Uma divisão cognitiva do trabalho

A segunda tendência diz respeito à passagem, para grande número de atividades produtivas, de uma divisão tayloriana para uma divisão cognitiva do trabalho. Neste quadro, a eficácia não repousa mais sobre a redução do tempo operacional necessário para cada tarefa, mas se funda sobre os saberes e a polivalência de uma força de trabalho capaz de maximizar a capacidade de aprendizagem, de inovação e de adaptação a uma dinâmica de mudança contínua.

**IHU On-Line – Na entrevista precedente, o senhor afirma que o novo modelo produtivo se fundaria sobre a “prescrição da subjetividade”. Como se caracteriza esta “prescrição da subjetividade” no novo modelo de organização social do trabalho e o que a diferencia do “trabalho fordista”?**

**Carlo Vercellone** – Para responder a esta questão, é preciso compreender como o aumento da dimensão cognitiva e imaterial do trabalho conduziu a uma verdadeira desestabilização dos fundamentos sobre os quais, no capitalismo industrial, repousava a relação salarial.

No paradigma energético do capitalismo industrial, o salário era a contrapartida da compra, da parte do capital, de uma fração de tempo humano bem determinado posto à disposição da empresa. O empregador, no quadro deste tempo de trabalho, devia ocupar-se em encontrar as modalidades mais eficazes do uso desse tempo pago, a fim de destacar, para dizê-lo com Marx, do valor de uso da força de trabalho a maior quantidade possível de mais valia. E que, evidentemente, não ocorria por si, pois capital e trabalho têm, por essência, interesses contraditórios. Assim, como o reconhecia Taylor,<sup>27</sup> os trabalhadores profissionais tinham interesse em minimizar a intensidade de seu trabalho, pondo em seu lugar o que ele chamava de ociosidade sistemática. Os princípios da organização científica do trabalho, graças à expropriação dos saberes laborais e à prescrição estrita do tempo e das modalidades operacionais, foram em seu tempo uma resposta dada a esta questão decisiva. Numa usina fordista, o tempo efetivo de trabalho, a produtividade das diferentes tarefas, bem como o volume da produção, eram, na prática, planejados e conhecidos previamente pelos engenheiros dos escritórios de planejamento.

### O valor é a criatividade

Mas tudo muda quando o trabalho, tornando-se cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado num tempo dado. De fato, no capitalismo cognitivo, a principal fonte do valor reside, agora, na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital fixo e no trabalho de execução rotineira.

O velho dilema referente ao controle do trabalho reaparece sob novas formas. O capital não só tornou-se novamente dependente dos saberes dos assalariados como deve obter uma mobilização e

<sup>27</sup> Frederick Winslow Taylor (1856-1915): engenheiro norte-americano, considerado o pai da administração científica por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e eficácia operacional na administração industrial. Sua orientação cartesiana extrema é, ao mesmo tempo, sua força e fraqueza. Seu controle inflexível, mecanicista, elevou enormemente o desempenho das indústrias em que atuou, todavia, igualmente gerou demissões, insatisfação e estresse para seus subordinados e sindicalistas. (Nota da **IHU On-Line**)

uma implicação ativa do conjunto dos conhecimentos e dos tempos de vida dos assalariados.

Desta situação inédita, resultam duas consequências, que são também a fonte de novas contradições e de novos conflitos. De uma parte, o capital é constrangido a reconhecer aos assalariados uma autonomia crescente na organização do trabalho, mesmo se esta autonomia se limita à escolha do modo de atingir objetivos hétero-determinados. De outra parte, o trabalho cognitivo se apresenta como a combinação complexa de uma atividade intelectual de reflexão, de comunicação, de partilha e de elaboração dos saberes que se efetua tanto para fora como no próprio quadro do trabalho imediato, direto, de produção no âmbito da empresa. Por isso, a eficácia do trabalho cognitivo necessita, do ponto de vista do capital, que os trabalhadores aceitem pôr à disposição suas dificuldades subjetivas por um tempo que, com muita frequência, ultrapassa o oficialmente previsto pelo contrato de trabalho e que repercute nocivamente sobre sua vida privada.

Neste quadro, compreendem-se as razões pelas quais o controle sobre o trabalho já não pode mais seguir, na maioria dos casos, as modalidades diretas da prescrição taylorista das tarefas. Ele deve ceder lugar a mecanismos indiretos centrados no que eu chamo de prescrição da subjetividade e interiorização dos objetivos da empresa.

Esses mecanismos de controle indireto, orientados para a implicação da subjetividade, podem assumir diferentes formas. A obrigação do resultado, a pressão do cliente, a negociação por projetos, bem como a sujeição pura e simples ligada à precariedade, constituem as principais formas exploradas pelo capital para responder a este problema inédito. A precarização crescente da relação salarial, que caracteriza hoje em dia os países desenvolvidos, de fato nada tem de uma fatalidade econômica objetiva. Trata-se também e, sobretudo, de um instrumento pelo qual o capital, ante uma autonomia crescente do trabalho cognitivo

ao nível da organização da produção, tenta impor e beneficiar-se gratuitamente desta implicação/subordinação total, e isso sem reconhecer e sem pagar o salário que corresponda a esse tempo de trabalho não integrado e não mensurável pelo contrato oficial de trabalho.

***IHU On-Line – O senhor é um dos defensores de uma “remuneração social garantida”. Em que bases teóricas o senhor se apóia para defender esta proposição?***

**Carlo Vercellone** – Como acabo de mostrar, a nova condição salarial no capitalismo cognitivo nada tem de idílico. A proposta da remuneração ou renda social garantida (RSG) se propõe justamente a opor-se ao desenvolvimento dessas novas formas de exploração, colocando certas bases para um modelo de desenvolvimento alternativo. Assim sendo, a proposta de um RSG suficiente e independente do emprego se apóia sobre dois principais fundamentos teóricos. O primeiro fundamento consiste em pensar, no sentido de K. Polanyi,<sup>28</sup> o RSG como um instrumento de re-socialização da economia e de atenuação da coação monetária que é a relação salarial, ou seja, pensar condições sócio-institucionais que façam com que a força de trabalho se apresente como mercadoria fictícia. Dessa visão, resultam dois corolários essenciais que caracterizam a formulação da proposta de RSG:

- o montante do RSG deveria ser idealmente estabelecido a um nível suficientemente elevado, para permitir pelo menos a cada um recusar a degradação das condições de emprego e de remuneração que, na França, por exemplo, fazem atualmente do salário mínimo em tempo parcial a norma referencial que regula o montante dos mínimos sociais, como o RMI (Renda Mínima de Inserção);
- em sua própria definição, o direito ao RSG pressupõe a manutenção e implica a expansão do sistema atual de garantias liga-

<sup>28</sup> Karl Polanyi (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é ***A grande transformação – As origens de nossa época*** (Rio de Janeiro: Campus, 1980) (edição relançada em maio de 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a ***IHU On-Line*** n° 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa ***A grande transformação. As origens da nossa época***. (Nota da ***IHU On-Line***)

das às instituições do Welfare<sup>29</sup> (pensões, indenização de greve, saúde).

O segundo fundamento consiste em pensar o RSG não como uma retribuição assistencial (como o RMI), mas como uma remuneração primária, isto é, como um salário social fundado sobre o reconhecimento de uma contribuição produtiva, atualmente não-remunerada. Esta concepção do RSG, enquanto remuneração primária, se apóia num reexame e numa extensão da noção de trabalho produtivo, e isso de um duplo ponto de vista:

- O primeiro se baseia no conceito de trabalho produtivo, concebido segundo a tradição dominante no seio da economia política, como o trabalho que gera um lucro e/ou participa na criação de valor. Trata-se aí da constante segundo a qual nós assistimos hoje em dia a uma extensão importante dos tempos de trabalho, fora da jornada oficial do trabalho, que estão diretamente ou indiretamente implicados na formação do valor captado pelas empresas. O RSG, como salário social, corresponderia, neste ponto de vista, à remuneração desta dimensão cada vez mais coletiva de uma atividade criadora de valor que se estende sobre o conjunto dos tempos sociais, dando lugar a uma enorme massa de trabalho não-reconhecido e não-retribuído.
- O segundo ponto de vista remete ao conceito de trabalho produtivo pensado como trabalho produtor de valor de uso, fonte de uma riqueza que escapa à lógica mercadológica e do trabalho assalariado subordinado. Trata-se, em síntese, de afirmar que o trabalho pode ser improdutivo de capital, sendo

produtivo de riquezas e podendo encontrar sua contrapartida numa remuneração.

Para concluir, é preciso notar simultaneamente a relação de antagonismo e de complementaridade que essas duas formas contraditórias de trabalho produtivo entretêm no desenvolvimento do capitalismo cognitivo. A expansão do trabalho livre (trabalho benévolo, logicamente livre etc.) vai, de fato, de par com sua subordinação ao trabalho social produtor de valor, em razão precisamente das tendências que impelem para um esboroamento da separação entre trabalho e não-trabalho, esfera da produção e esfera da reprodução.

A questão posta pelo RSG é não apenas aquela do reconhecimento desta segunda dimensão do trabalho produtivo, mas também, sobretudo, aquela de sua emancipação da esfera da produção de valor e de lucro. Nesta visão, para retomar uma expressão de A. Gorz,<sup>30</sup> “somente a incondicionalidade da remuneração poderá preservar a incondicionalidade das atividades que não têm todo o seu sentido, a não ser que elas sejam cumpridas por elas mesmas”, favorecendo, desta maneira, a transição para um modo de desenvolvimento não produtivista e socialmente sustentável, fundado sobre a primazia de formas de cooperação não mercadológicas.

## Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho

***IHU On-Line – Quais são os principais sinais, nas sociedades contemporâneas, de que se começa a sair do capitalismo industrial, e quais são os sinais de que ainda estamos nele?***

<sup>29</sup> Welfare State: expressão em inglês que significa “estado de bem-estar” e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios socioeconômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>30</sup> André Gorz: filósofo austríaco radicado na França desde 1948. Escreveu 16 livros, dos quais vários traduzidos para o português, entre eles ***Adeus ao proletariado*** (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), ***Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*** (São Paulo: Annablume, 2003) e ***Misérias do presente, riqueza do possível*** (São Paulo: Annablume, 2004). A *IHU On-Line* realizou entrevista com Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista *IHU On-Line*, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos ***Cadernos IHU Idéias***, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos ***Cadernos IHU*** número 5, de 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

**Carlo Vercellone** – Muitas mutações assinalam a transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, mas, a mais importante é, sem dúvida, a que diz respeito à relação capital/trabalho, pois ela determina, em grande parte, as transformações paralelas ocorridas nas relações de propriedade, o ritmo e as modalidades de inovação, e a divisão internacional do trabalho. Proponho começar por este aspecto crucial. No capitalismo industrial, o desenvolvimento da divisão do trabalho foi caracterizado por um processo de polarização do saber e de parcelização – desqualificação do trabalho de execução. A cisão do trabalho intelectual e do trabalho manual andou unida com uma forte tendência à expropriação dos saberes laborais, a incorporação do saber no capital fixo e a organização das empresas, segundo uma dinâmica histórica que desembocará, sob muitos aspectos, no modelo fordista. A dimensão cognitiva do trabalho (concebida como unidade do pensamento e da ação), que constitui, no sentido de Marx, a própria essência do trabalho humano, foi, assim, estropiada e transformada em seu contrário, em atividade repetitiva. O trabalho, separado da subjetividade do trabalhador, tornou-se abstrato, não somente na sua forma, mas também no seu conteúdo, esvaziado de todo interesse e de toda qualidade intelectual expansiva.

### **O retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho**

A meu ver, a maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho. É preciso notar, também, que esta reconquista da dimensão cognitiva do trabalho se manifesta em todo tipo de atividade produtiva, pouco importante que ela seja material ou imaterial. É também por essa razão que a noção de trabalho imaterial, muitas vezes utilizada para caracterizar a mutação atual do trabalho, é insuficiente e, na minha ótica, imprecisa. A ascensão do trabalho cognitivo está

longe de ser o apanágio de uma elite de trabalhadores da R&D<sup>31</sup> ou da pesquisa científica. Ela diz respeito a todas as atividades produtivas e a toda a sociedade, como mostra a difusão das tarefas de produção de conhecimentos e de tratamento da informação em todos os setores econômicos, inclusive os de fraca intensidade tecnológica.

### **O controle do capital**

Certamente, existem tendências contrárias: a história não é um processo linear, mas procede por solavancos e hibridações. Assim, a tendência para uma nova organização cognitiva do trabalho não marca, *ipso facto*, o fim do taylorismo, aí incluído o domínio do trabalho intelectual. O capital se esforçará sempre em limitar, na medida do possível, o controle real exercido pelos trabalhadores sobre seu trabalho. No novo capitalismo (cognitivo), diferentes modelos produtivos e de organização do trabalho continuarão a coexistir e a imbricar-se. Não obstante, no capitalismo contemporâneo, a principal fonte da criação de valor e da competitividade das empresas não repousa mais no trabalho e no capital material, mas sobre o saber e as atividades intangíveis. Essa evolução corresponde à afirmação de uma nova preponderância qualitativa dos conhecimentos vivos, incorporados e mobilizados pelos trabalhadores, em relação aos saberes formalizados, incorporados no capital fixo e na organização das empresas.

### **Pontos essenciais**

É preciso ainda sublinhar, a esse respeito, dois outros pontos essenciais:

1. O elemento determinante dessa transformação está longe de poder ser explicado por um determinismo tecnológico que faria das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) o principal fator de passagem a uma nova organização da divisão do trabalho e das relações sociais. A este propósito, também é preciso lembrar que as

<sup>31</sup> R&D: acrônimo de Research and Development (Pesquisa e Desenvolvimento). (Nota da **IHU On-Line**)

TIC só podem funcionar corretamente na base de um saber vivo capaz de mobilizá-las, pois é o conhecimento que governa o tratamento da informação, que, caso contrário, permaneceria estéril. O seu ponto de partida encontra-se num processo de difusão do saber gerado pelo desenvolvimento da escolarização de massa e a alta do nível médio de formação. Temos, então, o que se pode chamar de constituição de uma intelectualidade difusa. É esta nova qualidade da força de trabalho que impulsionou a ascensão do trabalho imaterial e intelectual e a passagem da muda cooperação do fordismo à cooperação comunicante, própria de uma divisão cognitiva do trabalho.

### **Uma economia fundada no conhecimento**

2. As condições sociais e os verdadeiros setores impulsionadores de uma economia fundada no conhecimento não se encontram nos laboratórios privados de R&D, mas nas instituições e produções coletivas do Welfare State (saúde, educação, pesquisa pública e universitária etc.). Desses dois setores, tanto nos países do centro como nos da periferia, dependem, de fato, duas funções essenciais de uma política de desenvolvimento durável: a) a de assegurar a competitividade de longo prazo sobre produtos não submetidos à concorrência pelos preços e a uma especialização rígida; b) a de autorizar a satisfação das necessidades internas e a reprodução das condições sociais de uma sociedade e uma economia intensiva em conhecimentos ligados à formação de uma intelectualidade difusa. O desenvolvimento econômico e o progresso social, longe de serem antieconômicos, repousam sobre uma política de redução progressiva das desigualdades no acesso ao saber e na repartição do lucro. Trata-se, a meu ver, de um ensinamento maior para repensar as políticas do desenvolvimento na era do capitalismo cognitivo e chegar a um modelo que permitisse conciliar as exigências de um outro desenvolvimento nos países do Norte e de uma nova política de saída do subdesenvolvimento no Sul.

### **IHU On-Line – Quais são as diferenças e as conseqüências do funcionamento do “capi-**

### **talismo cognitivo” e do capitalismo comum para o desenvolvimento e o desemprego da população mundial?**

**Carlo Vercellone** – Na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do “estoque” de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa. Esta evolução tem um impacto crucial sobre as especializações internacionais e a localização das atividades. Atualmente, os espaços com dificuldades são os de tipo neotaylorista, em razão da sua vulnerabilidade, volatilizada ao extremo, do capital. Inversamente, as atividades intensivas em conhecimento estão muito mais ancoradas territorialmente. De fato, nesse caso, é o capital que depende de uma reserva de trabalho intelectual e imaterial, quando pré-existe à atividade das empresas e se concentra notadamente nas metrópoles. Utilizando o jargão dos economistas, pode-se dizer que, atualmente, a lógica de exploração de vantagens comparativas recua em proveito da detenção, por um território, de elementos de monopólios ou de vantagens absolutas fundadas sobre o saber.

### **A situação dos países em desenvolvimento**

É por isso que o impulso do capitalismo cognitivo está ligado a uma forte tendência de polarização da geografia do desenvolvimento, que ameaça condenar os países em vias de desenvolvimento (PVD), menos providos de trabalho qualificado, a uma verdadeira “desconexão forçada”. Esta tendência é tanto mais forte quanto o permite a revolução biotecnológica. Agora, as empresas do Norte se apropriam vantajosamente dos recursos genéticos e dos saberes tradicionais do Sul, substituindo por “novas mercadorias” muitos produtos tradicionalmente importados dos PVD. No entanto, também aqui não estamos diante de um processo unívoco. Uma lógica de deslocalização, baseada na redução dos custos do trabalho, parece, agora, penetrar também nos setores mais intensivos do conhecimento, como mostra, por exemplo, o impulso da indústria da informática na Índia. De maneira mais geral, um certo número de países, dispondo de uma importante reserva de mão-de-obra intelectual, tem, pelo menos em teoria, a possibilidade de pôr

em prática uma política de desenvolvimento suscetível de se inserir na nova divisão cognitiva do trabalho. É o caso da Índia, do Brasil, da China e de um certo número de países do antigo bloco soviético.

**IHU On-Line – Quais são os novos dispositivos de dominação que o senhor assinalaria? Não se deveria repensar a maneira de remuneração de um trabalhador que tem sua personalidade e subjetividade organizadas e comandadas para o lucro?**

**Carlo Vercellone** – Responderei a estas questões destacando, primeiro, certas contradições maiores da atual regulamentação do capitalismo cognitivo. Depois darei uma proposta que pode contribuir para a elaboração de uma alternativa.

1º) Na nova organização do trabalho, o controle pela obrigação de resultado tende a substituir os mecanismos fordistas tradicionais do controle pela prescrição dos meios e dos procedimentos. Neste movimento, a prescrição taylorista do trabalho é substituída pela “prescrição da subjetividade”, ou seja, pela injunção feita aos assalariados de se envolver no trabalho, pondo sua criatividade a serviço da empresa, como se se tratasse do espaço duma atividade livre e independente. A eficácia deste modo de gestão dos recursos humanos se choca, portanto, com duas contradições maiores. Prescrever a subjetividade corresponde, de fato, a uma “injunção paradoxal” que consiste em exigir qualquer coisa e seu contrário ao mesmo tempo: resulta uma “clivagem do eu” que corre o risco de afetar a capacidade de aprendizagem dos assalariados e, por ricochete, a das empresas. Além disso, a prescrição da subjetividade é, em geral, operada por um sistema de incitações individuais, em prejuízo da coesão do coletivo do trabalho, do qual depende um processo de acumulação dos conhecimentos. Esta contradição é tanto mais pesada quanto a nova lógica da “competência” (substituindo a do cargo), preconizada pelas empresas. Concretiza-se, com frequência, numa negação dos saberes adquiridos pela qualificação, bem como numa individualização da relação salarial que nega e entrava a dimensão coletiva dos conhecimentos mobilizados pelo trabalho.

## **A reivindicação sobre a propriedade do produto do trabalho**

2º) Nas atividades em que a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho se torna dominante, nós assistimos a uma desestabilização de uma das condições primárias do contrato salarial: a renúncia, da parte dos trabalhadores, em troca do salário, a toda reivindicação sobre a propriedade do produto de seu trabalho. No trabalho cognitivo produtor de conhecimentos, o produto do trabalho continua, de fato, incorporado no cérebro do trabalhador e, em consequência, indissociável de sua pessoa. Este fato contribui, entre outros aspectos, para explicar a pressão exercida pelas empresas para obterem um reforço dos direitos de propriedade intelectual e enclausurarem os mecanismos sociais que permitem a circulação dos conhecimentos.

## **Um deslocamento do conceito de trabalho produtivo**

Terminarei esta entrevista ressaltando como, no capitalismo cognitivo, o caráter social dos mecanismos da produtividade e da inovação determina, a meu ver, um deslocamento do conceito de trabalho produtivo (como no de exploração, no sentido de Marx). Nesse quadro, as fronteiras tradicionais entre trabalho e tempo livre, entre produção e consumo, se esboroam. O tempo de trabalho imediato, consagrado diretamente a uma atividade de produção (durante o horário oficial de trabalho) constitui agora apenas uma fração do tempo efetivo de trabalho. O conceito de trabalho produtivo e sua remuneração deveriam, pois, estender-se ao conjunto dos tempos sociais e das atividades que participam na criação de valor e de riquezas. Nessa ótica, importa, a meu ver, refletir sobre a proposição de uma extensão do salário socializado, fundado sobre a constituição de um Retorno Social Garantido (RSG), independente do emprego assalariado e cumulativo com outras retribuições de atividades, bem como com as transferências saídas do atual sistema de seguros da

proteção social. Do ponto de vista do próprio desenvolvimento de uma economia fundada sobre o conhecimento, este Retorno Social Garantido deveria ser considerado como sendo, ao mesmo tempo, um investimento coletivo da sociedade no saber e uma remuneração primária para os indivíduos, isto é, um salário social saído diretamente da produção e, assim, não provindo da redistribuição e da assistência. A este respeito, o Retorno Ga-

rantido corresponderia à instituição de um novo direito, fundado ao mesmo tempo na cidadania e no trabalho (num sentido amplo que não se reduz ao conceito de emprego assalariado). Ele favoreceria a elevação do nível de formação da mão-de-obra e a criação de formas de cooperação não-mercantis, impelindo “para o alto” a escala das remunerações por atividade e o poder de negociação dos assalariados com o mercado de trabalho.

## “Já saímos da sociedade salarial”

Entrevista com Giuseppe Cocco

Giuseppe Cocco é graduado em Ciências Políticas, pela Université de Paris VIII, graduado em Ciência Política, pela Università degli Studi di Padova, mestre em Ciências Tecnológicas e Sociedade, pelo Conservatoire National des Arts et Metiers, e mestre e doutor em História Social, pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). É também editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum e Multitudes (Paris)*. Atualmente, Giuseppe é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele é autor de diversos livros, entre os quais citamos **Biopoder e luta em uma América Latina globalizada** (Rio de Janeiro: Record, 2005), em parceria com Antonio Negri, e **Trabalho e Cidadania – Produção e direitos na era da globalização** (São Paulo: Editora Cortez, 2000). É co-organizador de **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação** (Rio de Janeiro: DPA Editora, 2003). Cocco concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** publicada na edição 194, de 4 de setembro de 2006, sobre “Uma renda universal”, e ministrou uma palestra no evento do IHU Alternativas para Outra Economia de 2006.

O professor Giuseppe sustenta, em outra entrevista, concedida à **IHU On-Line** e publicada na edição 216, de 23 de abril de 2007, que já saímos da sociedade salarial. Mas explica: “Essa saída é

processada e emoldurada pelas instituições e a ideologia oriundas da relação salarial. Isso não tem nada a ver com o fim do trabalho, nem com o fim do emprego”.

**IHU On-Line – O novo modo capitalista de organizar a produção deu origem ao que hoje se denomina “trabalho imaterial”. Como o senhor descreveria esse conceito?**

**Giuseppe Cocco** – Para definir o conceito, podemos começar reformulando um pouco a questão. Na passagem do regime de acumulação fordista (baseado no paradigma da grande indústria) ao pós-fordismo (baseado no conhecimento), assistimos a uma profunda transformação do trabalho. Justamente, podemos definir essa transformação como deslocamento da centralidade do trabalho material para o que o próprio Marx definia como “trabalho imaterial”. Nesse novo regime de acumulação (globalizado e organizado em redes integradas de produção e circulação), o conceito de trabalho imaterial constituiu um caminho consistente diante da multiplicação das análises que apostavam na emergência de um modelo neo-industrial: o toyotismo<sup>32</sup> (Piore<sup>33</sup> e Sabel,<sup>34</sup> Coriat,<sup>35</sup> entre muitos outros). Hoje em dia, ninguém coloca a trajetória japonesa como paradigma do

<sup>32</sup> Toytismo: modo de produção capitalista que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1950. Surgiu na fábrica da Toyota no Japão após a II Guerra Mundial, e foi elaborado por Taiichi Ohno mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquirindo uma projeção global. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>33</sup> Michael Piore: estudioso do trabalho, autor de **The second industrial divide** (New York: Basic Books, 1984), escrito com Charles Sabel. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>34</sup> Charles Sabel: estudioso do trabalho, autor de **The second industrial divide** (New York: Basic Books, 1984), escrito com Michel Piore. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>35</sup> Benjamin Coriat: estudioso do trabalho, autor de **Pensar pelo avesso** (Rio de Janeiro: UFRJ/Renan, 1994). (Nota da **IHU On-Line**)

pós-fordismo. Mas, e isso é muito mais importante, a abordagem em termos de trabalho imaterial permitiu ir além do impasse determinado pelas teorias do “adeus ao proletariado” (Gorz), do “fim do trabalho” (J. Rifkin<sup>36</sup>), do “deslocamento do trabalho para o consumo” (Canclini,<sup>37</sup> mas bem antes dele A.O. Hirschman). Dizer que o trabalho se tornou imaterial significa afirmar que, no pós-fordismo, são as dimensões intersubjetivas do trabalho que determinam aquelas objetivas (da relação sujeito/objeto) típicas do processo de trabalho industrial. Isso não significa dizer que o trabalho material desapareceu, ainda menos identificar o trabalho imaterial com as meras funções “intelectuais”. Pelo contrário, trata-se de dar conta do fato que, como o próprio Marx antecipava, “o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser o resultado mais de uma combinação de atividade social que da simples atividade do produtor”. A transformação da matéria pelo trabalhador individual (inclusive quando ele con-

tinua no chão de fábrica) depende das dinâmicas imateriais: comunicativas, lingüísticas, afetivas, ou seja, as atividades da mente e da mão de um trabalhador de carne e osso!

**IHU On-Line – O senhor atribui o conceito de ‘trabalho imaterial’ aos autores Maurizio Lazzarato<sup>38</sup> e Antonio Negri.<sup>39</sup> Qual é a contribuição específica desses autores para pensar a nova realidade do trabalho?**

**Giuseppe Cocco** – Com efeito, foram Toni e Maurizio que, em um artigo publicado na revista francesa *Futur Antérieur* (em 1991), começaram a usar o conceito marxiano de “trabalho imaterial” para dar conta da nova realidade do capitalismo pós-fordista. De maneira complementar e no mesmo momento, Paolo Virno,<sup>40</sup> em artigo da revista italiana *Luogo Comune*, atualizava um outro conceito marxiano, o de *general intellect*.<sup>41</sup> O conceito de “trabalho imaterial” dá conta das dimensões subjetivas de um trabalho que se alimenta e ali-

<sup>36</sup> Jeremy Rifkin: guru da chamada nova energia. É autor de vários livros que grande repercussão internacional como, entre outros, **A economia do hidrogênio** (São Paulo: Makron Books, 2003), **O fim dos empregos** (São Paulo: Makron Books, 2004) e **A era do acesso** (São Paulo: Makron Books, 2005), (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>37</sup> Nestor Canclini: sociólogo argentino, autor de, entre outros **A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte** (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>38</sup> Maurizio Lazzarato: sociólogo independente e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. Junto com o Grupo Knowbotic Research, elaborou o projeto IO\_dencies/travail immatériel para a Bienal de Veneza. Além disso, participa de ações e reflexões sobre os “intermitentes do espetáculo” no âmbito da CIP-idf (Coordination des intermittents et précaires d’Île-de-France), onde coordena uma importante “pesquisa-ação” sobre o estatuto dos trabalhadores e profissionais do espetáculo e do mundo das artes, além de outros trabalhadores precários. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. Confira entrevista com ele nas **Notícias do Dia** de 06-12-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>39</sup> Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 1954, entrou no PSIUP de Pádua (partido que posteriormente se integraria ao Partido Socialista), que possuía a maioria do movimento operário, em virtude da grande concentração industrial da região. Em 2000, publica o livro-manifesto **Império** (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente **Multidão. Guerra e democracia na era do império** (Rio de Janeiro: Record, 2005), com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, **Império**. Ele foi apresentado na primeira edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003, esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>40</sup> Paolo Virno: filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da conciencia de Theodor Adorno. Entre seus livros estão **Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas** (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003), **A grammar of the multitude: for an analysis of contemporary forms of life** (Nueva York: Semiotext, 2004) e **Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas** (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>41</sup> Sobre esse tema, conferir a entrevista de Paolo Virno neste número dos **Cadernos IHU em formação**. (Nota da **IHU On-Line**)

menta uma dinâmica de conhecimento não mais controlada pelo capital e fixada em suas maquinarias, mas afere a rede social dos cérebros: o *general intellect*. Agora, pois estamos falando um pouco da “genealogia” do conceito, cabe frisar que essas reflexões se desenvolveram em marco bem específico: a prisão! Negri e Virno passaram bastante tempo na mesma prisão (entre 1979 e 1983) e, com certeza, refletiram longamente sobre a derrota do ciclo de movimento aberto pelo Maio de 68. Por um lado, a derrota política tinha se traduzido na vivência e na dor da prisão. Por outro, a dor da prisão tornou-se o ponto de partida para uma reflexão inovadora sobre as razões teóricas e sociais da derrota. O quebra-cabeça da derrota se apresentava nas formas da fragmentação do movimento entre os setores tradicionais do operariado de fábrica e os sujeitos mais inovadores: os jovens oriundos das universidades massificadas, que ingressavam no trabalho de forma paradoxal, sem mais integrar o estatuto do “trabalho assalariado” fordista. Emblematicamente, os primeiros contingentes do trabalho precário metropolitano eram compostos pelos segmentos mais qualificados de trabalhadores. Em um dos livros que escreveu na prisão (*Il lavoro di Giobbe* – a tradução foi publicada pela Record com o título *Jó, a força do escravo*, em 2007), Negri formulava o enigma nesses termos: “O trabalho mais produtivo e mais sofisticado parece assim repetir a experiência da escravidão”. A dor bíblica de Jó, em sua revolta contra o absurdo da transcendência, enervava o esforço negriano de transformar a dor da prisão em um novo e mais avançado patamar de reflexão sobre a crise do trabalho assalariado determinada pelo desaparecimento de qualquer unidade de medida da organização disciplinar do chão de fábrica. O esforço era de, por trás da dor insuportável, ou seja, de uma dominação capitalista que parecia desmedida, continuar a ver o homem livre, a livre atividade.

**IHU On-Line – O senhor verifica no Brasil uma resistência à categoria “trabalho imaterial”. Por quê?**

**Giuseppe Cocco** – Com certeza, há um certo número de sociólogos que ocupam posições importantes no campo da teoria crítica que, paradoxalmente, apreendem o novo de maneira conservadora. Às vezes, trata-se de leituras sociológicas que se contentam em repetir liturgicamente – quase como se fosse o dogma de uma fé inquebrantável – que o trabalho continua sendo “industrial”, aquele mesmo descrito por Marx no Livro 1 de *O capital*.

Não é um fenômeno somente brasileiro. Muito pelo contrário, trata-se do reflexo (aliás, secundário) da maior característica desse deslocamento: a saída da sociedade salarial se realiza no marco institucional e conceitual da sociedade salarial. No caso brasileiro há, porém, um determinante específico: mais ou menos todo o mundo – na esquerda brasileira – tinha, como perspectiva de reforma, a “integração” social pelo “pleno emprego”, ao passo que esse devia ser alcançado por meio de políticas “estatais” de regulação do mercado (de cunho fundamentalmente keynesiano). Por incrível que possa parecer, para esses “teóricos”, a clivagem fundamental é aquela que separa emprego e desemprego e, em seguida, os direitos conquistados dentro da relação de emprego. Se deve haver emancipação, é dentro desse percurso linear. Uma linearidade, claro, matizada pelas cambalhotas do pensamento dialético e binário. Aí a armadilha se fecha, fechando o horizonte do trabalho dentro de sua inevitável relação com o capital. Assim, para boa parte da sociologia crítica, a exaltação retórica do movimento operário (da “classe dos que vivem do trabalho”) é incapaz de pensar a autonomia do trabalho e fica presa no “determinismo” do capital. A “classe” da qual eles falam é na realidade uma categoria socioeconômica, ou seja, o que Marx chamava “força de trabalho”, trabalho subordinado. Nem apreenderam os aportes da historiografia do movimento operário inglês. Quando E. P. Thompson<sup>42</sup> escrevia – ainda em 1963 – que a classe operária se “constitui” e não “emerge”, ele afirmava que a classe é um evento: ela existe porque luta (e não o contrário) e isso significa que a classe luta – em primeiro lugar – contra sua condição objetiva e subordinada de força de trabalho. A

<sup>42</sup> E. P. Thompson (1924-1993): foi um historiador britânico da concepção teórica marxista e é considerado por muitos como o melhor historiador inglês do século XX. É autor da trilogia *A formação da classe operária inglesa*. (Nota da *IHU On-Line*)

crise do trabalho assalariado é, pois, uma determinação das lutas e dessa afirmação teórica e metodológica que precisamos avançar.

## O discurso sobre a exclusão

Um outro elemento de inadequação da sociologia crítica (o que, aliás, implicou em uma análise completamente inadequada do neoliberalismo) é o discurso sobre a exclusão. Repete-se que o neoliberalismo aumenta a exclusão e, na realidade, pensa-se à exclusão do emprego. Ora, o que acontece é exatamente o contrário. Se nós temos a sensação superficial de que a exclusão aumenta, isso é porque – na realidade – ela não existe mais. Em que sentido? No sentido em que o capitalismo contemporâneo inclui – controla – todo o mundo sem integrá-lo na relação salarial. É a vida enquanto tal que é posta para trabalhar. Quando no capitalismo industrial a exclusão (Marx a chamava de “proletarização”) era uma função da inclusão (subordinação) dentro da relação salarial, no capitalismo cognitivo inclui-se – coloca-se a trabalhar – os excluídos enquanto tais: por exemplo, colocando um telefone celular no bolso de todo o mundo. E, quando o emprego mantém algum estatuto, esse é objeto sistemático de precarização. O que chamamos de “exclusão” na realidade é o controle social exercido por essa nova forma de capitalismo, da mesma maneira que o que chamamos de “financeirização” é, na realidade, um indicador da crise do valor. Com outras palavras, tudo se torna político, a própria organização da produção é biopolítica (o contrário da “irrelevância da política” da qual fala Francisco de Oliveira<sup>43</sup>). No capitalismo industrial, o momento político da exclusão (a expropriação dos camponeses e dos artesões bem como a libertação dos servos) era função do momento “técnico” e “econômico” da transação que

levava à mobilização assalariada do trabalho. Hoje em dia, no capitalismo pós-industrial (cognitivo) o momento político da exclusão (por exemplo, o *copyright*) é função imediata também de um controle das formas de vida postas a trabalhar que continua sendo político: poder sobre a vida, biopoder!

### **IHU On-Line – Marx hoje é insuficiente para “dar conta” da nova realidade do mundo do trabalho?**

**Giuseppe Cocco** – Com certeza, é insuficiente. Seria absurdo, do ponto de vista do próprio método marxiano, dizer o contrário. Quando Marx desenvolvia sua crítica à economia política, ele tinha como referência não a situação mediana da Europa (nem falamos do mundo), mas a tendência material apontada pelo ponto mais avançado: a Inglaterra! Precisamos – para sermos marxistas, ou seja, materialistas – ir além de Marx! Em particular, precisamos apreender por onde passa o antagonismo, uma vez que a teoria da exploração (a teoria da mais valia), que Marx formulou, não funciona mais. Em outros termos, temos que responder à questão de saber como funciona a exploração quando suas regras e medidas (o tempo de trabalho e sua articulação entre necessário e excedente) se tornam desmedidas e envolvem a vida como um todo: não mais a apropriação do tempo de trabalho excedente, mas a apropriação das formas de vida, dos excedentes de ser! Não mais a ontologia do trabalho, mas a ontologia *tout court*.

### **IHU On-Line – Muitos pesquisadores da sociologia do trabalho pesquisam hoje o tema da subjetividade operária. Em sua opinião, qual é o motivo do interesse nesse tema? De fato, há indícios que se possa falar de uma nova subjetividade operária?**

**Giuseppe Cocco** – Claro que tudo que dissemos sobre o trabalho imaterial tem como base empíri-

<sup>43</sup> Francisco de Oliveira: sociólogo brasileiro. A *IHU On-Line* entrevistou-o na 123ª edição, de 16-11-2004 sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional. Esse foi o tema de um artigo de Chico de Oliveira, intitulado “Quem derrotou Marta? O governo Lula”, que publicamos na edição n.º 122 da *IHU On-Line*, de 08-11-2004. É professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003 e autor do conhecido livro *O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2003). Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista na *IHU On-Line* n.º 77, de 29-0-9-2003, e outra concedida à edição n.º 80, de 20-10-2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 01-10-2003, em que participou do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, abordando o tema Perspectivas do Brasil com o novo governo. Ele ainda tem entrevista publicada nos *CADERNOS IHU em formação* número 9, de 2006, intitulado *Política Econômica. É possível mudá-la?* (Nota da *IHU On-Line*)

ca as pesquisas sobre subjetivação do trabalho. Os métodos gerenciais pós-fordistas demandam uma forma de implicação paradoxal dos trabalhadores. O “patrão” precisa mobilizar até a alma do trabalhador: sua capacidade comunicativa, seus afetos, suas redes sociais. As pesquisas de Philippe Zarifian<sup>44</sup> são extremamente interessantes nesse sentido, do mesmo jeito que o vasto trabalho de reconstituição da retórica do capitalismo pós-fordista realizado por Boltanski e Chiapello (*Le nouvel esprit du capitalisme*, 1999), em particular quando eles apontam para o fato de que o “novo espírito” do capitalismo se nutre de sua capacidade de “integrar a crítica”. Ora, essa subjetividade do trabalho é completamente paradoxal. Por um lado, ela se apresenta como instabilidade permanente das formas de vida postas a trabalhar, ou seja, com crise dos valores e crescente incerteza das expectativas: poder desmedido. Pelo outro, a práxis produtiva se confundindo com as formas de vida, o trabalho pode tornar-se produtivo sem passar pela relação salarial e afirmar-se como atividade social e livre: desmedida da resistência. É na organização e manutenção dessa clivagem que o controle (o biopoder) se organiza. Seu mecanismo fundamental é a multiplicação das regulamentações do trabalho, dos trabalhadores, das obras (vistos de trabalho contra os migrantes internacionais, leis trabalhistas corporativas, proteção da propriedade intelectual) para reduzir a multiplicidade em fragmentos que competem entre si (a sociologia apologética da pós-modernidade – F. Ewald – diria: que constituem um risco “um para o outro”!).

**IHU On-Line – Como o senhor se posiciona em relação ao debate gorziano do “fim do emprego”? De fato caminhamos para a superação da sociedade salarial?**

**Giuseppe Cocco** – Gorz é com certeza um autor interessante e inovador. Mas precisamos tomar um certo cuidado: em *Miséria do presente e riqueza do possível*, ele qualificava as abordagens em termos de trabalho imaterial de “delirantes”. Um ano ou dois depois, ele lançou um livro inteiro (*O imaterial*), cuja bibliografia é dos autores anteriormente acusados de serem delirantes (Negri, Virno, Lazzarato, Moulier Boutang,<sup>45</sup> Marazzi etc.). De toda maneira, como já coloquei, já saímos da sociedade salarial. Mas essa saída é processada e emoldurada pelas instituições e a ideologia oriundas da relação salarial. Isso não tem nada a ver com o “fim do trabalho”, nem com o “fim do emprego”. Por um lado, porque o trabalho – ao invés de encolher – se expande à sociedade como um todo, investindo a vida em seu conjunto. Por outro, porque o controle da vida posta para trabalhar (o biopoder) passa, em parte, pelo “emprego” (só que esse é um emprego precário, intermitente, terceirizado, “autônomo” etc.) e, quando o trabalho acontece fora da relação de emprego (por exemplo, na circulação, nas redes, no consumo), ele continua sendo regido pelas instituições da sociedade salarial (desde o seguro desemprego até as leis sobre o *copyright*).

**IHU On-Line – Na perspectiva da crise da sociedade salarial, Gorz propõe um “mínimo vital”. O senhor fala em uma “renda universal”. Qual é a diferença?**

**Giuseppe Cocco** – Muito além do Gorz, há uma vastíssima literatura internacional sobre o mínimo vital (*basic income*), que é – aliás – divulgada no Brasil pelo senador Eduardo Suplicy. O debate – e eventualmente as políticas – que essa proposta traz são relevantes e constituem um grande passo para frente: o fato de atrelar cidadania e distribui-

<sup>44</sup> Philippe Zarifian: sociólogo francês, pesquisador e professor da Universidade Mame-la-Vallé (França), doutor em Economia pela Universidade Paris I. Sua área de pesquisa é a sociologia do trabalho. Escreveu inúmeros livros, entre os quais **Objetivo competência: por uma nova lógica** (São Paulo: Atlas, 2001). Na edição 167 da **IHU On-Line**, de 05-12-2005, **Gestão empresarial. Desafios e perspectivas de uma nova aprendizagem**, concedeu a entrevista “A gestão do conhecimento fornece bases para compreender fenômenos técnico ou sociais”. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>45</sup> Yann Moulier-Boutang: economista, filósofo e escritor. É professor de economia na Universidade de Bretagne du Sud, em Vanes. Também é professor de gestão e administração no Institute of Political Science, em Paris e de análise econômica na Universidade de Caen, na Normandia. Participa de pesquisas sobre as transformações no sistema capitalista no Laboratory Matisse. Confira, nesta edição dos **Cadernos IHU em formação**, uma entrevista com ele. (Nota da **IHU On-Line**)

ção de renda! Ao mesmo tempo, ela tem muito pouco a ver com nossa abordagem e a proposta de uma renda universal. Digamos até que ela se coloca numa perspectiva teórico-política oposta. Para os defensores do *basic income*, trata-se de garantir a todo o mundo uma renda na medida em que na sociedade contemporânea cada vez mais gente encontrará um emprego. A proposta em termos de renda universal assume – ao contrário – a necessidade de reconhecer as dimensões produtivas da vida enquanto tal, ou seja, de reconhecer o “devir mulher” do trabalho – como dizia Deleuze<sup>46</sup>: a produção da vida é o paradigma da produção em geral. É porque o trabalho não pára de se difundir socialmente que preci-

samos encontrar uma outra modalidade de remunerá-lo. A diferença de perspectiva é fundamental. Não se trata de “compensar” o encolhimento do emprego, mas de remunerar a “vida activa” para, ao mesmo tempo, radicalizar o encolhimento do “emprego” e constituir a cidadania como base da mobilização produtiva, uma cidadania que diz respeito à noção de um comum a partir do qual as singularidades podem cooperar entre elas se mantendo tais. Para finalizar, as críticas ao Bolsa Família enquanto política assistencialista são absurdas, organizadas com base no paradigma do passado: por isso, elas misturam paradoxalmente os diferentes campos político, juntando conservadores e esquerdistas, a Fiesp e o MST.

<sup>46</sup> Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês, Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, enfim conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da **IHU On-Line**)

## “O que mudou foi a divisão do trabalho”

*Entrevistas com Ursula Huws*

Ursula Huws é professora de Estudos do Trabalho Internacional no Working Lives Research Institute, na Universidade Metropolitana de Londres. Escreveu, entre outros, o livro ***The making of a cybertariat: virtual work in a real world*** (2003).

Ursula concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**. A primeira publicada aqui, intitulada “O que mudou foi a divisão do trabalho”, apareceu antes na edição 216, de 23 de abril de 2007. Nesta entrevista, a pesquisadora inglesa entra em conflito com muitos pensadores do mundo do trabalho atual que discutem a tendência do trabalho imaterial e cognitivo. Ursula defende que “o conceito de uma ‘sociedade do conhecimento’ parece quase inteiramente uma construção ideológica que serve como cortina de fumaça para esconder a realidade de que nunca houve na história do trabalho mais trabalho ‘material’ do que há precisamente agora”. A segunda entrevista publicada aqui, intitulada “A nova divisão global do trabalho”, apareceu antes na edição 177, de 24 de abril de 2006, Ursula acredita que, aos poucos, os sindicatos dão sinais de que estão “acordando” para os desafios do novo mundo do trabalho, “mas ainda há muito a ser feito”. Ela acredita também que “não podemos esperar que as burocracias sindicais mudem espontaneamente – o ímpeto deve vir dos próprios trabalhadores, organizando e fazendo demandas aos sindicatos que se encaixem em suas necessidades”.

**IHU On-Line – Os seus estudos apontam para uma reorganização da alocação do trabalho mundial. Quais são as principais características da nova divisão internacional do trabalho?**

**Ursula Huws** – A nova divisão internacional do trabalho trouxe uma decisiva mudança no poder dos trabalhadores para com os empregadores, dando aos empregadores a opção de transferir trabalho entre regiões e nações. Embora o trabalho não seja transferido, a ameaça de que ele possa ser pode ser utilizada para disciplinar os trabalhadores nos locais de trabalho. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma nova reprodução de multinacionais que estão se expandindo numa taxa fenomenal, mas não tanto pelo método tradicional de recrutar trabalhadores diretamente do mercado de trabalho, como pela transferência de pessoal. Quando o trabalho é deslocado de uma companhia existente ou da organização de um setor público para uma das novas companhias globais de origem externa (tais como Accenture, EDS, Siemens Business Services, Manpower, Serco etc.), os termos do contrato de transferência (*outsourcing*<sup>47</sup>) envolvem, com frequência, uma transferência dos empregados que prestaram previamente este trabalho à nova companhia global. Estes trabalhadores se defrontam, então, com mudanças nos seus termos e condições de trabalho e, com muita frequência, com uma necessidade de adaptação à cultura de uma corporação global na qual

<sup>47</sup> *Outsourcing*: do inglês, “out” (que significa “fora”), e “source” ou “sourcing” (que significa fonte), designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligado a idéia de sub-contratação de serviços. Em outras palavras, “outsourcing” é a transferência das atividades conhecidas como atividades-meio, e nunca as atividades-fins (produto final), para uma empresa terceirizada. (Nota da **IHU On-Line**)

eles terão que trabalhar, não precisamente para seu velho empregador, mas também para outros clientes que podem estar localizados em algum outro lugar do mundo, e no qual as únicas possibilidades de avanço podem envolver a mobilização para outras regiões.

### Uma nova “classe média”

Já estamos vendo sinais de uma convergência nos salários como resultado desses desenvolvimentos. Isso criou uma forte pressão para baixo nos níveis de remuneração dos trabalhadores nas economias mais desenvolvidas da Europa e da América do Norte, porém trouxe algum “nivelamento para cima” para a minoria dos trabalhadores que trabalham para essas corporações globais em algumas regiões em desenvolvimento (por exemplo, em partes da Índia). Isso está conduzindo ao desenvolvimento de uma nova “classe média” em alguns países, mas há pouca evidência de que isso esteja conduzindo a uma melhoria geral em salários e condições através de toda a economia. Pelo contrário, parece estar criando novas formas de polarização entre os mesmos, com uma taxa de crescimento entre esta nova “classe média” e aqueles que trabalham no setor informal, especialmente em áreas rurais.

Eu uso o termo “classe média” com reservas, porque, embora esta seja em geral a percepção dos próprios trabalhadores e represente objetivamente uma melhora maior em sua posição prévia, não me parece que oferece para a maioria deles alguma real segurança a longo prazo, como membros de uma burguesia permanente. Há, no entanto, também uma rápida emergência de amplas corporações globais na Índia, na China e em outras nações em desenvolvimento, cujo bem-estar está crescentemente indistinguível daquele de corporações similares localizadas nos Estados Unidos ou na Europa.

***IHU On-Line – Descrevendo as significativas mudanças na organização social do trabalho a partir da revolução tecnológica, a senhora fala num novo tipo de proletariado, o cyber-***

***tariat (“cybertariado”). Poderia explicar o que caracteriza esse novo trabalhador?***

**Ursula Huws** – Eu uso o termo “cybertariado” para descrever trabalhadores que estão empregados em tarefas que envolvem o processamento de informação em negócios que têm o potencial de serem realocados, ou já o foram. Em alguns casos, foram negócios que foram encarados formalmente como tarefas “boas” para trabalhadores altamente educados (por exemplo, trabalhadores de tecnologia da informação no setor público), mas que deterioraram rapidamente quando se tornaram sujeitos desses processos de globalização. Estes trabalhadores estão se tornando tipicamente mais e mais intercambiáveis, quando perícias e processos se tornam mais estandardizados. Isso corrói sua posição de barganha e torna seu trabalho mais precário.

***IHU On-Line – Como organizar o “cybertariado” numa realidade cada vez maior de fragmentação e divisão espacial do trabalho?***

**Ursula Huws** – As mesmas forças que resultam na estandardização de tarefas e na universalização de perícias poderia, em princípio, tornar-se uma forma de unir esses grupos de trabalhadores que eram formalmente muito disparatados em termos de suas identidades ocupacionais e fidelidades classistas. De forma crescente, eles compartilham dos mesmos processos laborais, trabalham para os mesmos empregadores e têm relações funcionais idênticas com o capital. A grande questão é se isso vai conduzir a uma comum identidade subjetiva de classe. Vemos alguns sinais encorajadores de que os sindicatos estão começando a desenvolver estratégias de organização através de cadeias de valor global. Um exemplo disso é a possibilidade, agora discutida, de fusões entre o maior sindicato britânico em manufatura (o Transport and General Workers Union, a fundir-se com Amicus) com contrapartidas nos Estados Unidos (o Steelworkers Union) e, possivelmente, também na Alemanha (Verdi).

***IHU On-Line – A senhora fala que entramos na era de uma economia baseada no conhecimento. Na sociedade do trabalho, signifi-***

**ca afirmar que entramos na “Era do trabalho imaterial”? O que caracteriza o “trabalho imaterial”?**

**Ursula Huws** – O conceito de uma “sociedade do conhecimento” parece, para mim, quase inteiramente uma construção ideológica que serve como cortina de fumaça para esconder a realidade de que nunca houve na história do trabalho mais trabalho “material” do que há precisamente agora. O consumo mundial de matérias-primas e a produção mundial de artefatos físicos nunca foram maiores e podemos ver, para onde quer que olhemos, as conseqüências disso na destruição do meio ambiente. O que mudou foi a divisão do trabalho. Há duas tendências contraditórias no âmbito do capitalismo: uma é a de gerar constantemente novos produtos, o que se torna cada vez mais complexo com o desenvolvimento da tecnologia; a outra é a de constantemente simplificar o processo de produção com o objetivo de reduzir o custo do trabalho. Quando estas duas tendências interagem uma com a outra, o que vemos é uma redução dos processos em ritmos cada vez menores, envolvendo uma cadeia cada vez mais elaborada de trabalho. Estas “cadeias de valor” são crescentemente extensas, tanto contratualmente (produzindo cadeias de subcontratantes [empregados]) como espacialmente (produzindo uma expansão de produção e distribuição ao redor do mundo). Esta divisão do trabalho não se aplica só a processos manuais, mas também a mentais. Os assim chamados “trabalhadores cognitivos” são aqueles que processam unidades de informação da mesma forma como “os trabalhadores manuais” são aqueles que processam unidades de matéria física. Todos esses trabalhadores, sejam “mentais” ou “manuais”, estão intrinsecamente vinculados um ao outro pela lógica do capital, através de suas posições complementares nesta divisão do trabalho.

No entanto, há certos aspectos do trabalho “mental” que servem para camuflar esta realidade ante os próprios trabalhadores. Eles tendem a ser mais finamente educados e encaram a si mesmos como possuidores de uma classe mais elevada. Em alguns casos (por exemplo, daqueles que anteriormente trabalharam no setor público), seu trabalho só recentemente ingressou no mercado e

eles ainda se identificam fortemente com aquilo que fazem e essa “racionalidade cuidadosa”, ou busca por “satisfação profissional”, gera uma tendência para a auto-exploração, por exemplo, trabalhando por longas horas. Tais tendências são particularmente evidentes entre “trabalhadores criativos”, e aqueles que ainda se encaram como intelectuais independentes, muitos dos quais são auto-empregados e são colhidos numa aguda contradição entre a necessidade, de um lado, de obter um modo de vida e, do outro, no sentido de expressar sua habilidade.

**IHU On-Line – No novo modo produtivo ocorre o que a senhora chama de “destruição da identidade ocupacional”. O que quer dizer exatamente com isso e qual é sua conseqüência para os trabalhadores e trabalhadoras?**

**Ursula Huws** – Tradicionalmente, as identidades ocupacionais formavam os blocos formadores das identidades de classes. Os trabalhadores são definidos por outros e se definem a si próprios em relação a um setor específico de habilidades e competências que contribuem para estabelecer a identidade ocupacional. Muitos trabalhadores poderiam definir o que eles fazem, tanto em relação a peças particulares de maquinário quanto a funções particulares, em termos bastante precisos – “Minha tarefa é fazer isso, isso e isso”. De maneira mais incisiva, isso também foi definido negativamente – “NÃO é fazer isso, aquilo ou aquela outra coisa”. A maioria dos discursos ideológicos circundando o conceito da “economia cognitiva” tende a minar as bases dessas identidades fixadas. Supõe-se que os trabalhadores são engajados num “aprendizado por toda a vida”, a fim de estarem preparados para “tarefas múltiplas” ou para serem “flexíveis”. Em outros termos, supõe-se que eles estão preparados para aprender novas habilidades, assumir novas tarefas e substituir-se reciprocamente quando são solicitados a agirem assim pelo empregador. Além disso, em diversas situações, espera-se que eles cubram os custos de algum treinamento de seus próprios bolsos, ou se espera que o Estado o faça. Para que eles investiriam num treinamento oneroso, argumentam diversos empregadores, se, uma vez treinados, os trabalhadores vão embora e

trabalham para uma empresa rival? A universalização dos crescentes padrões de habilidades [competências], como observei antes, é fator-chave na criação de um exército global de reserva de trabalhadores da informação – uma contribuição direta para a criação de um “cybertariado”. Isso também mina as bases tradicionais de organização para diversos sindicatos.

***IHU On-Line – Em relação ao lugar da mulher na nova realidade mundial do trabalho, o que a senhora poderia destacar?***

**Ursula Huws** – As implicações de gênero desses desenvolvimentos são imensas e é difícil destacar somente alguns pontos. Aqui quero limitar-me a olhar para a posição das mulheres nas novas empresas globais que estão emergindo no trabalho da informação. Muitas das tarefas que são correntemente sujeitas à inserção no mercado, como a administração de serviços públicos, são atividades que desde os anos 1960 foram, em muitos países, o tipo de trabalho em que as mulheres fizeram os maiores avanços. Ele não emprega somente os tipos de habilidades que as mulheres são em geral mais capazes de desenvolver no sistema educacional (habilidades de linguagem, clericais, administrativas etc.). É também a área onde elas mais tenderam a criar sindicatos e a negociar razoavelmente bons acordos para iguais oportunidades

(ganhando, por exemplo, bons acordos de licença maternidade, direitos iguais para trabalhadores em tempo parcial, facilidades para cuidar de filhos etc.). Agora, essas tarefas estão sendo eliminadas e alguns desses ganhos estão sendo corroídos. Por exemplo, as novas empresas globais tendem a ter uma rígida “cultura de longas horas” e fazem altas exigências laborais nesses empregos para trabalharem nos fins de semana, para serem removidos, para ganharem promoções etc. Muitas dessas empresas apresentam uma “face corporativa”, que superficialmente parece ser pró-mulheres. Há, frequentemente, mulheres em posições administrativas claramente inferiores, como supervisoras de telefonia [*call-centers*]. No entanto, para assumir tais funções, elas devem, com frequência, pagar altos preços. Para aquelas que ingressaram no serviço público porque desejaram fazer algum bem no mundo, há um forte choque emocional envolvido na transferência de um ambiente, onde o objetivo ostensivo da tarefa é garantir um serviço público, para outro, onde o objetivo é maximizar os lucros dos acionistas. Por uma variedade de razões, são preferencialmente mulheres que trabalham em tais funções. Mas também há, por exemplo, mulheres que preferem estar na linha de recepção desses novos desenvolvimentos – como consumidoras e usuárias de serviços.

## **“Há uma transformação, que veio para ficar, no mundo do trabalho”**

*Entrevista com Marcio Pochmann*

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. É doutor em Economia pela mesma instituição, com a tese Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança. Publicou os livros **Políticas do trabalho e de garantia de renda – O capitalismo em mudança** (São Paulo: LTR, 1995), **Trabalho sob fogo cruzado** (São Paulo: Editora Contexto, 1999), **e-trabalho** (São Paulo: Publisher Brasil, 2002) e **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade** (São Paulo: Cortez, 2002).

Marcio Pochmann concedeu três entrevistas à **IHU On-Line** sobre o tema trabalho. A que publicamos aqui é intitulada “Há uma transformação, que veio para ficar, no mundo do trabalho”, e foi publicada na edição 216, de 23 de abril de 2007. Nela, o economista afirma não acreditar que estamos ingressando no capitalismo cognitivo, mas, isto sim “saíndo do capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial”. E destaca o fato de que hoje há uma concentração dos postos de trabalho no chamado setor terciário, de serviços.

A segunda entrevista, intitulada “O obstáculo para melhorar o mundo do trabalho no Brasil está na política”, foi publicada na edição 177, de 24 de abril de 2006, e nas **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), de 21 de abril de 2006.

A terceira entrevista dele sobre trabalho é intitulada “Precisamos de leis que contemplem relações de trabalho cada vez mais heterogêneas”, publicada na edição 138, de 25 de abril de 2005. Dele, a **IHU On-Line** publicou também a entrevista intitulada “Nunca esteve tão longe a distância entre o país que podemos ser e o país que somos”,

na edição 98, de 26 de abril de 2004. Também publicamos seu artigo “A reforma trabalhista e sindical do mercado”, na edição 134, de 28 de março de 2004.

**IHU On-Line – O mundo do trabalho passa por significativas mudanças. Por um lado, está em curso um novo padrão tecnológico que altera o modo produtivo e, por outro, um novo padrão organizacional que rearranja a forma de organizar o trabalho no chão-de-fábrica. Dentro dessa mutação, o que o senhor destacaria como mais significativo?**

**Marcio Pochmann** – O mais significativo é reconhecer que há uma transformação no mundo do trabalho, que veio para ficar. Está em curso uma reestruturação capitalista que, de certa forma, fortaleceu o poder das empresas e, por consequência, trouxe uma desvalorização do trabalho. Dentro dessa relação desequilibrada entre o capital e o trabalho, o Estado tem menos capacidade de regulação. Portanto, é fundamental uma reforma do trabalho com o objetivo de restabelecer e valorizar os trabalhadores, para que o poder de barganha nessa negociação do capital e trabalho tenha algum sentido que não seja tão somente a precarização.

**IHU On-Line – Alguns autores afirmam que estamos assistindo à transição do “capitalismo industrial” para o “capitalismo cognitivo” em função da revolução informacional. O senhor concorda?**

**Marcio Pochmann** – De fato, nós temos uma transição. A dúvida é se é justamente para o capitalismo cognitivo. Eu acredito que, do ponto de vista da evolução da ocupação, há uma concen-

tração dos postos de trabalho no chamado setor terciário, reconhecendo que, da forma tradicional, o trabalho pode ser dividido nas atividades vinculadas à agropecuária, à indústria e aos serviços e comércio. Na passagem da sociedade agrária para a sociedade urbana e industrial, reduziu-se drasticamente a presença do trabalho agrícola e fortaleceu-se o trabalho urbano, especialmente o industrial. Agora, estamos caminhando para uma extensão dos postos de trabalho vinculados ao setor de serviços, o setor terciário, que já responde por oito em cada dez ocupações. As atividades do setor terciário não são tão somente cognitivas. Há muitas atividades em que preponderam ocupações muito simples. Independente de o trabalhador ter mais escolaridade, a produtividade é baixa e, na maior parte das vezes, a remuneração é muito contida. No meu modo de ver, há uma transição do capitalismo, mas não necessariamente é um capitalismo de base cognitiva.

***IHU On-Line – Então podemos dizer que estamos saindo da era industrial?***

**Marcio Pochmann** – Eu acredito que sim. Estamos saindo do trabalho organizado em manufatura. A indústria oferece cada vez menos ocupação. No entanto, parte importante dos serviços depende da indústria. São os chamados serviços de produção. Serviços que só existem porque se tem uma estrutura produtiva industrial que os demanda. Do ponto de vista do serviço, temos quatro categorias: serviços de produção, que abarcam toda a parte de logística, engenharia, marketing; serviços de distribuição, que são aqueles de distribuição por meio da intermediação bancária, financeira, comercial; serviços pessoais, como lazer, embelezamento e atividades de entretenimento; e, por fim, os serviços sociais: educação, saúde, esporte e turismo. É evidente que há um avanço no chamado trabalho imaterial, na medida em que ele corresponde aos serviços, que é uma maneira diferente do trabalho materializado na produção agrícola e industrial. Mas não necessariamente trata-se de serviços que têm a cognição como a maior centralidade. Há, de certa forma, uma divisão internacional do trabalho que pode ser identificada entre trabalho de execução, que é o trabalho mais simplifi-

cado, taylorizado, o trabalho totalmente absorvido pela lógica da acumulação capitalista, sem nenhuma criatividade, e, do outro lado, o trabalho vinculado à concepção, à parte mais criativa da atividade. Portanto, a valorização do capital depende dessa criatividade nas seções de marketing e aplicação financeira, por exemplo. A decisão individual pode ser favorável ou prejudicial aos ganhos. Os trabalhadores que exercem essa atividade mais criativa seriam os chamados analistas simbólicos.

***IHU On-Line – A revolução tecnológica ou informacional tem colocado em debate a categoria do “trabalho imaterial”. Como o senhor definiria essa categoria?***

**Marcio Pochmann** – Certamente será necessária ainda uma maior investigação e reflexão sobre esse conceito. O trabalho pode ser identificado pela materialidade da transformação da natureza. Do barro transformado se faz uma cerâmica. Há uma identidade entre o exercício do trabalho e o produto desse trabalho, que é viabilizado em aplicativos reconhecidos pelo esforço humano. O trabalho imaterial também faz uma transformação. No entanto, ele não tem a identificação perfeita do que representou a adição e a execução dessas tarefas. Um entregador de pizza é responsável pelo deslocamento de um produto, que é a pizza, a qual ele não produziu. Ele foi um agente intermediário no deslocamento. A identidade do exercício do seu trabalho não é percebida tão claramente quanto alguém que constrói casas, automóveis.

***IHU On-Line – Com o advento da revolução tecnológica, o senhor tem afirmado que estamos diante de uma nova possibilidade técnica de organização do trabalho, com jornadas diárias de quatro horas por três dias por semana, com ingresso no mercado de trabalho somente a partir dos 25 anos de idade. Poderia fundamentar melhor essa idéia?***

**Marcio Pochmann** – Sim. À primeira vista, parecer que estamos falando de uma utopia. Mas podemos comparar com períodos anteriores, há 150 anos, quando se defendeu oito horas de trabalho diárias, o que também foi considerado uma utopia, porque era um ambiente em que as pessoas

trabalhavam 16, 17 horas por dia. Há 150 anos, tivemos uma mudança na base técnica e organizacional, que permitiu uma reorganização do trabalho e ganhos de produtividade significativos. Esses ganhos foram inicialmente apropriados muito mais pelos proprietários. Mas o estranhamento dos trabalhadores frente aos ganhos de produtividade e à baixa remuneração e à forte identificação com o trabalho produziu uma passagem do que era possível tecnicamente a algo concreto e real, que é o padrão de emprego com maior remuneração, com menor jornada de trabalho, e muito mais proteção e garantias ao trabalhador no exercício de suas atividades. O que está em jogo nesse momento é essa passagem do capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial, que vem acompanhado de grande produtividade significativa, e esses ganhos de produtividade são estabelecidos a partir de uma profunda ressignificação do trabalho. Não há, nesse caso, mais o trabalho exercido no local tradicional. O trabalhador passa a estar plugado, vinculado ao trabalho 24 horas por dia: ele sonha com o trabalho, acorda com a preocupação de não ter trabalho e isso está gerando uma série de novas doenças profissionais, como a depressão, a morte súbita, o mal-estar que decorre do exercício do trabalho num ambiente de alta produtividade. Esse reconhecimento permite fazer afirmações como essa, de que, nesse ambiente de produção e organização, é extremamente recomendável que se trabalhe muito menos, porque dessa forma haverá menos doenças, menos repercussões negativas no exercício do trabalho. Seria possível repartir a produtividade, permitindo que as pessoas ingressem mais tardiamente no mercado de trabalho, uma vez que há um aumento na expectativa média de vida, uma longevidade que se aproxima dos cem anos de idade. Então, não há razões para as pessoas começarem tão cedo, como era a referência do século XX, quando se começava com 16 anos de idade.

**IHU On-Line – Muitos não trabalham e outros trabalham muito. O senhor fala em “sobre-trabalho” no Brasil. Poderia explicar como se manifesta esse fenômeno?**

**Marcio Pochmann** – O fato de haver a possibilidade de trabalhar menos não nos garante que de

fato vamos trabalhar menos. Inclusive o que estamos observando no período mais recente é uma ampliação da jornada. No caso específico brasileiro, nós temos uma péssima distribuição do tempo de trabalho, da jornada de trabalho, que é aquela que resulta do nível de produção. Cada atividade produtiva demanda um conjunto de horas de trabalho. No caso brasileiro, essa massa de tempo de trabalho está sendo mal distribuída porque há um conjunto de trabalhadores que estão com uma elevada jornada.

**IHU On-Line – Sobre o mercado de trabalho brasileiro, se fosse para defini-lo em três grandes características, quais seriam elas?**

**Marcio Pochmann** – O mercado de trabalho atual, no caso brasileiro, vive um movimento de desestruturação, porque entre 1930 e 1980 o Brasil estruturou seu mercado de trabalho em função do ciclo da industrialização, do crescimento econômico de 6 a 7% ao ano durante 50 anos. Essa estruturação significou o fortalecimento dos trabalhadores urbanos e da classe média, e a produção do desemprego e da informalidade. Dos anos 1980 para cá, o Brasil vem vivendo um quadro de semi-estagnação da sua economia, e o resultado disso, no mercado de trabalho, é a perda de participação do emprego assalariado, aumento do trabalho precário e aumento do próprio desemprego. Então, a primeira característica é um mercado de trabalho desestruturado.

A segunda característica é o resultado da reforma trabalhista que foi feita no Brasil via mercado. Nós hoje convivemos com uma intensa flexibilização no mercado de trabalho. Para cada três trabalhadores ocupados, apenas um tem proteção legal, trabalhista, no seu contrato de trabalho. Houve uma pulverização de contratações. Eram cinco tipos de contratos de trabalho e hoje temos mais de 15 tipos de contrato. Essa pulverização ocorre num ambiente de ausência de representantes de trabalhadores.

E a terceira característica tem a ver com a construção no país do padrão de emprego asiático, que é um emprego de baixa remuneração, com alta rotatividade – basicamente 40% dos trabalhadores no Brasil têm rompido seu contrato de trabalho a cada ano, em geral trabalhadores com

salário mais alto são trocados por trabalhadores com salários menores – e alta jornada de trabalho.

***IHU On-Line* – Na opinião do sociólogo Leônicio Martins Rodrigues, o sindicato é uma instituição em declínio. Qual é a sua percepção sobre os sindicatos?**

**Marcio Pochmann** – A visão de agentes multilaterais, como o Banco Mundial, é a de que o sindicato está em fase de extinção. Eles propõem inclusive a constituição de Ongs preocupadas com temáticas vinculadas a pessoas que trabalham e não trabalham. Estamos também vivendo uma transição do ponto de vista da organização sindical, comparável ao que ocorreu no final do século XIX, início do século XX, quando transitamos do sindicato de ofício para os sindicatos industriais, mais gerais. Esses sindicatos hoje têm um certo declínio justamente pelas transformações em curso no mercado de trabalho. Por outro lado, também defendemos que estão em marcha novas formas de organização. Eu não identifico que há um fim do sindicalismo. Há uma transição. Não sabemos muito bem qual é o novo tipo de organização sindical que está em curso, mas inegavelmente há elementos que nos permitem acreditar que o fortalecimento dos sindicatos ocorrerá em alguma medida, em maior ou menos tempo, dependendo da capacidade de organização dos próprios trabalhadores.

***IHU On-Line* – Quais as principais consequências da superterceirização?**

**Marcio Pochmann** – A superterceirização decorre do entendimento de que estamos hoje diante de uma fase singular no Brasil de terceirização dos contratos de trabalho. Na década de 1980, iniciamos no Brasil a terceirização fazendo parte, fundamentalmente, das atividades-meio, ou seja, cada empresa identifica sua atividade-fim, a que representa o coração da empresa, e as demais ati-

vidades foram terceirizadas. Em geral, eram atividades vinculadas a serviços de limpeza, transporte, segurança e manutenção. Mas as atividades-fins foram mantidas por meio da contratação de trabalhadores diretamente por parte das empresas. A partir da segunda metade dos anos 1990, estamos percebendo que a terceirização avançou para as chamadas atividades fins das empresas. Pegamos uma empresa de televisão e reconhecemos que ela terceirizou, inicialmente, as atividades-meio, como limpeza, segurança, transporte, e agora ela terceiriza também as chamadas atividades-fins, como jornalistas, repórteres, operadores de câmera. Isso diz respeito à superterceirização, que submete os trabalhadores a novas formas de contratação que, em grande medida, são contratos individualizados, como forma de pessoas jurídicas, como se fossem empresas, como se fosse um negócio, um comércio, e não mais relação de trabalho.

***IHU On-Line* – O senhor afirma que o próprio mercado criou uma “reforma trabalhista”. O senhor a considera negativa? Como avalia essa “reforma”?**

**Marcio Pochmann** – Infelizmente, os 22 anos de democracia que se iniciaram a partir de 1985 não permitiram fazer no Brasil uma reforma trabalhista democrática. Apesar das tentativas, seja pela Constituição de 1988, seja pelo Fórum Nacional do Trabalho no governo Itamar Franco, ou mesmo no governo Lula, pelo Fórum do Trabalho, o resultado final desse esforço é que não ocorreu nenhuma reforma trabalhista. Por outro lado, identificamos que houve uma profunda modificação das relações de trabalho no Brasil durante esse período democrático. Se não houve transformação legal, houve transformação real. E isso diz respeito à forma como as empresas e o próprio mercado instituíram esse novo padrão de emprego mais flexível, quase não regulamentado.

## O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira

*Entrevista com Otavio Valentim Balsadi*

Otavio Valentim Balsadi é graduado em Engenharia Agrônoma, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), e especialista em Análise e Formulação de Políticas Agrícolas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nessa mesma instituição, cursou mestrado em Desenvolvimento Econômico e doutorado em Economia Aplicada. Sua dissertação de mestrado transformou-se no livro **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 1990** (São Paulo: Annablume, 2002). Sua tese de doutorado chama-se O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais. Balsadi escreveu inúmeros capítulos de livros e artigos técnicos, sendo também um dos autores de **Abastecimento alimentar e ação pública municipal: o caso de Piracicaba** (Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Esalq-USP, 1992), **Força de trabalho na agricultura paulista** (São Paulo: Fundação Seade, 1996) e **Dinâmicas regionais e questão agrária no Estado de São Paulo** (2. ed. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Superintendência Regional de São Paulo, 2006). Ele é também pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Na opinião de Otávio Valentim Balsadi, um dos pontos centrais no mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira é “a grande discrepância na qualidade do emprego entre os empregados permanentes e os temporários”. Por essa razão, o engenheiro agrônomo acredita que “uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas re-

lações trabalhistas”. Estas idéias foram desenvolvidas por Balsadi na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 216, de 23 de abril de 2007.

### **IHU On-Line – Quais os maiores desafios em relação à desigualdade nas relações trabalhistas?**

**Otavio Balsadi** – Quando se olha mais especificamente o mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira, que é o tema que tenho mais familiaridade, parece-me que um dos pontos centrais é a grande discrepância na qualidade do emprego entre os empregados permanentes e os temporários. Essa discrepância pode ser vista por indicadores ligados, por exemplo, ao grau de formalidade e ao rendimento recebido pelos empregados. Em 2005, 51,2% e 46,1%, respectivamente, dos empregados permanentes com residência urbana e rural tinham registro em carteira, contra apenas 14,7% dos temporários urbanos e 4,6% dos temporários rurais. Vejamos agora os indicadores de rendimento: para os empregados temporários, as participações dos que recebiam mais de um salário mínimo mensal também ficaram bem abaixo das médias observadas para os permanentes. Em 2005, 25,1% e 35,5%, respectivamente, dos empregados temporários com residência rural e urbana, recebiam mais de um salário mínimo mensalmente, contra 53,0% e 59,9%, respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos. Ainda em relação aos rendimentos, em números de Brasil, os temporários rurais recebiam 72,3%, 55,8% e 45,4% do que recebiam, respectivamente, os temporários urbanos, os permanentes rurais e os permanentes urbanos. Os rendimentos, em valores reais de dezembro de 2005,

registrados para estas categorias foram, respectivamente: R\$ 214,34; R\$ 296,55; R\$ 384,28; R\$ 472,37. Por isso, acredito que uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas.

**IHU On-Line – O senhor afirma que os trabalhadores temporários na cana são as maiores vítimas da desigualdade nas relações trabalhistas, sendo que metade deles não possui carteira assinada. Essa realidade é reflexo de que fatores? Como chegamos a isso?**

**Otávio Balsadi** – Na realidade, na minha tese de doutoramento, intitulada “O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais” e defendida recentemente no Instituto de Economia da Unicamp, chamo a atenção para o elevado nível de precarização das condições de trabalho dos trabalhadores temporários agrícolas em geral. Não somente na cana, mas também nas culturas de arroz, café, mandioca, milho e soja. Inclusive, é interessante notar que, pelos indicadores que utilizei para medir a qualidade do emprego, os quais estão ligados ao grau de formalidade do emprego, ao nível educacional dos empregados, ao rendimento e aos principais auxílios recebidos, a situação dos empregados temporários ocupados na cana-de-açúcar era bem mais favorável do que a verificada para os temporários ocupados nas culturas do arroz, do milho e da mandioca, por exemplo. Um exemplo: em 2005, 47,1% dos empregados temporários rurais e 73,9% dos temporários urbanos ocupados na cultura da cana tinham carteira de trabalho assinada. São valores que estão muito acima da média nacional e das culturas citadas. Um dos motivos para isso é que há um importante histórico de luta e organização dos trabalhadores da cana, que melhorou bastante as condições de trabalho. A cana sempre chama muito a atenção pelos casos de exploração do trabalho, de graves acidentes de trabalho e até mesmo de mortes que ocorreram em canaviais, mas não podemos esquecer que as demais atividades agrícolas também oferecem condições muito precárias para os seus trabalhadores temporários.

Esta situação mais desfavorável dos empregados temporários não é nova e é fruto de vários fatores, dentre os quais podemos citar: a importância dos empregados temporários na agricultura brasileira ainda é muito grande, mesmo em termos numéricos; a organização sindical desta categoria é muito fraca no Brasil (com exceção dos trabalhadores da cana em São Paulo, que criaram a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), são poucos os exemplos de organização sindical dos empregados temporários); a dificuldade de boa parte dos contratantes cumprir a legislação trabalhista; e a baixa rentabilidade das atividades agrícolas domésticas, que têm enormes dificuldades em formalizar e remunerar bem a força de trabalho. Ou seja, há um conjunto de causas que precisariam ser mais bem estudadas para se tentar reverter a situação precária dos empregados temporários agrícolas.

**IHU On-Line – Como podemos definir a situação do trabalhador rural, do cortador de cana, que é migrante, está longe de casa e é transformado em instrumento a serviço do capital?**

**Otávio Balsadi** – Com a forte expansão da cana em áreas tradicionais de cultivo e também em áreas novas, devido à onda da agroenergia, e com o início da colheita da safra em algumas regiões, é muito comum serem vistas, nos jornais e na televisão, as reportagens abordando as condições precárias de moradia, de higiene, de saúde e as denúncias, dos órgãos públicos encarregados pela fiscalização, de abusos e exploração dos trabalhadores temporários ocupados no corte da cana, boa parte deles migrantes de regiões muito pobres. Como o cenário futuro é de forte expansão da demanda nacional e internacional pelo etanol, acredito que as exigências, principalmente dos importadores, por certificações que levem em conta a responsabilidade social das empresas, levarão a uma significativa alteração deste quadro. As empresas que não mecanizarem a colheita, com o fim das queimadas, e continuarem utilizando mão-de-obra temporária no corte da cana certamente terão que reverter o padrão de qualidade de emprego e de condições de vida de seus trabalhadores, sob pena de perderem espaço no mercado.

**IHU On-Line – Como funciona o mercado de trabalho assalariado na agricultura? Ele tem futuro ou a tendência é “largar a enxada”? Quais seriam as conseqüências disso? Como se regulamenta o trabalho rural nos dias de hoje?**

**Otávio Balsadi** – O mercado de trabalho assalariado na agricultura é composto pelos empregados, que, pela definição do IBGE, são pessoas que trabalham para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.). Em função das relações de trabalho, eles podem ser permanentes ou temporários. Apesar de haver uma tendência histórica de redução dos postos de trabalho agrícolas, no período 2001-2005 foram criados cerca de 450, 500 mil novos empregos, boa parte deles com carteira assinada. Desde 2001, os empregados são a principal categoria de ocupados na agricultura brasileira (participação entre 28% e 30% do total, ou cerca de 5,0 milhões de trabalhadores). Tudo isso em função do período bastante favorável para a agricultura brasileira, particularmente para as *commodities* internacionais.

Ou seja, os dados mais recentes indicam não só um crescimento do emprego agrícola como também uma recomposição do mercado de trabalho formal, evidenciando que o desenvolvimento da agricultura e as políticas públicas possam ter um papel pró-ativo na geração de empregos de qualidade. De acordo com os dados do IBGE, penso que a categoria de membros não remunerados da família é que terá muita dificuldade de inverter o movimento de redução das pessoas ocupadas: entre 1992 e 2005, cerca de 1,3 milhão deixaram a agricultura. Portanto, não são os empregados os mais atingidos pela queda do número de ocupados na agricultura brasileira.

Para finalizar a resposta, acho que ainda é preciso melhorar muito a atuação dos órgãos responsáveis pela formação e qualificação da mão-de-obra para a agricultura brasileira, pois as mudanças tecnológicas, as inovações institucionais e as alterações no processo produtivo que estão em curso têm exi-

gido um novo perfil de trabalhador. Quanto à regulamentação do mercado de trabalho agrícola, não sou especialista no tema, que, aliás, é muito complexo e polêmico, mas há iniciativas para se tentar melhorar a situação: os consórcios de produtores rurais para contratação formal e conjunta da mão-de-obra; a permissão de contratos por tempo determinado e a tempo parcial; além das reformas sindical e trabalhista, que estão sendo elaboradas e discutidas pelo governo, pelo congresso nacional, pelos trabalhadores e empresários.

**IHU On-Line – Como você entende que será o futuro do trabalho? A forma de trabalho como a conhecemos está em extinção? Que alternativas podemos vislumbrar em sua substituição?**

**Otávio Balsadi** – Falar de futuro sempre envolve cenários alternativos e subjetividades. Quanto ao futuro do trabalho, penso que devemos levar em consideração que não há um mundo do trabalho em geral, senão vários mercados de trabalho distintos. Há situações muito distintas entre países e mesmo no interior de cada país. Por isso, penso que devemos ter certa cautela nos exercícios de futurologia. A mecanização e as novas tecnologias de produção certamente vão provocar fortes mudanças no trabalho, mas não vejo o emprego agrícola em fase de extinção, pelo menos no Brasil e em vários países em desenvolvimento. No futuro, poderemos ter menos pessoas ocupadas diretamente na agricultura, mas que poderão empregar-se nas mais diversas atividades não-agrícolas, tanto no meio rural quanto no urbano, ligadas ao comércio, à indústria e aos serviços. Acredito que, por mais transformações que estejam à vista, ainda há necessidade de se colocar o tema do emprego no centro das atenções, como um ponto fundamental na manutenção de um tecido social mais justo e equilibrado. No caso específico da agricultura, há enormes potencialidades com o desenvolvimento de novas atividades em áreas que atualmente estão fora do circuito produtivo (inclusão social e produtiva), o que certamente poderia trazer para o mercado de trabalho assalariado um contingente nada desprezível de trabalhadores.

## “Os cortadores de cana são pessoas estropiadas”

*Entrevistas com Maria Aparecida de Moraes Silva*

Maria Aparecida de Moraes Silva Moraes Silva é professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, socióloga e pesquisadora do CNPq. Mestre e doutora em Sociologia do Desenvolvimento, na Université de Paris I (França), há 30 anos, desenvolve pesquisas sobre as temáticas relacionadas ao trabalho e trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, considerada uma das mais ricas do país. Suas pesquisas versam sobre a dura realidade dos migrantes nordestinos e mineiros do Vale do Jequitinhonha/MG, das mulheres, dos assentados e trabalhadores rurais nos canaviais e cafezais dessa região. Em 2005, Maria Aparecida foi agraciada com o Prêmio Érico Vannucci Mendes, concedido pelo CNPq. A professora também possui várias publicações em revistas nacionais e internacionais. Seu livro **Errantes do fim do século** (São Paulo: Edunesp, 1999) recebeu a menção honrosa da Fundação Joaquim Nabuco. Atualmente, Maria Aparecida presta assessoria à Pastoral dos Migrantes e acompanha as audiências públicas chamadas pela Promotoria Pública para apurar as mortes de trabalhadores rurais por excesso de esforço nos canaviais paulistas.

Publicamos, a seguir, duas entrevistas que a Maria Aparecida de Moraes Silva concedeu à **IHU On-Line**. A primeira, intitulada “Os cortadores de cana são pessoas estropiadas”, foi publicada na edição 216, de 23 de abril de 2007. Na segunda, intitulada “A superexploração no trabalho rural”, publicada na edição 188, de 10 de julho de 2006, a pesquisadora descreve as condições dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e suas famílias: “Sempre ao responderem o que desejam aos filhos, os pais, sobretudo, as mães, afirmam que o que mais querem é que eles não sejam trabalha-

dores rurais. Em geral, enquanto falam, elevam os olhos em direção ao céu, com as mãos postas, gesto que simboliza uma súplica a Deus!”.

**IHU On-Line – A senhora disse, em outra entrevista, que os pais cortadores de cana afirmam que desejam que os seus filhos não sejam trabalhadores rurais, que não sigam o mesmo destino. Mas essas crianças, hoje, têm outras opções de trabalho para o futuro ou estão destinadas a seguir a rotina de seus pais?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – As opções estão cada vez mais escassas, pois não há outras oportunidades de emprego para a grande maioria destes jovens. Por outro lado, os salários baixos, além do trabalho desqualificado, não são alternativa para eles.

**IHU On-Line – O promotor público do trabalho, responsável pelo megainquérito para apurar negligências no setor de corte de cana de açúcar, Mário Antonio Gomes, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que o modelo de remuneração por produção é a base de todos os problemas no setor. Nesse modelo, o trabalhador ganha uma remuneração básica de R\$ 400, valor que não é suficiente para atender as suas necessidades. Para ele alcançar uma remuneração melhor, que fica entre R\$ 900 e R\$ 1000, ele precisa cortar volumes de 10 a 20 toneladas de cana por dia. Para a senhora, qual seria o modelo de trabalho ideal ou um possível modelo alternativo para garantir alguma qualidade de vida para os bóias-frias?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Concordo que o trabalho por produção deva ser abolido, pois é uma maneira de acentuar a superexploração. Em se tratando de um trabalho extremamente penoso, a solução seria a diminuição da jornada de trabalho, aliada à alimentação adequada e ao aumento de salários. Em Cuba, os cortadores de cana, os “macheteros”, recebem atenção especial do sistema de saúde do estado, além de receberem os salários mais altos do país.

**IHU On-Line – O aumento da terceirização no Brasil só vai prejudicar os trabalhadores temporários da cana, já que eles são as maiores vítimas da desigualdade nas relações trabalhistas, por não possuírem carteira assinada?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Na verdade, boa parte deles possui carteira assinada por tempo determinado. A questão fundamental não é esta. A carteira assinada não significa que o trabalhador não sofrerá os efeitos desta superexploração. A questão gira em torno da imposição dos níveis de produtividade (hoje em torno de 12 a 15 toneladas cortadas por dia). Caso o trabalhador não atinja esta média, ele correrá o risco de ser despedido, mesmo com a carteira assinada.

**IHU On-Line – A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única) estima que 260 mil trabalhadores irão cortar cana este ano. Segundo a Unica, 45% desses trabalhadores são migrantes do Norte de Minas Gerais e do Nordeste. A supersafra de cana poderá causar um “massacre” de trabalhadores nesse ano?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Este trabalho, por ser extremamente penoso e perigoso, pois, além das mortes por excesso de esforço, o número de acidentados é muito elevado, causa um desgaste galopante da força de trabalho. Conheci um jovem do Maranhão que, após quatro safras, já não pôde mais trabalhar em função das dores nos pés, causadas por uma deformação óssea, em virtude do uso dos “sapatões”. Os problemas de coluna, além dos respiratórios, causados pela inalação da fuligem da cana, são responsáveis por doenças que afetam os trabalhadores.

**IHU On-Line – O cortador de cana-de-açúcar, José Pereira Martins, 51 anos, disse que “canavieiro é o pior serviço que existe”. A senhora já deve ter visto muitas coisas horríveis e tristes nas suas idas aos canaviais. Poderia nos contar algum caso que tenha presenciado e que retrate um pouco dessa afirmação do bóia-fria José Pereira Martins?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Nestes 30 anos de experiência de pesquisa, vi e vivenciei muitos sofrimentos de homens e mulheres. Recentemente, gravei várias imagens com homens e mulheres de várias cidades da região de Ribeirão Preto, que haviam trabalhado mais de 15 anos no corte de cana. Eram pessoas estropiadas. O caso mais dolorido era referente a um homem que sofria com o encurtamento das cordas vocálicas, provocadas pelo trabalho. Não conseguia falar, não dormia, mal caminhava, em função das dores. No tocante aos migrantes, os sofrimentos afetam as famílias que ficam nos lugares de origem. Presenciei, há alguns dias, a saída de ônibus com trabalhadores de Timbiras (MA), para esta região. O momento da partida é seguido de cenas de choro, desespero e um indecifrável sentimento de impotência diante do destino, por parte de crianças e mulheres. Segundo alguns relatos, além da separação em torno de oito meses, período da safra, havia o medo da morte, de acidentes...

**IHU On-Line – Por serem em geral nordestinas ou oriundas do norte de Minas Gerais, as pessoas acabam sofrendo preconceito ao migrarem para outras regiões, como São Paulo, e por isso a maioria só consegue trabalho informal como bóias-frias? Ou existem outras questões além do preconceito que levam essas pessoas a não conseguirem outro tipo de atividade?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – A questão é posta de outra forma. Os migrantes são preferidos porque, em função de estarem muito longe de suas famílias, suportam mais as imposições do que os trabalhadores locais. Se reclamarem, correm o risco de serem despedidos. Isso implicaria sérios riscos para sua sobrevivência material e de suas famílias. Ademais, quando termina a safra,

eles regressam para seus locais de origem, desobrigando, assim, as empresas de assumirem a reprodução dessa força de trabalho na entressafra.

***IHU On-Line* – Como a senhora avalia a questão de grandes empresas estarem evoluindo e investindo em tecnologia, como é o caso da Gol, que investiu cerca de US\$ 20 mil na empresa, enquanto, ao mesmo tempo, o diretor da organização, Constantino de Oliveira, tinha 259 trabalhadores em condições precárias e eram obrigados a trabalhar sete dias por semana, sem folga, na fazenda em que ele era sócio, na Bahia?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Este é o quadro “normal” neste país. O moderno se concilia com o lado perverso do arcaico, numa mistura diabólica, que garante ainda mais o poder e a riqueza dos poderosos.

***IHU On-Line* – A partir deste ano, será colhida a cana geneticamente modificada, que é mais leve. Além de pesar menos, ela elimina bastante água o que renderá mais lucros aos donos de usinas. Com esse novo tipo de cana, o trabalhador terá que cortar o triplo para produzir 10 toneladas. Será que é o fim dos cortadores de cana? Eles vão agüentar a essa pressão?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Marx, em seus escritos, mostrou muito bem que a ciência no capitalismo está a serviço deste sistema. As pesquisas científicas referentes a este setor jamais levam em conta o trabalhador. O que elas visam é a elevação dos lucros para as empresas. Este é o caso das pesquisas sobre novas variedades de cana. É bom lembrar aqui a frase de um outro pensador: para quê e a quem serve a ciência? (Rousseau<sup>48</sup>).

## **A superexploração no trabalho rural**

***IHU On-Line* – Quando o trabalho rural se torna precário? Quais as formas mais frequentes de precariedade no trabalho rural?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Na realidade, o trabalho rural, principalmente na região do interior paulista, sempre foi precário. A partir dos anos de 1990, a superexploração da força de trabalho aumentou (e vem aumentando) e, além disso, é marcada pela terceirização e, até mesmo, pela escravização. Podemos dizer que esta situação se agravou com o processo de concentração da terra e a internacionalização dos capitais aplicados no setor sucro-alcooleiro, sobretudo a partir dos últimos anos.

***IHU On-Line* – Houve mudanças na forma de discutir o trabalho rural nestes novos tempos?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Minhas reflexões têm procurado responder às questões levantadas pelo aumento da superexploração. Procuro definir este trabalho na sua essência, portanto priorizando o substantivo e não as adjetivações. Por exemplo, procuro evitar as expressões “trabalho precário”, “degradante”, e assim por diante. Minha conclusão é a seguinte: teoricamente, trata-se de um trabalho livre porque não existe a venda do trabalhador, e sim da força de trabalho. No entanto, o contrato livre de trabalho e a inexistência das amarras escravagistas são insuficientes para definir este trabalho como livre. Primeiramente, em função do fato de que os trabalhadores são obrigados a aceitar as condições impostas sem opor resistência. Em casos contrários, são despedidos. Em segundo lugar, não há alternativas de trabalho, senão esta, para os milhares de migrantes do nordeste e norte de Minas Gerais que apor-

<sup>48</sup> Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e um compositor musical autodidata nascido em Genebra. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da ***IHU On-Line***).

tam aos canaviais paulistas todos os anos. São, na sua maioria, camponeses que foram expropriados em seus locais de origem, são tangidos pela fome e partem em busca de sobrevivência. De acordo com Amartya Sen,<sup>49</sup> somente podemos falar em liberdade quando há, no mínimo, duas alternativas para os indivíduos. Quando lhes resta apenas uma alternativa, não há, na realidade, liberdade e sim imposição e cerceamento da capacidade de decidir. Portanto, estes migrantes chegam em condições não-livres e não lhes resta outra saída senão a de aceitar as imposições dos donos da terra e das usinas.

**IHU On-Line – A senhora pode traçar um mapa migratório da agricultura canavieira?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Nos anos de 1960, 1970 e 1980, a maioria era dos migrantes constituída de mineiros do Vale do Jequitinhonha, baianos, paranaenses e outros estados do Nordeste. A partir da segunda metade da década de 1990, milhares de piauienses e maranhenses aportam aos canaviais paulistas. Muitos mineiros estão migrando para as usinas de Mato Grosso e Rio de Janeiro. O fato novo em São Paulo é a presença dos piauienses e maranhenses, desalojados de suas terras em função do avanço da sojicultura e da pecuária no cerrado de seus estados.

**IHU On-Line – Quais seriam as regiões mais problemáticas? A origem dos migrantes foram alteradas?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – As regiões de origem são as que concentram as populações mais pobres do país. Esta mudança da cartografia migratória se deve ao avanço do agrogócio nessas áreas, contribuindo para a expropriação de pequenos parceiros, sitiantes, enfim do campesinato.

**IHU On-Line – Quais suas impressões sobre as audiências públicas para apurar as mortes de trabalhadores rurais por excesso de esforço nos canaviais paulistas? Pode explicar melhor como elas funcionam e seus objetivos? Alguém é punido por essas mortes?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – No dia 29 de junho de 2006, houve a 14ª morte de trabalhadores supostamente por excesso de esforço nos canaviais paulistas. Em razão destes fatos, conseguimos mobilizar o Ministério Público, Ministério do Trabalho e Ongs ligadas aos direitos humanos a fim de apurar estas mortes. Nos últimos meses, houve 10 audiências públicas chamadas pela Procuradoria Geral da República, Ongs e Assembléia Legislativa do estado de São Paulo. O funcionamento dessas audiências tem sido precedido por entrevistas com os trabalhadores e visitas aos locais de moradia e trabalho. As audiências ocorreram em várias cidades do interior e também na capital. A elas compareceram estudantes, pesquisadores, trabalhadores, representantes sindicais, das instituições e também dos usineiros. Após os depoimentos das pessoas presentes, é feito um relatório e o encaminhamento de medidas a serem tomadas pelo Ministério Público, Ministério do Trabalho, Vigilância Sanitária e outros órgãos do governo. Nos sites da procuradoria Geral da República de São Paulo, assim como da PRT 15 (Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª região do Estado), há mais informações sobre as audiências e seus desdobramentos. O grande esforço da Procuradoria é provar que as mortes ocorreram em função do excesso de esforço, pois os trabalhadores são obrigados a cortar em torno de 12 toneladas de cana por dia. O trabalhador que faleceu no dia 29 de junho deste ano era piauiense, tinha 37 anos e sofreu enfarte. As usinas negam esta *causa mortis*, alegando que não há nexos causais entre a

<sup>49</sup> Amartya Sen (1933): economista indiano. Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen “por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais”. Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das ciências econômicas, pelas suas contribuições ao Welfare Economics. Autor do livro **Desenvolvimento com liberdade**, publicado em 2000. As idéias de Sen foram abordadas no Ciclo Repensando os Clássicos da Economia – Quarta com Cultura Unisinos, em 12 de abril, pelo Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim (UFRGS), e voltarão a debate em 2 de agosto de 2006 no II Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, na Unisinos. Para maiores detalhes, confira a entrevista concedida por Comim à edição 175, de 10 de abril de 2006, sob o título “Amartya Sen e uma nova ética para a economia”. O material está disponível para *download* na página [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). (Nota da **IHU On-Line**)

morte e o esforço despendido. Até agora, não houve punições, mas as averiguações continuam.

**IHU On-Line – Quais as conseqüências físicas dessa intensificação do trabalho nos canaviais?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Além das mortes, há muitas doenças respiratórias em função de a fuligem da cana ser aspirada diretamente no momento do corte, doenças na coluna, como hérnia de disco, tendinites, desgastes ocasionados em função da curvatura do corpo e do número de golpes de facão diários: 9.700 a cada 10 toneladas cortadas. A vida útil de um cortador de cana é de no máximo 15 anos, enquanto a do escravo no Brasil era de 10 anos!

**IHU On-Line – No livro *A luta pela terra, experiência e memória*, a senhora desconstrói a imagem negativa do grupo dos sem-terra. Como a senhora faz essa desconstrução? Que aspectos são levados em conta?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Neste livro, os sujeitos são mulheres e homens que lutaram por um pedaço de chão. Meu esforço foi no sentido de revelar suas trajetórias de andanças, perdas, sofrimentos, que culminaram na luta pela terra. Com isso, as imagens revelam histórias de vítimas e não de bandidos, retratadas, em geral, pela mídia.

**IHU On-Line – Quais são as interfaces entre a questão agrária, a questão ambiental e a questão econômica?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – Não é possível tratar estas questões separadamente. Além deste capitalismo ser predador em relação ao meio ambiente, ele também mutila e pode matar as pessoas. No tocante às queimadas de cana, há vários estudos de químicos que mostram que os gases expelidos contêm resquícios de agrotóxicos, extremamente prejudiciais à saúde não somente dos trabalhadores como também das pessoas das ci-

dades, que, durante oito meses do ano, são cobertas pelas fumaças. Outro problema se reporta aos lençóis freáticos, contaminados por venenos e pelo vinhoto<sup>50</sup> lançado à terra, após o corte, como fertilizante.

**IHU On-Line – Como ficam as famílias desses trabalhadores rurais? E as mulheres e filhos? Como poderia ser definida sua rotina?**

**Maria Aparecida de Moraes Silva** – As famílias dos migrantes, em geral, não se dirigem a esta região. Ficam em seus locais de origem, à espera dos minguados salários do pai ou do irmão que migraram. No Jequitinhonha, as mulheres são conhecidas como viúvas de maridos vivos, pois o tempo de migração dura em torno de oito meses ou, às vezes, até mais. Quanto aos trabalhadores locais que vivem nas chamadas cidades dormitórias da região, muitas mulheres não encontram trabalho no campo, pois a preferência é por jovens migrantes, que se empregam na colheita da laranja, do café ou em serviços domésticos. Muitas delas estão mutiladas em razão do trabalho na cana. Outras sobrevivem graças à assistência social e à solidariedade dos vizinhos e parentes. Quanto aos filhos de trabalhadores locais, muitos não encontram emprego, muitos se destinam ao tráfico de drogas, o que contribui para o aumento dos índices de violência e criminalidade. Entre estes jovens, a desesperança vivenciada pelos pais é transmitida como herança. Assim, inexistente a ética do trabalho, isto é, deste trabalho, transmitida aos filhos, como valor. Sempre ao responderem o que desejam aos filhos, os pais, sobretudo, as mães, afirmam que o que mais querem é que eles não sejam trabalhadores rurais. Em geral, enquanto falam, elevam os olhos em direção ao céu, com as mãos postas, gesto que simboliza uma súplica a Deus! Acredito que este gesto, que tive oportunidade de ver muitas vezes ao longo de minhas pesquisas, é o não-dito, que, na verdade, tudo diz sobre a realidade dos trabalhadores nesta região, considerada uma das mais ricas do país.

<sup>50</sup> Vinhoto ou vinhaça é o resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar (garapa), para a obtenção do etanol (álcool etílico). Quando jogado nos rios constitui uma séria fonte de poluição. Pode, no entanto, ser aproveitado como fertilizantes ou na produção de biogás. (Nota da **IHU On-Line**)

## O trabalho nas metrópoles

*Entrevista com Agostino Petrillo*

Agostino Petrillo é professor da Universidade Politécnica de Milão, Itália, e pesquisador sobre o trabalho na metrópole e o novo capitalismo. Sobre este tema, Petrillo concedeu entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição 178, de 2 de maio de 2006, na qual ele procura compreender a essência das metrópoles contemporâneas. “A metrópole atual é atravessada por enormes contradições, assinalada por maciços processos de desfrutamento e de exclusão, de criação de renda e de lucro”, afirma o pesquisador. Ele analisa também o modo como o mercado de trabalho imigrante e a globalização se tornaram o combustível para organizadas ações de resistência.

Entre seus trabalhos, está o livro ***Città in rivolta. Los Angeles, Buenos Aires, Genova*** (2004), em que o sociólogo retorna ao seu tema de predileção: as metrópoles. Petrillo se debruça sobre as chamadas “revoltas urbanas” do decênio 1992-2001.

**IHU On-Line – Seu livro *Cidades em revolta, de 2004, fala da situação de Los Angeles, Buenos Aires, Gênova, com milhares de pessoas indo às ruas. Agora temos as mobilizações na França e em várias cidades americanas (imigrantes). Contra o que estão em revolta as grandes metrópoles?***

**Agostino Petrillo** – A idéia central de *Città in rivolta. Los Angeles, Buenos Aires, Genova* era a de reconsiderar as sublevações dos últimos quinze anos numa perspectiva global, não mais unicamente nacional, dando particular atenção à emergência de realidades de massa de contestação e conflito urbano com características diversas do passado, que se inscreviam num contexto metro-

politano profundamente mudado quanto à composição social, à modalidade de funcionamento e a valências complexivas. No que se refere à França, a fácil profecia contida no livro, no qual se considerava inevitável, em breve prazo, uma nova explosão dos subúrbios, era o resultado unicamente de uma consideração objetiva da situação. Na verdade, sobre os subúrbios quase tudo já fora dito, a análise era completa e realizada sob diversas vertentes disciplinares. As lógicas segregadoras em questão tinham sido analisadas em profundidade, tinham sido analisados os aspectos de “eticização” dos problemas, os erros na intervenção do Estado, o crescimento das barreiras internas, o nascimento de formas de um verdadeiro e próprio “apartheid escolástico”. A falência da *politique de la ville* era evidente, como também era notório entre os jovens o rancor e o sentimento de serem vítimas de uma injustiça. Para criar uma mistura explosiva, contribuíam as promessas de integração não mantidas, os sacrifícios feitos para “tornarem-se franceses”, sem que houvesse o mínimo retorno quanto à mobilidade e às chances de promoção social, e as responsabilidades públicas eram claras, faltando apenas uma ocasião para exprimir este ressentimento.

Por isso, considero mais interessante explorar brevemente as modalidades com que a revolta se expressou, antes do que refletir uma vez mais sobre as causas, aliás, bem conhecidas e, nesta altura, há anos abundantemente ilustradas nas bibliotecas acadêmicas.

Significativo é o fato que, durante a revolta, tenham sido com freqüência tomados em consideração precisamente os símbolos da *politique de la ville*, escolas, centros culturais, departamentos. Não há aí insensatez “autolesiva” na escolha de

objetivos deste tipo, senão antes a consciência de que as intervenções políticas foram interpretadas como uma “gestão do *status quo*” da segregação. A violência contra os *équipements collectifs* é o sinal de que esses não foram vistos como expressão de uma vontade de melhoria da situação, mas como elementos de uma estratégia de contenção, de redução do dano. A *politique de la ville* nascera como constatação do fato de que as políticas welfarianas ou pós-welfarianas eram insuficientes para enfrentar situações de marginalidade e de exclusão, mas o fracasso atual das intervenções faz pensar que os instrumentos utilizados sejam insuficientes, caso se queira realmente incidir sobre as causas da segregação, ou que seja sempre mais difícil assegurar o controle de determinados territórios com instrumentos de governo atualizados, mas, no fundo, ainda tradicionais. Tanto mais me parece que elementos de convencimento e de consciência política sejam ainda embrionários, elementos de “requisição de política” surgem com força da revolta de novembro, precisamente dos objetivos, da escolha da “violência contra os objetos”, e não contra as pessoas.

Entretanto, o que ocorreu na França não é o fruto de uma específica falência totalmente francesa, pois em outros países europeus, com diferenças, é claro, existem condições análogas. O problema dos migrantes e de sua inserção nas realidades urbanas européias está bem longe de ter encontrado uma solução satisfatória. E não são só os migrantes que sofrem o processo de repulsa. Faixas amplas da população autóctone são jogadas às bordas físicas e metafóricas das cidades. Cresce a precariedade do trabalho jovem, crescem assentamentos marginais, enclaves, periferias novas. Não se pode, todavia, pensar que as populações penalizadas e marginalizadas na Europa atual ficarão tranqüilas para sempre, confinadas nos espaços que lhes foram reservados. Existe, na Europa, uma grande hipocrisia, que cobre a desigualdade, que nega ser a insegurança social o resultado de mudanças estruturais intervindas, que apela a sempre mais distantes confins de legalidade estabelecidos em outras épocas históricas para defender privilégios e injus-

tiças. Semelhante situação não pode durar por muito tempo: novas formas de política e de participação são necessárias, caso se queira evitar a deflagração de processos involutivos, com consequências dificilmente avaliáveis. O que permanece da esquerda européia, todavia, parece incapaz de enfrentar um quadro rapidamente modificado, e ela continua paralisada em posições amplamente desatualizadas.

Contrária parece ser a situação dos Estados Unidos, nos quais as mobilizações das últimas semanas são um poderoso exemplo do arraigamento e da força dos movimentos dos migrantes. Mas os Estados Unidos são um país no qual é difícil pensar uma política radicalmente antiimigrantes. Sabem-no bem também os conservadores mais acalorados e o apelo às temáticas identitárias tem valor bem mais do que simbólico, dado que os americanos sabem que descendem em boa parte de “illegal aliens”. Ser “americano”, como escreveu Michael Walzer,<sup>51</sup> é algo bem diverso de ser “alemão”, “francês” ou “italiano”.

Não quero, com isso, negar que também nos Estados Unidos não estejam em curso processos de “etnicização” dos migrantes, de precarização do seu trabalho e do seu status de cidadania, mas estes processos são, em todo o caso, freados por uma consciência histórica de massa das modalidades com que ocorrem os ciclos migratórios e suas implicações geracionais.

### **Metrópole: exposição universal das formas de trabalho**

***IHU On-Line* – O tema do trabalho pode ser considerado a chave de leitura para compreender a desagregação que acontece nas grandes cidades?**

**Agostino Petrillo** – Falar de trabalho e metrópoles quer dizer procurar compreender a essência das metrópoles contemporâneas. A metrópole atual é atravessada por enormes contradições, assinalada por maciços processos de exploração e de exclusão, de criação de renda e de lucro. O fato de o

<sup>51</sup> Michael Walzer (1935): prestigiado ensaísta americano, é filósofo e político. É autor do livro *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade* (São Paulo: Martins Fontes, 2003). (Nota da *IHU On-Line*)

sistema da produção fabril do século XIX ter sido ultrapassado produziu, como sua conseqüência, a dispersão e fragmentação das formas de trabalho, bem como daquelas do conflito. O panorama que a metrópole atual nos oferece é o de um enorme repertório das formas históricas do trabalho, e, para dizê-lo com uma bela expressão do filósofo italiano Paolo Virno, ela é “a exposição universal” das formas do trabalho. Não só do trabalho moderno: assalariado ou independente, nele reaflo-ram formas arcaicas: trabalho clandestino, forçado, gratuito, escravista. E estas formas arcaicas convivem com as “superiores” e sofisticadas, com o trabalho sempre mais refinado e abstrato das novas elites ligadas ao conhecimento e às tecnologias. Nas cidades globais, como por diversas vezes fez relevar Saskia Sassen,<sup>52</sup> por vezes, no mesmo arranjo-céu, nos andares mais altos, encontramos os profissionais liberais dos saberes e, nos porões, os trabalhadores semi-escravizados do trabalho negro. É como se o capitalismo extremo, no qual nos encontramos a viver, tivesse decomposto o trabalho na somatória das “figuras” que o contradistinguiam em outras épocas. Delineia-se um tempo final e decisivo das relações entre trabalho e capital, no qual a atomização e a individualização das relações de trabalho parece fazer intuir um limite insuperável às formas de exploração, fazendo oscilar o pêndulo da história entre a sujeição extrema e as novas liberdades.

### **Metrópole e novas formas de trabalho**

A metrópole atual é indispensável para o funcionamento das novas formas do trabalho, e representa um modelo que faz assinalar continuidade, mas, sobretudo cortes com respeito às realidades metropolitanas da história urbana precedente, enquanto nela se manifesta um entrelaçado hegeliano de tendências e contratendências, de possibilidades e negações destas possibilidades. Na

metrópole contemporânea, parece, de uma parte, chegar à plena maturação uma tradição que vê, no urbano, a progressiva concentração de enormes capacidades produtivas, a realização de uma tendência secular a transformar as cidades de parasitas dos campos em comunidades produtivas, *Produktionsgemeinschaft*, como dizia, em fins do século XIX, Karl Bücher.<sup>53</sup> De outra parte, esta capacidade produtiva necessita de um elemento cooperativo comum, para poder concretizar-se. Linguagens, culturas e modos de vida são postos a trabalhar e se tornam elementos de uma produção na qual se acentuam os componentes cognitivos, em redes sociais, como intuiu, entre os primeiros, Henri Lefebvre<sup>54</sup> nos anos 1970. Fatores políticos, porém, controlam e determinam o desenvolvimento desta enorme força produtiva que emergiu da fábrica. Novas elites fazem, sim, a metrópole se tornar um enorme recipiente de atividades, e de exploração, e impõem compartimentações, freios e bloqueios. Num plano mais amplo, o próprio papel desenvolvido pelas cidades globais parece, em boa parte, uma função política de determinações da distribuição das riquezas em escala planetária.

### **Os fios de novas resistências**

Na metrópole, pode-se ler em filigrana um ponto de chegada e, ao mesmo tempo, um momento de parada, se não se trata precisamente de uma “forma antagônica do desenvolvimento”, como dizia da sociedade civil o Marx dos Grun- drisse. Individualização do trabalho e, ao mesmo tempo, integração e cooperação elevados a níveis impensáveis no passado. Sem dúvida, o trabalho associado e a cooperação são, desde a Antigüidade, as cifras do destino da cidade, como relevou, primeiro que todos, Aristóteles. Há uma destinação do urbano entendido como dimensão coletiva, como elemento comum. E, não obstante, estas

<sup>52</sup> Saskia Sassen (1949): nascida em Haia, na Holanda, durante muitos anos foi especialista de planejamento urbano na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e atualmente é professora de Sociologia na Universidade de Chicago. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>53</sup> Karl Bücher (1847-1930): economista e político alemão. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>54</sup> Henri Lefebvre (1901-1991): foi um importante filósofo marxista e sociólogo francês. (Nota da **IHU On-Line**)

tendências aparecem freadas, bloqueadas. As gigantescas potências criadoras desenvolvidas pela máquina metropolitana acabam sendo cotidianamente detidas e expropriadas, como repetidamente observou Antonio Negri. Entretanto, na metrópole, atam-se também os fios de novas resistências, cresce um proletariado diverso, composto, dividido, que alude, embora em forma ainda episódica, a uma organização diversa da vida urbana e do trabalho.

**IHU On-Line – Hannah Arendt fala que a era moderna, com o surgimento da Revolução Industrial, trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Agora, com a crise do emprego, como ficam as sociedades?**

**Agostino Petrillo** – Além da aparente paralisia das alternativas nas quais gira a situação atual, existem, portanto, também todas as condições de possibilidade de uma evolução ulterior, aquela permitida pela liberação das enormes potencialidades que o crescimento das tecnologias, das capacidades humanas, dos conhecimentos, estaria em condições de desencadear. Insistir, como fazia Arendt,<sup>55</sup> na importância e na centralidade da dimensão pública, equivale a insistir na existência de um mundo sempre mais comum, no qual a própria produção está profundamente ligada à permuta lingüística e à comunicação interpessoal. Precisamente neste crescimento subterrâneo e, no entanto, contínuo do que é comum, do *Gemein*, teria dito Marx, é possível colher o perfilar-se de uma outra metrópole entre as formas enrijecidas da velha. A metrópole contemporânea hesita en-

tre esses seus possíveis destinos, perpetua estruturas e aparências do passado, quando nela já estão presentes e operantes os germes de uma evolução e de um desenvolvimento diversos. Mas as formas do urbano consuetudinário correm continuamente o risco de fechar-se, como uma pedra sepulcral, sobre estas potencialidades, de bloqueá-las, encerrando-as entre velhas e novas divisas e fronteiras. Uma metrópole verdadeiramente “comum” só poderá emergir da ruptura dos vínculos atuais, e somente caso se criarem as condições para semelhante ruptura.

**O crescimento urbano se dissociou do desenvolvimento econômico e social**

**IHU On-Line – Com a intensificação da globalização, que papel desempenharão as cidades no século XXI?**

**Agostino Petrillo** – Antes de tudo, é preciso dar-se conta de alguns dados de fato: o destino metropolitano da humanidade, o “fazer-se cidades do Planeta”, apenas intuído e pressagiado por grandes sociólogos do início do século XX, tornou-se comum para boa parte dos homens do terceiro milênio. Neste sentido, o século XXI se apresenta como a época da generalização das condições metropolitanas, nas quais a maioria da humanidade já vive e sempre mais viverá em grandes aglomerações urbanas.

Para muitos dos novos cidadãos, o salto realizado com respeito às condições de vida precedentes foi enorme: milênios de tradições e de culturas locais foram queimados no breve lapso de tempo que requereu uma viagem das aldeias de

<sup>55</sup> Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica, nasceu em Hannover (Alemanha). Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Yaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Propôs, em uma distinção inusitada, que os termos labor, trabalho e ação fossem entendidos como diferentes formas de atividades fundamentais do ser humano, sendo aquele vinculado às necessidades biológicas, o intermediário ao artificialismo da vida moderna e esta às relações entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos *O sistema totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978) e *Compreensão política e o futuro e outros ensaios* (São Paulo: Perspectiva, 2002). Sobre ela, conferir as edições 168, de 12-12-2005, intitulada *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XXI*, e 206 da *IHU On-Line*, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, além dos *Cadernos IHU em formação* n° 17, intitulado *Hannah Arendt e Simone Weil – Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX*. (Nota da *IHU On-Line*)

origem às metrópoles. Quando se percorre a lista das cidades mais populosas do mundo, é fácil encontrar nomes que nos falam de cidades-gigantes crescidas num punhado de anos. Lagos, Dacca, apenas para citar algumas, viram os seus habitantes multiplicarem-se por cinquenta, por cem, num giro de pouco mais de um trinta anos.

Não é um processo indolor: a urbanização acelerada que caracteriza vastas zonas da Ásia e, mais recentemente, também da África, é um crescimento selvagem e em certos traços desumana, que ocorre ao preço da destruição de elos consolidados e de maneiras de viver tradicionais, aos quais freqüentemente não se confronta nenhum tipo de certeza e de segurança para quem se transfere à grande cidade em busca de uma vida melhor. Nem sequer se pode falar de um progresso que, todavia, não obstante as dificuldades e os sofrimentos resultaria, em última análise, destas tendências do desenvolvimento urbano. Certamente, a cidade continua aparecendo aos migrantes como o único remédio à pobreza rural, mas se difundem modelos de cidades que têm cada vez menos pontos em comum com aquelas do passado. Crescimento urbano e desenvolvimento econômico e social não andam mais de braços dados. As megacidades terceiro-mundistas são muito limitadamente máquinas produtivas, mas funcionam também como portadoras de desocupação, precariedade, trabalho informal e pobreza extrema. Nelas, a miséria tornou-se uma condição de normalidade e, para uma grande parte dos seus habitantes, é um desafio de cada dia. E o processo certamente não está concluído: as previsões das agências das Nações Unidas nos dizem que nos próximos trinta anos a população urbana crescerá em outros dois bilhões de pessoas, enquanto a população rural permanecerá tendencialmente estável. O crescimento ainda estará concentrado nos países menos desenvolvidos, em particular no Sul e no Sudeste asiático e na África subsaariana, onde, nos próximos 15 anos, muitas grandes cidades duplicarão a própria dimensão.

Também mudam as cidades do mundo desenvolvido. Nelas, se afirmam tendências novas, com base nos processos de globalização e de acesa competição entre as cidades, e tomam forma

realidades extremamente diferentes do passado, estruturam-se diversas modalidades de organização, de funcionamento e de disciplinamento da vida dos habitantes da própria cidade.

### **A nova centralidade das metrópoles**

Este panorama mundial das cidades em rápida mudança, no qual a situação das realidades urbanas singulares aparece mais ligada a um quadro global de andamento da economia, que prescindiu das velhas estruturas de relação e de subordinação que se haviam consolidado com o tempo, deixa em aberto hipóteses contrastantes sobre desenvolvimentos futuros. O que emerge, com certeza, é uma nova centralidade das metrópoles, que interage numa relação complexa com os territórios e com as outras realidades urbanas. Criam-se redes planetárias de cidades que estão hierarquizadas em sentido econômico-funcional e que parecem, em parte, substituir o papel outrora desenvolvido pelos estados nacionais.

Por esses motivos, no que se refere à repositição em escala mais ampla da dialética interna às metrópoles que se procurou traçar precedentemente, e porque se torna mais clara a percepção do fato de que uma parte considerável das mudanças e dos conflitos atuais passa por uma “disputa pelo espaço” de dimensões planetárias, o conflito em curso apresenta numerosos aspectos enigmáticos. De fato, não é fácil definir as modalidades de desenvolvimento nem é muito viável indagar os futuros que este conflito parece começar a prefigurar. O destino último que nos reserva a globalização sob o perfil da nova articulação das metrópoles é ainda obscuro.

A teoria das cidades parece hesitar diante da quantidade de problemas com que elas se encontram confrontadas. As metrópoles do século XXI poderiam representar tanto o momento de passagem a um capitalismo diverso, dominado por um “arquipélago de ilhas do bem-estar” em que se concentraria o poder econômico, financeiro e decisório, circundadas, porém, por oceanos de pobreza e marginalidade, quanto os fatores de uma progressiva integração mundial maior, como por-

tadoras de uma cooperação que vai além dos confins nacionais e, por meio destes elementos de um novo sistema de organização planetária ainda em via de definição, tecer o mosaico de uma constelação ainda em via de definição. Entre os estudiosos, parece, no entanto, prevalecer um certo pessimismo: os geógrafos alemães sublinharam nos últimos anos, com crescente preocupação, as tendências à fragmentação atualmente em andamento, seja num plano geopolítico mais geral, seja no interior das próprias metrópoles. Nas grandes aglomerações, começar-se-ia a distinguir zonas “globalizadas”,

nas quais reina o bem-estar e que estão conexas à grande rede internacional das cidades, e zonas marginais nas quais predominam pobreza, tribalismo e violência.

Neste confuso coexistir de pré-história e de pós-história, são procuradas, por isso, as respostas que verdadeiramente nos importam, desenham-se os diversos futuros urbanos possíveis. Ainda cabe a nós, em todo o caso, procurar definir o quadro de um espaço no qual nos agradaria viver e atuar para a sua realização.

## A metamorfose da subjetividade operária

*Entrevista com César Sanson*

César Sanson possui graduação em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), com especialização em Economia e Trabalho e mestrado na área da sociologia do trabalho, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), com sede em Curitiba. Doutorando em Ciências Sociais na UFPR, focaliza suas pesquisas nos temas do trabalho: reestruturação produtiva, inovações organizacionais e subjetividade operária.

César já abordou o tema trabalho no **Cadernos IHU Idéias** número 60, intitulado “A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida”, que está disponível no site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). Ele também apresentou o minicurso “A ‘nova’ subjetividade operária nas relações de trabalho pós-fordistas” durante o Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?, realizado pelo IHU, em maio de 2007, na Unisinos. No evento IHU Idéias, dia 26 de abril de 2007, César apresentou o tema “Da sociedade industrial à sociedade informacional. A metamorfose da subjetividade operária”. Na entrevista, a seguir, publicada na edição 216, de 23 de abril de 2007, César fala sobre a metamorfose da subjetividade operária, na passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional.

**IHU On-Line – Como se dá a passagem da sociedade industrial à sociedade informacional? O que caracteriza a sociedade informacional?**

**César Sanson** – Ao longo da história da humanidade, alguns acontecimentos provocaram a mudança de rumo da sociedade. Um desses

acontecimentos, de grande envergadura, foi a Revolução Industrial, que, ao final do século XVIII, inaugurou um novo modo produtivo, reorganizou socialmente o trabalho e conferiu um novo dinamismo à sociedade deixando para trás a sociedade agrária. Na base da Revolução Industrial, está a introdução de novas tecnologias. Agora se assiste a uma revolução produtiva da mesma envergadura, produzida pela Revolução Industrial – trata-se da Revolução Tecnológica ou Informacional, que traz consigo a novidade da introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional.

Portanto, quando falamos em “passagem” da sociedade industrial para a sociedade informacional, estamos falando, sobretudo, de paradigmas de produção. Mas é importante destacar que outros fatores se somam na definição dessas sociedades. No caso da ascensão da sociedade industrial, ela se assenta na superação da cristandade, na emergência de determinado tipo de modernidade e no triunfo do liberalismo. Logo, mais do que um modo específico de produzir, essa sociedade diz respeito a um modo de viver, de pensar e relacionar-se com os outros – uma cosmovisão de mundo. A “passagem” de uma sociedade para outra, no caso, se explica pelo fato de que os fundamentos básicos que conformaram a sociedade industrial – a instituição do trabalho assalariado, o surgimento do movimento operário e a consolidação de categorias explicativas da sociedade como Estado, sindicato, classe social, família e os valores subjacentes a elas, entre outros fatores – encontram-se em crise.

Nessa perspectiva, o que caracteriza a sociedade informacional, por um lado, é o seu caráter

inovador no tratamento que era dado à informação pela revolução industrial. As Novas Tecnologias da Informação (NTI) agem sobre a informação e não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia como acontecia com a Revolução Industrial – elas possibilitam o surgimento do trabalho imaterial. Associados à introdução de novas tecnologias, temos novos métodos de gestão do trabalho, mais sofisticados, inspirados no toyotismo que se sobrepõem ao fordismo – característico da sociedade industrial e reorganizam a ação do trabalhador no processo produtivo e entre si.

Por outro lado, a sociedade informacional se insere no que se denomina hoje de pós-modernidade que joga por terra e coloca em xeque as instituições forjadas no período anterior. Autonomia, individualidade, fragmentação, imediatez, fluidez, complexidade, são manifestações de uma nova sociedade em transformação. Vale dizer que essa “passagem” de uma sociedade para outra não se completou. A sociedade industrial convive com a sociedade informacional. Essa última ainda não é hegemônica, mas é portadora de uma nova dinâmica que se instaura e aos poucos vai se impondo.

**IHU On-Line – O que permeia a “metamorfose” que você atribui à subjetividade operária? O que marca essa mudança?**

**César Sanson** – O que permeia a metamorfose da subjetividade é o fato de que a sociedade industrial também está em metamorfose. No caso específico do trabalho, a Revolução Industrial, imbricada à modernidade e a racionalidade, possibilitou a ascensão e a instauração de uma determinada subjetividade operária. Algumas características subjacentes a essa “subjetividade”, forjada durante aproximadamente dois séculos, poderiam ser sintetizadas a partir de alguns aspectos, destacados por Sennett.<sup>56</sup> Primeiro: o trabalho é o elemento central que permeia o conjunto das instituições. As pessoas tentavam provar o seu valor pelo seu trabalho. Segundo: o não-trabalho configura uma caracterização identitária de constrangimento para

quem não o tem. Terceiro: se estabelece uma relação de classe social. Os trabalhadores têm satisfação de sua posição social, se reconhecem como operários e estabelecem laços de solidariedade, o que permite o surgimento dos sindicatos. Quarto: é comum a identificação perene com um determinado tipo de ofício, de profissão. A profissão marca o trabalhador, que, uma vez exercendo determinada atividade, para sempre a exerce. Quinto: o trabalho não é intermitente: ele se faz de maneira continuada, segura, e geralmente em um mesmo local, na mesma fábrica. Sexto: em função do tempo – anos – em que convivem juntos em uma mesma planta industrial, se constroem laços de fidelidade, companheirismo, amizade e lealdade entre os trabalhadores. A competitividade entre os operários, a disputa por espaço e ascensão profissional são reduzidas. Sétimo: a recompensa para uma “vida de trabalho” é a aposentadoria.

Ora, é exatamente essa “condição operária” que conforma determinada subjetividade que está em metamorfose. Essas características enumeradas anteriormente já não dão conta de explicar a nova realidade do trabalho e como os trabalhadores se inserem nela. Percebe-se um desencaixe. O que marca a mudança para a emergência de uma outra subjetividade é exatamente o surgimento da Revolução Informacional associada a outras transformações de caráter mais geral na sociedade.

**IHU On-Line – Como era a subjetividade operária da sociedade industrial e como se caracteriza o operário da sociedade informacional, cognitiva?**

**César Sanson** – Marx, refletindo sobre a sociedade industrial, considerava, por um lado, que no trabalho a pessoa se auto-realiza, pois o seu agir produtivo permite que se afirme em relação aos outros e em relação ao mundo em que vive. Por outro lado, porém, constata ao mesmo tempo, que esse trabalho é fonte de alienação em função da perda de domínio e controle sobre o processo de trabalho. Analisando o modo produtivo capitalista do final século XVIII, e, sobretudo, do século

<sup>56</sup> Richard Sennet: sociólogo americano, autor de, entre outros, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), *A corrosão do caráter* (5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001) e *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental* (3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003). (Nota da *IHU On-Line*)

XIX, Marx destaca que a produção de um objeto (uma mercadoria) é estranha a quem o produz. Marx se refere a esse processo de ruptura como fetichismo – a penetração da lógica capitalista no núcleo do ser, em todos os modos de pensar e em todas as relações com as outras pessoas.

O conceito de fetichismo é fundamental para a crítica que Marx realiza da sociedade industrial-capitalista. Afirma que existe uma inversão da relação entre as pessoas e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto (o sujeito se torna uma coisa e os objetos ganham vida). As coisas – dinheiro, capital, máquinas – se convertem em sujeitos da sociedade. Portanto, a Revolução Industrial, segundo a análise marxista, manifesta no trabalho uma subjetividade assujeitada.

Ora, o assujeitamento é uma contradição e um paradoxo à emancipação prometida pela sociedade industrial fundada na modernidade. Como agora essa modernidade, que promete uma subjetividade livre, assujeita a subjetividade? A aparente contradição de que agora o trabalhador de sujeito livre – fundamento do liberalismo – passa a ser assujeitado encontra no próprio Marx uma outra interpretação. Apesar da alienação, do fetichismo, do estranhamento, essa mesma relação de produção produz uma subjetividade de não aceitação, de resistência.

A conclusão a que se pode chegar, então, a respeito da subjetividade operária da sociedade industrial, é a de que se, por um lado, não suplantou o assujeitamento, a subordinação e até mesmo o estranhamento no processo produtivo, por outro lado, nada permite afirmar que se trata de uma subjetividade alienada. Os trabalhadores, exatamente porque têm consciência de sua condição assalariada, percebem o capital como o seu contrário e dessa limitação procuram tirar proveito. Nessas condições, construíram as suas resistências, os seus mecanismos de defesa e as suas organizações como um sujeito coletivo.

Nesse momento, o advento da Revolução Informacional permite que se fale na emergência de uma “nova” ou de uma “outra” subjetividade operária em formação. Caracterizar essa outra subjetividade é uma tarefa difícil, mas alguns elementos podem ser destacados. Um primeiro as-

pecto, pensando a partir da realidade do trabalho, implica o fato de que, na sociedade informacional, o conhecimento passa a ser muito importante. Aplicado ao processo produtivo, o conhecimento não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação. Estamos diante do trabalho imaterial que, como diz Paolo Virno, mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos. Nesse sentido, o conhecimento se torna uma mercadoria na medida em que ele é decisivo na contratação da mão-de-obra. Contrata-se, sobretudo hoje, o conhecimento que o trabalhador possui. Essa é a “matéria-prima” da economia material.

Na sociedade industrial, o conhecimento já está dado. A exteriorização define o ato de trabalhar. O trabalho está “fora” de mim – o que demarca uma linearidade espacial de local e tempo; agora, o trabalho imaterial que tem em sua base o conhecimento subsume toda a pessoa integralmente porque exige interiorização. Torna-se constitutivo de todo o seu ser – eu vivo o trabalho e penso o trabalho o tempo todo e todo o tempo.

Arrisco afirmar que estamos diante de uma subjetividade da bricolagem, no sentido francês de *bricoler* – “faça você mesmo”. Quem tiver capacidade de se adaptar se sai melhor. Essa subjetividade no trabalho hoje se manifesta em várias situações: na importância das “externalidades”, ou seja, as habilidades e o conhecimento que eu trago de fora para dentro; na capacidade de criatividade e inventividade para interagir com o conhecimento, que está na base produtiva das mercadorias e serviços; na relação de expertise com os modernos instrumentos de trabalho – as máquinas-ferramentas informacionais; na capacidade de se expor por inteiro aos colegas de trabalho; na exigência das auto-avaliações grupais para se manter a sociabilidade requerida; na exigência de um trabalhador aconventional que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida e a ela dedique o melhor de suas energias, físicas e intelectuais; na exigência da incessante formação profissional. Diria,

então, que a “nova” subjetividade tem de saber lidar com essas novas exigências.

Sabemos que a nova lógica do modo produtivo é ganhar o trabalhador como um todo e aqui o elemento central é ganhar, sobretudo, a subjetividade do operário. Fazer com que ele pense como pensa a empresa, fazer com que ele aja como deseja a empresa, que se comporte de acordo com os valores cultivados pela Organização. A novidade é que não se trata mais de impor, mas fazer com que o próprio trabalhador assimile a lógica da Organização e seja o seu propagador, o seu retroalimentador. Que adote, inclusive, os padrões da cultura organizacional fabril para a sua vida privada.

Por outro lado, há um cinismo no discurso do capital relacionado à “nova” subjetividade operária requerida. O capital fala em maior liberdade e autonomia no processo produtivo, exatamente porque há uma franja de controle no processo produtivo. Fala em trabalho em equipe, em gestão participativa, em “time”. O cinismo consiste em que se, por um lado, se fala em trabalho em equipe, por outro, exige altas performances individuais de produtividade. Olhando sob a ótica de uma subjetividade sociabilizadora, os trabalhadores (indivíduo) e sujeito (classe) estão perdendo o que têm de melhor. A subjetividade erigida na sociedade industrial constituía-se de elementos de agregação, exatamente porque o capital não dissimulava a sua função de mandatário. Agora não, o capital procura enredar o trabalho num discurso pseudoparticipativo e a partir da promessa da agregação o que faz na realidade é desagregá-los.

### **IHU On-Line – Qual o lugar do trabalho na vida das pessoas dessa chamada “sociedade informacional”? O trabalho, como o conhecemos, muda seus conceitos?**

**César Sanson** – O trabalho continua central, mas, com todas as mudanças que ocorreram, podemos afirmar, como diz Castel<sup>57</sup> e Gorz, que a situação atual é marcada pela desestruturação da condição salarial e pela formação de diferentes “zonas de coesão social”. Temos os integrados – trabalhadores que estão incorporados ao novo modo produtivo; os vulneráveis – trabalhadores em situação de “risco”, lembrando aqui dos terceirizados, e os excluídos – os que estão fora da sociedade salarial. O que mudou em relação à sociedade industrial é a quebra da metanarrativa de vida que se fazia em torno do trabalho. Apesar de ser central no imaginário e para a construção identitária das pessoas, milhares passarão a vida toda procurando um encaixe social pelo trabalho e não encontrarão.

Outra mudança no caráter da centralidade do trabalho entre a sociedade industrial e a informacional é que o trabalhador da sociedade anterior tinha no trabalho um dos aspectos de equilíbrio da sua vida social, ou seja, o trabalho não “engolia” o trabalhador. A narrativa do trabalho ocupava um lugar na vida do operário sob a qual ele tinha determinado controle. Agora, diante das novas exigências poder-se-ia afirmar que o “trabalho” engoliu o trabalhador. O trabalho passou a “controlar” o trabalhador. Se antes ele era fonte de equilíbrio individual e social, tornou-se fonte de apreensão e de “risco”, como diz Ulrich Beck.<sup>58</sup> Estamos pensando aqui nos trabalhadores vincu-

<sup>57</sup> Robert Castel: intelectual francês, filósofo e sociólogo, diretor de Estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Participou, junto com Foucault e com Bourdieu, da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria. Publicou **A ordem psiquiátrica** (Rio de Janeiro: Graal, 1978) e **O psicanalismo** (Rio de Janeiro: Graal, 1978). Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro **As metamorfoses da questão social** (Petrópolis: Vozes, 1998). Dele, publicamos uma entrevista na 115ª edição, de 13-09-2004. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>58</sup> Ulrich Beck: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Beck argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. O livro mais recente de Ulrich Beck é **Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation** (Paris: Aubier, 2003). Publicamos uma resenha do livro de Ulrich Beck, **Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation** (Poder e contra-poder na era da mundialização) (Paris: Aubier, 2003), escrita por Christian Chavagneux, na **IHU On-Line** número 84, de 17-11-2003. (Nota da **IHU On-Line**)

lados, sobretudo, aos setores da economia do imaterial. O fato é que a vida de trabalho hoje se faz aos solavancos, de incertezas e angústias.

***IHU On-Line – Como compreender uma sociedade que, ao mesmo tempo em que inicia essa transformação para um capitalismo cognitivo, ainda convive com a realidade de exploração existente, por exemplo, entre os cortadores de cana nos canaviais brasileiros? Qual a subjetividade operária desses trabalhadores em comparação com a subjetividade do trabalhador da sociedade informacional do século XXI?***

**César Sanson** – O trabalhador do corte da cana, de um lado, e o trabalhador de uma indústria de ponta no setor automobilístico, de outro, manifestam a dualidade presente na sociedade do trabalho. Essa situação díspar adverte-nos para o fato de que a chamada sociedade informacional do trabalho ainda não é hegemônica. Poderíamos falar então em diferentes “sociedades de trabalho” que se mesclam como afirma Antunes.<sup>59</sup> Podemos ir ainda mais longe. Não é incomum no corte da cana encontrar-se, de um lado, um trabalhador em condições aviltantes e degradantes de trabalho e, ao lado dele, outro trabalhador que pilota as

sofisticadas colheitadeiras com altíssima tecnologia de bordo. Juntam-se aqui, no mesmo espaço geográfico, o trabalho de características do século XIX e do século XXI.

É bastante provável que o cortador de cana tenha a consciência de que está na rabeira da cadeia produtiva, da aceitação do trabalho que sobrou e o piloto da colheitadeira, a consciência que está na “dianteira”. Mas isso é uma hipótese. Sob a perspectiva da subjetividade, diria que o que os diferencia é o fato de trabalharem com instrumentos diferentes que os remetem para códigos e simbologias diversos na organização social do trabalho: um com o facão e o outro com o computador de bordo. Um situa-se nos primórdios da sociedade industrial, o outro já está na sociedade informacional, com todas as implicações do que isso significa, como já destacado anteriormente.

Essa situação os diferencia, mas outras certamente os aproximam como exigência de índices de produtividade e o stress a que estão submetidos no trabalho. Os aproxima ainda – por mais paradoxal que possa ser – que ambas as “tarefas” exigem habilidade e destreza. Ambos precisam ser exímios no que realizam. Por aqui há uma pista de uma subjetividade que pode os aproximar.

<sup>59</sup> Ricardo Antunes: graduado em Administração Pública, é mestre e doutor em Ciências Sociais, é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É autor de ***Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*** (3. ed. São Paulo: Cortez, 1995) e ***Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*** (6. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2003), entre outros. (Nota da *IHU On-Line*)

## O paradoxo no mundo do trabalho

*Entrevistas com José Roberto Novaes*

José Roberto Novaes é graduado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo (USP). Novaes tem diversas especializações: Aperfeiçoamento em intercâmbio, no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain, pela L'École des hautes études en sciences sociales (EHESS); Didática Geral e Prática de Ensino e Especialização em Economia Rural, ambas pela USP, entre outras. É mestre em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e doutor em Ciência Econômica, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Organizou o livro **No eito da cana: exploração do trabalho e lutas por direitos na região de Ribeirão Preto** (Rio de Janeiro: Editora Rima, 2003). Atualmente, Novaes é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“É um paradoxo”, detecta José Roberto Novaes em suas pesquisas sobre o trabalho ligado ao corte da cana no interior do Estado de São Paulo. A grande contradição, segundo o professor, na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 188, de 10 de julho de 2006, é que a tecnologia trazida aos canaviais pelas máquinas que cortam cana exige que as pessoas trabalhem ainda mais. Se antes um trabalhador cortava de seis a sete toneladas de cana por dia, hoje, para ser competitivo, deve cortar, no mínimo, dez toneladas, e por um salário menor. No entanto, as condições de alimentação, habitação, transporte e saúde melhoram em diversos aspectos. Mesmo assim, problemas como o uso de vitaminas para mascarar câimbras, a exigência por resultados maiores e a migração da pequena agricultura para os canaviais são realidades constatadas em muitos locais.

Sob o título “Os cortadores de cana. O drama de quem ‘tem que agüentar’”, Novaes concedeu também uma entrevista à **IHU On-Line**, publicada na página das **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 21 de junho de 2006, que a seguir também reproduzimos.

**IHU On-Line – Como o senhor definiria e classificaria as migrações no Brasil? Quais seriam as regiões mais problemáticas?**

**José Roberto Novaes** – Para definir as migrações, precisamos entender o padrão de desenvolvimento econômico da agricultura brasileira, porque é uma agricultura que está incorporando uma tecnologia, que foi absorvida por algumas regiões em alguns produtos e hoje esses estão se espalhando pelo país todo em função de pesquisas na área de biotecnologia etc. Esse é o primeiro aspecto. Temos um padrão de desenvolvimento e ele está voltado, fundamentalmente, para a realização dos seus produtos, do mercado internacional, como é o caso da soja, da cana. Esses produtos, sobretudo a cana-de-açúcar, têm uma particularidade muito grande. Temos algumas etapas do processo de produção como o plantio, que exige pouca mão-de-obra. Porém, na época da safra, apesar de usar máquinas para colher a cana, a mão-de-obra é um elemento importante, porque temos um processo de expansão e modernização simultaneamente. Para se ter uma idéia, até a safra de 2010, serão incorporadas às 304 usinas de açúcar que funcionam no país, mais 89 outras. A modernização das 304 já existentes significa que o Brasil está se tornando um “mar de cana”, que se alastra. Essa dinâmica vai impulsionar o mercado de trabalho, expandi-lo, porque essa cana tem que ser

cortada também manualmente. Quem corta essa cana? São trabalhadores que estão se especializando no corte constituem a mão-de-obra que se solicita hoje, trabalhadores jovens. A migração, então, direcionada para essa atividade do agronegócio se dá em decorrência da expansão e da modernização do setor devido às perspectivas atuais e futuras de mercado. Grandes investimentos estão sendo feitos no setor, como os de grandes grupos multinacionais, inclusive grupos franceses, que já detêm o controle de várias usinas no Brasil. Como se vê, usina de cana é um bom negócio.

### **Migrações e migrantes mudam de perfil**

Desse modo, precisamos entender as migrações, no foco da pergunta. A migração supre a mão-de-obra. Antigamente, na década de 1950, se pensava a migração do Nordeste para o Sudeste, do rural para o urbano. As pessoas saíam do interior para trabalhar na cidade. Hoje se pensa do Nordeste para o Sudeste e do rural para o rural. Esses migrantes são trabalhadores jovens que não têm oportunidade de emprego nas suas regiões de origem, porque a terra passou a ser valorizada lá, a pecuária chegou, a terra está sendo ocupada com capim, com soja ou está sendo mantida como fator de especulação. Portanto, esse processo de valorização da terra leva a um processo de dificuldade do antigo trabalhador permanecer em seu local de origem. Então, é um processo migratório do campo para as cidades nessas regiões de origem, e há um inchamento da periferia das cidades.

A questão que se coloca é que tipo de emprego esse trabalhador, agora morando na cidade, terá na região. Ele pode voltar à terra, arrendando-a, mas não morando mais na propriedade rural, e irá pagar um alto preço pelo arrendamento. Então, sua renda irá diminuir, porque é uma agricultura que não tem apoio, não tem crédito adequado, enfrenta períodos de seca, intempéries, pragas, doenças e não tem como combatê-las. Assim, sua renda vem de onde? Como vai sobreviver? Uma das alternativas, e a maior agora, é a migração para o trabalho na forma de trabalho assalariado, uma migração temporária para a safra da cana.

Antigamente a terra não era tão valorizada nessas regiões. Então, os trabalhadores viviam na terra, como pequenos agricultores. O que eles ganhavam da migração era uma complementação da renda da roça. Hoje, o processo se inverteu. Esses trabalhadores estão nas cidades. Os jovens, com a chegada da televisão, estão com dificuldade de voltar para trabalhar na agricultura, estão um pouco mais qualificados. É uma mudança na estrutura produtiva dessa região de origem, que vem seguida de uma mudança cultural, com a chegada da televisão, novos valores, comportamentos, novas formas de se vestir. Essa é uma questão que está relacionada à origem do problema.

### **Modernização tecnológica**

Outro problema diz respeito ao trabalho desses migrantes no agronegócio, nas usinas de açúcar e álcool, no corte da cana. Aí, sim, podemos colocar algumas questões muito sérias. Esse é um setor que está passando por um grande processo de modernização, de novas tecnologias muito rapidamente, com a incorporação dessas novidades. A questão que se faz é a seguinte: o que o trabalhador ganha com a incorporação dessas tecnologias no setor? Isso tem melhorado suas condições de vida e de trabalho? A resposta é não.

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho. Então, para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Nisso, temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tec-

nológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho. É um paradoxo.

As conseqüências disso são visíveis imediatamente, mas também poderão ser dimensionadas mais a médio prazo. Imediatamente, elas são visíveis porque se apresentam por meio de sintomas na saúde desses trabalhadores em decorrência de acidentes de trabalho, de deterioração de sua saúde, de câimbras, tendinites, doenças do trabalho, problemas de coluna. A pergunta que fica é até quando conseguirá trabalhar essa pessoa no limite de sua força física, após 30 anos nessa atividade. Será que esse trabalhador irá conseguir manter esse padrão de produtividade? O desgaste físico é muito grande. A médio e longo prazo, começa a se onerar a previdência, a haver afastamentos do trabalho por invalidez, uma série de problemas que não são visíveis hoje. Fica claro, portanto, o paradoxo entre inovação tecnológica e a piora das condições do trabalho devido às exigências de produtividade. Esse é um dos problemas mais sérios que observamos em nossas pesquisas nos canaviais de São Paulo.

**IHU On-Line – O senhor menciona que a origem dos migrantes foi alterada ao longo destes anos. Poderia dar mais detalhes sobre essa questão?**

**José Roberto Novaes** – Temos algumas hipóteses com relação a esse tópico. Sempre houve a migração para o corte de cana. Antigamente, em São Paulo, quem vinha cortar cana nas décadas de 1950, 1960, 1970, eram os mineiros do Vale do Jequitinhonha, que eram pequenos produtores de Minas Gerais. Quando chegava a época da

entressafra do roçado, do período de seca na região deles, não havia o que fazer e então os homens vinham para São Paulo para cortar cana. As famílias ficavam em Minas Gerais, e os homens enviavam o dinheiro. Naquela época, mais para o final da década de 1970, a sociedade estava mais organizada, e as pressões das greves, do movimento sindical, trouxeram algumas conquistas econômicas para os trabalhadores. Houve uma greve muito importante no estado de São Paulo chamada Greve da Guariba,<sup>60</sup> que aconteceu em 1984. Ela se tornou uma referência para outras categorias de trabalhadores assalariados do campo para reivindicar melhores condições de vida, de trabalho, maiores salários. Como naquela época, ocorreram alguns ganhos econômicos, esses trabalhadores, quando estavam cortando cana, ganharam um pouco mais. Isso se uniu à situação da política local. Havia uma eleição para prefeito que aconteceria em novembro, período de safra, então o prefeito transferia os títulos das pessoas, fazia doação de terrenos para a construção de casas em mutirão. Muitos trabalhadores, então, vieram e acabaram ficando. Acumularam recursos e se fixaram, trazendo a família.

Hoje, o problema da fixação é uma realidade completamente diferente da daquela época. Primeiro porque agora a possibilidade de se ganhar uma sobra para construir uma casa é muito mais difícil, pois o salário diminuiu, e a exigência na produção aumentou. Hoje, temos uma fixação muito menor do que antes. A pessoa vem para conseguir melhores condições. Outra mudança é que essa mão-de-obra mineira, sem querer generalizar, veio para cá e acabou adquirindo um co-

<sup>60</sup> Greve de Guariba: greve ocorrida em maio de 1984 no município de Guariba, pequena cidade-dormitório da região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e cuja dependência em relação ao setor sucro-alcooleiro é total. Os trabalhadores rurais do setor levantaram-se contra as péssimas condições de vida a que eram submetidos, em um regime de semi-escravidão. O estopim do levante foi a alteração do sistema de colheita da cana, que passou de cinco para sete ruas, o que tornaria a lida diária ainda mais penosa. A este fator, somavam-se outros três primordiais, que contribuíam para a insuportabilidade da situação: o supermercado da cidade cobrava juros escorchantes ao vender fiado aos trabalhadores rurais; a Sabesp praticava tarifas elevadíssimas por uma água que era fornecida somente em alguns períodos do dia; as condições dos alojamentos e do transporte eram precaríssimas, evidenciando o *status* subumano conferido a estes viventes pelos usineiros e seus empreiteiros. Tudo isso somado se convertia em uma equação cujo resultado cruel: os bóias-frias chegavam ao fim do mês como devedores do supermercado e da Sabesp, já que o salário não era suficiente para cobrir tais necessidades básicas de sobrevivência. As manifestações da greve foram abafadas pela ação da Tropa de Choque de Franco Montoro, governador de São Paulo à época, com ordens expressas de encerrar a greve, a qualquer custo. Ao fim das negociações, os bóias-frias vêm atendidas várias de suas reivindicações. O exemplo de Guariba inspira trabalhadores rurais do Brasil inteiro, que passam a exigir o cumprimento da “carta de Guariba”, dos “direitos de Guariba”, das “condições de Guariba”. (Nota da **IHU On-Line**)

nhcimento, uma destreza, e informações resultaram em reivindicações bem concretas. Isso deu a esses trabalhadores uma capacidade muito grande de serem mais reivindicativos, não aceitar qualquer tipo de cana. Eles se recusavam a cortar uma cana de qualidade ruim com preço baixo. Não tinham paradeiro, o que começa a causar problemas, porque a usina precisa ter planejamento, precisa ter cana, senão as atividades são interrompidas. Nem todas as usinas podem cortar apenas com máquina. Assim, buscam trabalhadores mais longe que têm essa competência.

### **Perfil do trabalhador da cana**

Se analisarmos o perfil dos trabalhadores que estão vindo, veremos que são jovens, muitos deles vindos pela segunda, terceira vez, e que estão acostumados a trabalhar na terra e que vão trabalhar na cana. Lá, eles estão acostumados a lidar com o cálculo econômico relacionado à terra. Na cana, terão que pensar o quanto vão ganhar, levar em consideração o preço da cana, a metragem cortada, o tipo de produto. Eles não sabem fazer muito bem esse cálculo. Por isso, serão uma mão-de-obra pouco reivindicativa. Quanto vamos ganhar? Se der 200 metros, e o cortador mediu 150, e o proprietário tirou 50 dele, o cortador recebe pelos 150 e acha que ainda está melhor do que a situação que ele estaria vivendo se não tivesse esse trabalho. A referência de trabalho dele é a referência que teria se não pudesse migrar, considerando que isso diminui muito o poder de reivindicação. Esses trabalhadores que têm sido arregimentados agora, do Maranhão e do Piauí, muitos, mas nem todos, têm essa característica, então são mais subordinados aos interesses da empresa, são menos reivindicativos.

### **Sindicalização precária**

Outra questão importante é que esses trabalhadores têm pouco acesso ao sindicato do município. A estrutura sindical é um problema para organizar a migração porque o sindicato atua no município, e vêm trabalhadores de longe, de ou-

tro município, outra região, onde o sindicato também não conhece nada sobre cana, e ficam subordinados aos contratantes de mão-de-obra, que nem acesso têm ao sindicato. A situação reivindicatória, da exigência dos direitos é mais difícil no contexto atual.

### **Melhorias e exigências**

As usinas, para terem um trabalhador com esse perfil, com esse porte, que consiga cortar em média dez toneladas de cana por dia, não podem dar-lhes o tratamento que tinham aqueles migrantes de antigamente. O migrante de hoje, cortador de cana, não pode comer farinha e arroz. Ele precisa de uma comida especial. Então, melhorou o padrão de alimentação.

Esse trabalhador precisa de descanso especial, por isso muitos alojamentos de fato foram melhorados, com instalação de chuveiros, coisa que antes não existia. Em muitos alojamentos, entretanto, os trabalhadores continuam dormindo em redes, ou em pensões precárias em São Paulo. Visitei algumas pensões de migrantes do Maranhão e do Piauí nos canaviais paulistas, que estão em estado deprimente, lamentável. No entanto, há uma preocupação em fazer o transporte em ônibus, conquistas que os trabalhadores tiveram e que melhoraram as condições de trabalho dessas pessoas. O que melhorou aí, entretanto, é exigido na produção, porque é preciso ter um trabalhador que possa descansar melhor para agüentar trabalhar na lavoura de cana.

### ***IHU On-Line* – Quais seriam as consequências físicas e psicológicas deste trabalho? O que o senhor descobriu em sua pesquisa?**

**José Roberto Novaes** – Penso que existem questões muito graves ligadas à saúde dos trabalhadores da cana. Observamos e constatamos alguns problemas como as tendinites. Um trabalhador, para cortar cerca de dez toneladas de cana por dia, faz isso com um instrumento cortante para partir a base da cana. O trabalhador faz, então, vários movimentos ritmados que provocam doenças do trabalho. O pulso incha, aparecem tendinites, problemas de dores nas juntas e articulações, o movimento de

flexão provoca problemas de coluna. Além disso, o facão está sempre voltado para o corpo do trabalhador, ou para a perna, ou para a mão. Num ritmo assim, a musculatura logo se cansa e não se tem mais a destreza do corte e acontecem vários acidentes. Outro problema que ocorre com certa frequência são as câimbras. É uma descompensação do organismo. A pessoa transpira muito, e isso causa problemas de tendões, câimbras nas mãos, pernas, barriga e que podem levar a um quadro de fatalidade, se não houver um socorro com urgência.

**IHU On-Line – E há serviço médico disponível perto desses trabalhadores?**

**José Roberto Novaes** – Imagine que são turmas de 40 trabalhadores e que a área de cana da usina é enorme. Algumas pessoas vão cortar cana a 50 km dali. Um ônibus leva os trabalhadores e fica parado lá o dia todo. Se acontecer algum problema, os trabalhadores terão que voltar para a cidade, para o hospital, ou chamar alguém pelo rádio dizer que se precisa de primeiros socorros. Sobre as câimbras, mais recentemente tem diminuído a frequência com que elas têm ocorrido. Pela nossa constatação, elas têm diminuído porque as usinas dão vitaminas para os trabalhadores. Essas vitaminas repõem as energias, mas isso é um absurdo, porque ao invés de reduzir a jornada de trabalho, o ritmo, essa intensidade é mantida “bombando” a pessoa. Isso é completamente diferente de alguém que, num momento isolado de estresse e trabalho constante, toma vitaminas e logo em seguida as suspende. Isso é eventual, mas tomar todos os dias para evitar as câimbras é ocultar as causas do problema.

Os trabalhadores gostam dessa alternativa, porque não sentem dores, sentem-se bem, mais fortes, ganham mais dinheiro porque conseguem trabalhar mais. Temos pensado muito pouco nesse tipo de questão, assim como nas questões ambientais e trabalhistas, sobretudo dentro da academia. Por final, existe a discussão entre alguns professores e entidades, promotores públicos, auditores fiscais, que estão constatando irregularidades e que entram com uma ação muito interessante nessa área a fim de aumentar a fiscalização, exigir alojamento em condições mais adequadas, em la-

var muitas. É pouco, mas já se sente uma preocupação. Isso tudo em decorrência do agravamento da situação de saúde dos trabalhadores e de algumas mortes que ocorreram nos canaviais de São Paulo nessas últimas safras. Pelos dados da Pastoral dos Migrantes, foram constatadas 14 mortes. No dia 28 de junho, morreu mais uma pessoa do Piauí no corte da cana em São Paulo.

Além de tudo isso, muitas vezes os problemas de saúde ligados ao trabalho não são tratados no âmbito de que sua causa fundamental são decorrências da atividade laboral. A pessoa vai ao médico e está com tendinite. O médico, então, receita um Buscopan para o trabalhador sarar e voltar a trabalhar no outro dia.

**IHU On-Line – E não se investiga a causa, não é?**

**José Roberto Novaes** – Exatamente. Esse problema da causa é que eu acho um grande desafio para se pensar a questão da saúde do trabalhador da cana. É preciso colocar esse assunto no foco das reflexões.

**IHU On-Line – Ainda existem muitas crianças fazendo este tipo de trabalho?**

**José Roberto Novaes** – Hoje não mais tantas. Em algumas regiões, ainda aparecem crianças, porque essa é uma questão mais antiga e que diz respeito sobretudo ao Nordeste. Isso era bem comum quando os trabalhadores moravam dentro das usinas, dos engenhos. Mesmo agora, em algumas regiões nas quais os trabalhadores estão morando fora, eles levam a família para fazer algumas tarefas nos canaviais. Eu já constatei a existência de trabalho infantil em Campos, no Rio de Janeiro, há algum tempo, mas acho que, com essa racionalidade toda agora, envolvendo a tecnologia, a mão-de-obra infantil deixou de ser interessante nesse setor mais moderno. Isso faz as crianças saírem do trabalho na cana, mas se tornarem imprescindíveis para a renda familiar. Elas vão trabalhar, então, ou na lavoura de amendoim, ou vão engraxar sapato... As crianças vão ocupar outras atividades, e seu trabalho precoce ajuda a diminuir as dificuldades de suas famílias. Precisamos pensar essa questão tendo como referência não a estrutura na cadeia produtiva, mas as condi-

ções da família sobreviver com um trabalho digno, por meio do qual um chefe de família tenha condições de alimentar todos e colocar o filho na escola. A formação é um direito de todos. Em geral, acredito que esteja diminuindo sensivelmente a utilização das crianças no corte da cana nessas regiões. Sobre o que acontece no Nordeste não tenho como fazer referência. A lógica da modernidade implica um outro perfil de trabalhador.

**IHU On-Line – Como é a relação entre os trabalhadores? Eles criam comunidades e costumam ajudar uns aos outros?**

**José Roberto Novaes** – Essa é uma questão bem difícil, porque há diferentes aspectos em questão, por exemplo, sobre como são arregimentadas as pessoas. Muitas usinas contratam diretamente, então é o trabalhador que vem da sua localidade, compra uma passagem de ônibus e vai para o canavial. Ele conhece um funcionário da usina e, com uma boa referência do seu passado, ele é contratado. O trabalhador aluga uma casa, vai morar com mais seis, sete, até dez pessoas que vêm da mesma região trabalhar na cana. Muitas vezes, essas pessoas vêm sozinhas, mas, na maioria das vezes, em grupo, com primos, tios... Dentro desse grupo, há algum tipo de solidariedade. Eles compartilham do mesmo teto, precisam sobreviver nessa situação.

Em outros casos, os trabalhadores que são aliadores moram na sua região de origem, e fazem a seleção lá. Assim, no próprio local são formadas as turmas. Nessas circunstâncias, as pessoas que são arregimentadas em turmas também desenvolvem um tipo de relação porque irão conviver juntas, procedem do mesmo local. Mas não existe uma solidariedade da categoria, porque é tudo muito segmentado, muito dividido. Há uma segmentação por região, por tipo de trabalho; esse é o perfil.

E digo mais ainda. Quando os trabalhadores chegam à região de trabalho, sofrem preconceito, porque vão morar em cidades pequenas e há uma sobrecarga dos serviços públicos desse local em função da população que aumenta. Imagine um local pequeno, que, em período de safra, tem sua população expandida em cinco mil pessoas. Elas terão que ser atendidas em hospitais, escolas, portanto há um impacto na vida urbana.

**IHU On-Line – Quais são as conexões entre a questão agrária, a questão ambiental e a questão econômica relacionadas à indústria da cana?**

**José Roberto Novaes** – Penso que uma questão importante seria o foco de ação nos locais de origem. Esses migrantes não gostam de migrar, eles migram por pura necessidade. O que deveria ser feito para eles ficarem lá? Uma desapropriação das terras especulativas nas suas regiões de origem, assentamentos. Essas medidas poderiam ser fonte de geração de emprego. Uma reforma agrária com essas características seria muito importante. Trabalhar com a juventude seria igualmente importante. Junto da reforma agrária, seria ótimo ter uma linha de políticas públicas para trabalhar com os jovens. Temos uma estatística de que 85% dos trabalhadores da cana que vieram nos últimos anos são pessoas de 18 a 27 anos. São jovens que precisam trabalhar. Aí aparecem os programas do governo, como o Bolsa Família, que não seriam propriamente assistenciais, mas de direitos. Eu enquadraria o Bolsa Família e os direitos das aposentadorias como elementos importantes para ajudar na sobrevivência da família.

Esses migrantes deveriam ter melhoradas as condições de vida e trabalho. Aí entram questões relacionadas a trabalho escravo, trabalho precário. Trabalhadores com dívida, por exemplo, perdem a liberdade, e podem ser enquadrados como escravos. Há, ainda, o trabalho degradante. Não podemos prescindir de uma força de trabalho assalariado no campo, mas precisamos dar a ela condições dignas de trabalho e remuneração. É preciso o cumprimento efetivo e real de direitos, aquém do limite da superexploração, que está no limite das forças físicas do trabalhador. Combinando essas questões da luta pela terra e da luta por melhores condições de trabalho, podemos chegar a um denominador interessante, porque, muitas vezes, tenho visto que as pessoas ficam no foco pela terra ou na luta pelo trabalho.

**IHU On-Line – Que tipo de mudança é necessário para que a agricultura brasileira mude seu perfil?**

**José Roberto Novaes** – No fundo, os empresários, inclusive os da agricultura, que exercem pro-

fissões as mais diversas, como médicos, industriais, fazem investimentos pulverizados em todas as áreas. Então, já há, em nossa cultura, uma idéia de que, nos aumentos de demanda, situações favoráveis de mercado, está tudo às mil maravilhas. Mas basta acontecer uma crise cambial, uma crise de mercado, de preço, para que se fale numa catástrofe generalizada, pois há uma cultura de que o empresário não pode correr riscos. Há três anos, quando o preço da soja estava altíssimo, o agronegócio era a melhor coisa do mundo. Quando há problemas conjunturais de queda de preço, parece que é obrigação do governo salvar a agricultura, o que significa renegociar dívida, refazer política de crédito, várias medidas a fim de manter uma taxa de lucro com o apoio do governo. Esses são os riscos do negócio, e o empresário precisa assumi-los.

Temos de fazer uma reflexão que leve em conta não só o momento conjuntural, mas um projeto de sociedade no qual sejamos a maior agricultura do mundo e um país onde a população seja a mais abastecida do mundo, e não uma agricultura voltada para o exterior, na qual sua população tem um percentual muito grande de pessoas que não tem acesso à alimentação. As mudanças estruturais serão bem-vindas. A questão é como fazer isso, como a sociedade impulsiona esse processo para provocar essas mudanças estruturais tão necessárias para que possamos fazer essa parte da população, que tem arcado com esse ônus do progresso, ser incorporada.

### **Os cortadores de cana. O drama de quem “tem que agüentar”**

#### ***IHU On-Line* – Quais as principais consequências do êxodo maciço de trabalhadores e trabalhadoras em direção a estados mais ricos do Brasil, no caso da indústria suco-alcooleira em expansão?**

**José Roberto Novaes** – Sempre houve um fluxo migratório muito grande de trabalhadores do Nordeste para outras regiões do país. Por exemplo, há um circuito migratório que vai para a região Norte, que começou na década de 1970, para o corte de madeira, e até hoje permanece. Lá, os trabalhadores desmatam a floresta e há uma rela-

ção de trabalho escravo, de superexploração. A ida de nordestinos para o Sul, até a década de 1950, era uma migração do Nordeste rural para o Sudeste urbano. Isso porque a cidade estava em expansão, precisava de mão-de-obra.

### **A migração atual é pendular**

A migração atual é do Nordeste rural para o Sudeste rural. Essa é uma característica muito recente, porque é uma migração pendular. Significa que os trabalhadores (principalmente homens) deixam suas famílias no Maranhão, no Piauí, na Paraíba, e vêm trabalhar de seis a oito meses nas usinas de açúcar de São Paulo para cortar cana. Entre as conseqüências dessa migração, está um processo de desintegração familiar. Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, normalmente os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. E essa migração se torna necessária porque nas regiões de origem desses migrantes, como Maranhão, Piauí e Paraíba, não há alternativa de emprego para a juventude. Então eles têm que migrar e as conseqüências disso são ruins. Basta imaginarmos como é uma família completamente desintegrada por uma necessidade vital que é a sobrevivência. Esse é o maior problema: a falta de oportunidade de trabalho na região, que gera a necessidade de busca para fora.

#### ***IHU On-Line* – Como são as condições de trabalho desses migrantes empregados no corte de cana?**

**José Roberto Novaes** – Quando falamos de corte de cana, tratamos de uma atividade dentro do agronegócio. Precisamos analisar o agronegócio não só do ponto de vista do mercado e do ponto de vista da tecnologia, porque daí ele se mostra muito eficiente e competitivo. O Brasil hoje tem uma das agriculturas mais desenvolvidas do mundo. Mas nós temos de analisá-la também do ponto de vista do trabalho e do ponto de vista ambiental. Em relação ao trabalho, temos constatado que as condições são realmente precárias, porque o corte da cana é um trabalho difícil, que exige ritmo, força física e destreza. O trabalhador mexe

com o facão, cuja lâmina está apontada para o corpo dele o tempo todo, ou para a canela ou para o dedo, quando ele corta a base da cana e quando ele apara a ponteira dessa cana. Então, ele precisa muita atenção nesse trabalho e o desgaste físico é muito grande.

### **A rotina de um cortador de cana**

Para termos uma idéia, um trabalhador levanta às 5 horas da manhã, precisa fazer a comida para levar para o campo, porque ele começa a trabalhar às 7h. E, para atingir o padrão de produtividade imposto pelas usinas, ele deve cortar, no mínimo, 10 toneladas de cana por dia. Isso significa trabalhar exaustivamente durante o dia todo, até o limite da sua força física. Isso tem consequências diretas na saúde desse trabalhador. Por exemplo, manifestações de câimbra, em função do desequilíbrio de sais minerais no corpo. As pessoas transpiram muito, e essa transpiração em excesso começa a causar câimbra nas mãos, nas pernas, na barriga, que provocam uma dor violenta. Então, os trabalhadores precisam ser levados para os hospitais para tomar soro. As usinas, para resolver esse problema, estão dando um complexo vitamínico, que o trabalhador é obrigado a tomar todos os dias, para eliminar as manifestações de câimbra. Essa é uma solução paliativa, porque a questão central não é “bombar” o trabalhador com uma vitamina para ele manter o ritmo de trabalho a que está sendo submetido até à exaustão física do corpo. A solução seria reduzir a jornada e aumentar o preço da cana.

### **Outras manifestações da saúde**

Além da câimbra, há outras manifestações. O trabalhador submetido a um ritmo tão violento de trabalho perde a destreza no corte. Isso faz com que ocorram muitos acidentes, cortes na mão, na perna, apesar dele utilizar todo o equipamento de proteção ao trabalho. Uma terceira consequência são as inclinações que ele faz no movimento corporal, que provoca, a médio prazo, doenças de coluna. Temos encontrado muitos trabalhadores

que, a partir dos 27 anos, estão praticamente inutilizados para o trabalho, devido a problemas de coluna e de acidentes. Outro exemplo é a tendinite. É hábito desses trabalhadores, ao cumprirem uma jornada extensa dessas, começar a ter tendinite, que são inflamação de tendões. Ele vai ao médico que lhe receita um Voltarem. No dia seguinte, ele está sem dor e vai continuar trabalhando. Essas são as consequências da imposição de um ritmo e de uma jornada de trabalho a que o trabalhador está sujeito para cumprir o padrão estabelecido pela usina.

### **O ritmo da produção**

Há 15 ou 20 anos, o trabalhador cortava seis ou sete toneladas de cana por dia. Hoje, o mínimo é dez. E tem trabalhadores que cortam 15, 20 e querem cortar cada vez mais para ganhar mais, porque o ganho é por produção. Então, precisamos resolver essa questão pensando em uma redução do ritmo e da jornada de trabalho, o que vai, inclusive, aumentar o mercado de trabalho. Se diminuirmos mais esse padrão, é possível contratar mais gente para cortar cana.

***IHU On-Line – Que significados estão implícitos na declaração de um baiano cortador de cana, que afirma que na sua terra “não tem serviço. Por isso a gente tem que agüentar”, após um dia de trabalho em que cortou 250 metros de cana (seis toneladas), a R\$ 0,14 o metro, para ganhar R\$ 35?***

**José Roberto Novaes** – Ele tem de se sujeitar. O que está implícito nisso é algo muito trágico. Ele se sujeita a uma condição de vida e de trabalho um pouco melhor do que aquela que ele encontra na região de origem dele, porque lá ele não tem nada. Na região de origem não há trabalho. Ele sai de lá para trabalhar sem reivindicar direitos, porque muitas vezes ele nem os conhece. E o trabalho para ele significa um ganho para continuar se alimentando e ter as condições mínimas de vida, o que na região dele não se consegue mais. Então, o padrão dele é relativo e relacionado às condições que ele encontra na origem. Por exemplo, um trabalhador que vem cortar cana

diz que está ganhando uma diária de R\$ 25 ou R\$ 35. Para ele está bom. Vai trabalhar seis meses e vai ganhar de R\$ 300 a R\$ 450, tirando todas as despesas. Se ele ficasse em sua terra, não ganharia nada.

### **Os problemas das regiões de origem**

Nessas regiões de origem, as pessoas vivem à custa de políticas sociais do governo, como, por exemplo, a aposentadoria dos idosos, que passaram a ter um papel fundamental nas regiões rurais, de agregação de família. Isso é interessante no mundo contemporâneo, porque o idoso até então, em muitas circunstâncias, era desprezado pela família. Agora, a família se aglutina em torno dele porque ele tem aposentadoria rural. E aposentadoria rural é como um salário do qual eles sobrevivem. Essas condições de falta de alternativa, de trabalho, de emprego, de cumprimento dos direitos, fazem com que o trabalhador tenha que sair e se sujeitar a quaisquer condições de trabalho para obter o mínimo necessário para conseguir manter a sua família num patamar de miséria, de sobrevivência razoável.

### **IHU On-Line – Como compreender o paradoxo do aumento da mecanização e o avanço da produtividade baseado na exploração da força de trabalho?**

**José Roberto Novaes** – O agronegócio de açúcar e de álcool está em processo de expansão. Ele tem uma potencialidade de mercado internacional muito grande, devido a esse problema energético do álcool e de alguns cortes de subsídios para a produção de açúcar na Europa. O que acontece é que muitos grupos internacionais estão vindo para o Brasil, investindo na compra de usinas para produzir açúcar e álcool aqui para exportar. Com essa expansão da agroindústria do açúcar e do álcool, as previsões apontam que, até a safra de 2010, serão 89 novas usinas que serão implantadas no Brasil. Já podemos imaginar o que deve ser isso em termos de aumento de área de cana, em todos os estados do país. A agricultura brasileira vai virar um mar de cana.

### **O corte mecanizado é parâmetro para o corte manual**

Parte dessa plantação, com a inovação tecnológica, entrará no corte mecanizado, pois já existem colheitadeiras de cana muito eficientes. Mas parte ainda substancial da cana será cortada manualmente, porque existe uma limitação técnica para utilizar toda a colheita de forma mecanizada. Para isso, é preciso plantar uma cana especial, ter um espaçamento especial, e o terreno não pode ter declividade, caso contrário a máquina não corta. A tendência é uma combinação entre o corte mecanizado e o corte manual. E, como a área de cana está em processo de expansão muito grande, aumentará, inclusive, a demanda por trabalho na safra da cana.

E a referência que passa a ter a produtividade do trabalhador se dará fazendo um contraponto com a máquina. Se a máquina é altamente produtiva e substitui cem cortadores, porque ela corta dia e noite, só compensa cortar cana manualmente se a produtividade desse trabalho for competitiva com a máquina. E, muitas vezes, quando se opta pelo corte mecanizado, a melhor cana é dada para a máquina e a pior é dada para o corte manual. Então, esse trabalhador, além de ter que competir com a máquina, vai pegar a pior cana.

### **O paradoxo**

Esse é o paradoxo. Como podemos pensar em uma inovação tecnológica se ela vai agravar as condições de trabalho na produção? Ninguém é contra a tecnologia. Ela é ótima, porque cortar cana é um trabalho desumano. A tecnologia é para isso, para melhorar as condições, aumentar a produtividade. A máquina foi produzida pela sociedade, mas não pode ser apropriada pelos grandes empresários e os lucros que ela possibilita em termo de produtividade não ser repartido para os trabalhadores.

### **IHU On-Line – Como se caracteriza a gestão dos trabalhadores pelas usinas?**

**José Roberto Novaes** – Esse é um setor altamente tecnificado. Então, os ganhos de produtivi-

dade terão que advir de novas formas de gestão e organização desses trabalhadores. Isso faz com que as novas formas de gestão forneçam ao trabalhador vários estímulos. Por exemplo, há o campeão de produtividade. Aquele que mais produz ganha um brinde, que pode ser uma bicicleta, ou uma moto, por exemplo. Isso gera uma competição ainda maior. Ter sucesso na vida no imaginário do trabalhador se materializa na moto que ele tem, na casa que ele consegue comprar.

### **Um trabalho psicológico com os trabalhadores**

Também é preciso falar da introdução dos departamentos de relações humanas nas empresas e a concepção que elas têm em fazer um trabalho psicológico com os trabalhadores, para que eles se sintam bem nessa função e trabalhem muito, muito, muito, chegando a cortar o absurdo de 15 toneladas de cana por dia. Isso leva a um total descompasso entre os sonhos e ilusões que ele pensa que vai alcançar e a capacidade do seu corpo de realizar isso. Ele está no limite do esforço físico dele. Muitas vezes, as manifestações não aparecem no momento, mas a médio e longo prazo, mostrando a debilidade da saúde desses trabalhadores.

### ***IHU On-Line* – Qual o perfil do cortador de cana mais “disputado”?**

**José Roberto Novaes** – O perfil tem quatro características básicas. A primeira é a seguinte: para suportar esse padrão de produção de cortar 12 toneladas de cana por dia, é preciso ter força física, destreza e habilidade. A questão da idade também passa a ser um elemento fundamental. Trabalhadores na faixa de 18 a 29 anos são os preferidos. Esse é um critério de perfil. O outro critério é que sejam trabalhadores preferencialmente migrantes. As usinas estão preferindo buscar trabalhadores de fora, cujo local de moradia seja longe do local de trabalho, porque eles passam a exercer um controle 24 horas por dia sobre a vida desses trabalhadores. É imposta uma disciplina ao trabalho, pois esses cortadores vêm para morar no alojamento da usina. Quem determina os horários e o tempo de lazer desses trabalhadores é a administração da usina.

mento da usina. Quem determina os horários e o tempo de lazer desses trabalhadores é a administração da usina.

### **Mulheres são “castradas” para poderem trabalhar**

O quarto critério de definição do perfil é o sexo. Preferencialmente, para suportar a jornada, se contrata em grande maioria homens. Apesar de que o movimento sindical estar exigindo que pelo menos em cada turma de 40, 50 trabalhadores tenha, no mínimo, 10% de mulheres, há regiões que não respeitam os acordos coletivos e só contratam homens. Em um filme que eu fiz no interior de São Paulo, peguei um depoimento de uma trabalhadora que diz que, para a mulher ser contratada, além desses problemas todos, ela deve ser “operada”, fazer uma cirurgia de esterilização, porque corre o risco de engravidar e aí tem vários direitos. Que absurdo é esse? A mulher tem que se “castrar” para conseguir trabalhar... E estamos falando do setor moderno da agricultura brasileira.

### ***IHU On-Line* – Como compreender o crescimento desse tipo de “negócio”, proibido pelo Ministério do Trabalho, que considera tráfico de pessoas os deslocamentos de trabalhadores entre regiões, sem contrato de trabalho assinado. O que tem sido feito para amenizar essa situação?**

**José Roberto Novaes** – Não podemos impedir os trabalhadores de se locomoverem para encontrar trabalho. Mas também não podemos tirar esses trabalhadores do seu local de origem e jogá-los para o mundo sem saber onde eles se encontram, sem a família ter notícias dele. Muitos dos que foram para a Amazônia encontraram uma situação de trabalho escravo degradante que tiveram que suportar. O governo, para atacar esse problema, criou a patrulha móvel de fiscalização, com a Polícia Federal, que recebe denúncias e vai investigar. Várias propriedades que tinham trabalho escravo já foram desmanteladas.

## A antropofagia do mercado de trabalho

*Entrevista com Claudio Salvadori Dedecca*

Claudio Salvadori Dedecca é graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), especialista em Ocupação e Renda, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e mestre e doutor em Ciências Econômicas, pela Unicamp. Sua dissertação intitula-se Um estudo sobre o emprego e os salários dos trabalhadores nas indústrias alimentícia e metalúrgica, e a tese, Dinâmica econômica e mercado de trabalho na Grande São Paulo. Dedecca é pós-doutor pela Universidade de Paris XIII (Paris-Nord), na França, e livre-docente pela Unicamp. Escreveu dezenas de artigos científicos e cinco livros, dos quais destacamos **Racionalização e trabalho no capitalismo avançado** (Campinas: Unicamp, 1999). É um dos autores da coletânea **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social** (São Paulo: Boitempo, 2003), organizada por Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho. Atualmente, Dedecca é professor na Unicamp.

“É interessante observar que, muitas vezes, alguns produtos de natureza imaterial, intangível, dependem de um produto tangível. Com o computador, posso ter acesso a um volume enorme de produtos não tangíveis, mas preciso dele para que esses produtos sejam acessados.” A afirmação foi feita pelo economista e professor Dedecca, na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 188, de 10 de julho de 2006. Outro aspecto que Dedecca destacou na entrevista sobre as tendências do trabalho no século XXI foi a crescente imaterialização das atividades, que podem ser desenvolvidas de qualquer lugar, a distância, fato antes impensável.

**IHU On-Line – Quais são as maiores diferenças da fábrica no século XXI daquela da**

**década de 1970 e 1980, auge do sindicalismo? O que mudou?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – A maior mudança, do ponto de vista do contrato de trabalho (porque quando falamos de precariedade, estamos falando de precariedade das condições de execução do contrato de trabalho), não ocorreu no setor industrial. O setor industrial continua tendo um trabalho que é claramente pautado do ponto de vista de uma norma de trabalho, necessidade de um local de trabalho previamente determinado, a existência do trabalho coletivo, ou seja, a concentração de trabalhadores num mesmo espaço. E a precariedade do trabalho industrial vem muito mais do ponto de vista de mudanças na norma salarial, na flexibilização do salário e no banco de horas. Essa é a maior precariedade que se observa, porque, nesses últimos vinte anos, há uma proliferação muito grande de atividades dos mais diferentes tipos no setor de serviço, não tendo várias delas local de trabalho, ou o local de trabalho é provisório, que não permite a concretização do trabalho coletivo. Isso é de uma densidade razoável quanto ao número de trabalhadores. Todo o atendimento às empresas de manutenção, mesmo no atendimento às famílias, manutenção de equipamentos, é um trabalho muito individualizado, em que a jornada de trabalho, muitas vezes, não tem visibilidade. O próprio trabalho tem uma visibilidade mais difícil de ser construída. Há também toda a atividade na área de informática vinculada à tecnologia de informação, em que o trabalho aparece de modo pouco visível, porque, muitas vezes, são trabalhos prestados pontualmente para um contratante, para outro. Há uma diversificação desse trabalho muito grande, porque, no que tange a uma página web, por exemplo, a sua cria-

ção dependerá das características do cliente. Fazer uma página web é completamente diferente de produzir um automóvel. O operário está lá todo dia fabricando, tem um espaço para elaboração e que, de certo modo, tem precariedade do ponto de vista de regime de trabalho, jornada de trabalho, mas não é da ordem de quem trabalha no setor de informática, onde o trabalho dura dias ou horas. Portanto, muitas vezes, impede que se estabeleça um contrato de trabalho mais estável. A proliferação dessas atividades de serviço, obviamente, tem carregado consigo um grau de precariedade muito grande.

**IHU On-Line – O que é mais significativo para o capital hoje, o trabalho material ou imaterial?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – Essa é uma questão importante. É inegável que a produção imaterial nos últimos trinta anos cresceu explosivamente. É interessante observar que, muitas vezes, alguns produtos de natureza imaterial, intangível, dependem de um produto tangível. É o caso do computador. Com o computador, posso ter acesso a um volume enorme de produtos não tangíveis, mas preciso do computador para que esses produtos sejam acessados. O telefone celular é outro meio para o qual precisamos ter produtos, como a TV a cabo – para termos serviços, é preciso ter algum produto industrial que dê acesso a eles. Sem dúvida, no século XX, os produtos imateriais terão crescente presença em nossa vida em razão da difusão da tecnologia de informação. Isso acarreta uma transformação brutal no trabalho. Muitas vezes, é difícil visualizarmos o próprio trabalho que essa sociedade material cria, gera, porque o trabalho pode ser feito concomitantemente com outras atividades, em qualquer lugar, através de uma rede de computadores em casa, no aeroporto.

**O lugar de trabalho**

Antigamente, tínhamos de estar na fábrica para fazer nosso trabalho. Hoje, não, podemos estar fora da empresa para fazer nosso trabalho. Isso gera um trabalho muito solitário, o que é uma dimensão da precariedade, porque as pessoas não

conhecem, não podem ter idéia do que é o trabalho coletivo, mas ela é uma presença crescente em nossa vida. Eu diria que a sociedade capitalista tem a experiência de como organizar e regular o trabalho industrial ou mesmo o trabalho agrícola. O trabalho no comércio é realizado em local fixo. É uma experiência relativamente nova para a sociedade capitalista regular o trabalho quando o local onde ele se realiza não está plenamente identificado. Mas esse segmento hoje prolifera, gera empregos, ocupações. Nele, há uma expansão muito grande de posse de trabalho. Eu acho que não temos experiência ainda de como regular isso, porque hoje acarreta uma precariedade de contrato porque, muitas vezes, se estabelece o trabalho sem direitos, jornadas de trabalho muito extensas, em condições desfavoráveis.

**IHU On-Line – Com relação ao mercado de trabalho, quais são as principais dificuldades do trabalhador brasileiro hoje para se manter “empregável”?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – O grande problema hoje no Brasil é que temos um crescimento medíocre, e todo crescimento medíocre gera um volume de postos de trabalho baixo. A nossa dificuldade é que temos um mercado de trabalho que cresce a uma taxa não muito elevada, mas respeitável. Temos uma população economicamente ativa que continua crescendo próxima a 2% e uma economia que não gera posto de trabalho em volume, independentemente se o posto de trabalho é compatível com esse crescimento populacional, da força de trabalho que chega ao mercado de trabalho. Isso tem implicações muito significativas porque temos um mercado de trabalho que, independentemente das características das ocupações existentes, oferece ocupações num volume inferior ao tamanho da população que está no mercado, o que provoca uma situação antropofágica.

**Brasil: uma economia precária**

As pessoas devem se transformar em malabaristas para sobreviver no mercado de trabalho. Para a grande maioria, o que se tem visto é que essa é uma estratégia de sobrevivência. Não há

emprego para todos, nossa economia é historicamente muito precária porque tem uma enorme quantidade de empregos informais, inclusive de baixa qualidade, produtividade, associada a um comércio ambulante e prestação de serviços pessoais, e a população briga por esses poucos empregos. Como eu disse, o quadro hoje de empregos no Brasil é antropofágico. As pessoas precisam matar um leão por dia para continuar tendo alguma chance de trabalhar. Uma das características desse processo, mais marcantes, tem sido uma deterioração brutal dos níveis de remuneração nos últimos 20 anos. Essa é uma tendência de empobrecimento dos trabalhadores brasileiros muito expressiva.

***IHU On-Line* – Fala-se que a reforma trabalhista é inevitável. É verdade? Como o governo Lula tem se comportado em relação ao mundo do trabalho? É possível fazer um balanço?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – Precisamos reordenar as relações de trabalho no Brasil. Entretanto, não devemos ter a ilusão de tentar reordenar as situações de trabalho numa ausência de crescimento. Isso irá originar uma redução do patamar de direitos da população. Portanto, eu diria que o fundamental hoje seria que o Brasil voltasse a crescer e gerasse postos de trabalho. Nesse processo de ampliação de postos de trabalho, aí, sim,

deveria olhar-se quais são as necessidades de mudança no marco trabalhista. Acho que não é o momento de se mexer no marco regulatório trabalhista. Fazer isso irá ampliar a precariedade do trabalho. É preciso reordenar o marco trabalhista, mas antes é necessário que o país cresça e melhorem-se as condições do mercado de trabalho.

***IHU On-Line* – Qual é o papel dos sindicatos hoje? Eles têm futuro?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – O papel dos sindicatos é extremamente importante, pois faz parte da democracia. A representação dos diversos segmentos sociais é parte constitutiva e fundamental de qualquer sociedade democrática. Hoje, entretanto, os sindicatos estão profundamente enfraquecidos em função do desemprego. Não só os trabalhadores acabam abraçando estratégias de sobrevivência, mas os próprios sindicatos. Então, eu diria que o contexto é muito ruim não só para os sindicatos, mas para as sociedades. Uma sociedade que não constrói um mundo do trabalho de qualidade e, mais do que isso, leva as pessoas e suas representações a abraçarem uma estratégia de sobrevivência, na verdade, promete um futuro muito complicado para sua população. O quadro atual do ponto de vista sindical é que nós, hoje, estamos estabelecendo práticas sindicais, que, do ponto de vista da democracia, não deveriam ser desvalorizadas.

## Assalariamento indígena não é solução

*Entrevista com Antonio Brand*

Antonio Brand é antropólogo, pesquisador e coordenador do Programa Kaiowá-Guarani da Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul. Antonio Brand considera o impacto do assalariamento um elemento fundamental para compreender os outros problemas que atingem os povos indígenas, mas não é solução. Para ele, demarcar territórios é a real necessidade dos povos indígenas. Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 188, de 10 de julho de 2006, Brand falou também sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, principalmente no seu estado, tendo como referência o último relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). A entrevista foi publicada também nas **Notícias do Dia** do site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)), em 13 de junho de 2006, sob o título “A violência contra a população indígena”.

**IHU On-Line – Como está a situação de trabalho nos povos indígenas, no Brasil? Quais são as áreas mais problemáticas?**

**Antonio Brand** – Um panorama geral do Brasil é difícil, pois não há, que eu saiba, pesquisas sobre o assunto mais abrangentes. Posso falar da mão-de-obra indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, que, certamente é o estado onde se encontra massivamente o uso dessa mão-de-obra, usada nas usinas de produção de açúcar e álcool, sendo uma mão-de-obra sem especialização, mas na região esse é o único nicho onde ela é absolutamente importante. Agora, o grande problema, e estou falando de um dos grandes problemas, é que ela não é qualificada. Recentemente, no Mato Grosso do Sul, há dados de índios vi-

vendo nas periferias das cidades e uma informação veiculada na região indica que somente 20% dessa população está efetivamente com emprego. E, de novo, é uma mão-de-obra não qualificada. Então, em um período em que o mercado de trabalho se contrai, ela acaba sendo a primeira a ser dispensada. Óbvio que não podemos esquecer, quando se fala de questões relacionadas aos povos indígenas, que tudo isso vem perpassado por problemas ligados ao preconceito. Então, esse é certamente um outro fator que faz, nestes momentos de contração do emprego, a mão-de-obra ser dispensada.

**IHU On-Line – Quais são os principais trabalhos que usam a mão-de-obra indígena?**

**Antonio Brand** – No Mato Grosso do Sul, que é o Estado que tem a segunda maior concentração indígena, e certamente, o estado que mais emprega, hoje, a mão-de-obra indígena, é importante voltar-se um pouco para a história. A mão-de-obra indígena sempre foi fundamental para os desmatamentos, formação de pastagem e limpeza dos terrenos. No entanto, isso começou a ser dispensado com a mecanização que se acentua a partir da década de 1970. Então, temos um dispensa da mão-de-obra e, simultaneamente, instalam-se usinas de açúcar e álcool. Para essas usinas, esta é uma mão-de-obra importante, porque não exige qualificação. Hoje, diria que, aproximadamente, 70% a 80% da mão-de-obra indígena está nas usinas de açúcar e álcool. Isso se dá por meio de contratos de trabalho entre 90 a 60 dias consecutivos. O índio retorna à sua aldeia por uma semana e segue para um outro período.

## Assalariamento

O impacto desse assalariamento é importante para compreender os outros problemas que atingem os povos indígenas. Ao retirar-se da aldeia por períodos tão longos, a mão-de-obra indígena contribui para fragilizar as relações familiares dos índios que são tão relevantes numa comunidade indígena. Por isso, o assalariamento sistemático e de amplos contingentes indígenas, ao mesmo tempo em que contribui para o sustento, gera inúmeros outros problemas. E um desses problemas é a fragilização das relações familiares, em decorrência da ausência prolongada e sistemática dos homens. Além disso, o dinheiro advindo dessa forma não se transforma, necessariamente, em alimentos, contribuindo para um número elevado de índios com desnutrição. O assalariamento indígena, que vem crescendo e ampliando-se, tem a ver, diretamente, com a não-demarcação das terras indígenas. Como as terras indígenas são muito pequenas e essas populações vêm crescendo, é claro que a alternativa é o assalariamento. Porém não se constitui numa solução para os problemas indígenas mais abrangentes.

## Retorno à aldeia

Como as usinas de açúcar são distantes das aldeias, os homens, quando estão engajados neste trabalho, alojam-se nas usinas. Existe um projeto para que as usinas se instalem próxima das aldeias para que os homens possam voltar para suas aldeias ao final de cada dia de trabalho. Isso irá contribuir para diminuir alguns problemas,

mas não outros, então o desafio que permanece sempre é a demarcação dos territórios. O governo não se mostra propenso a isso, e sim a incentivar o engajamento dos índios como mão-de-obra assalariada. E as próprias usinas de açúcar e álcool, que são hoje o único nicho que absorve na região a mão-de-obra indígena, já estão mecanizando seus trabalhos.

### ***IHU On-Line* – O senhor visualiza alguma mudança por parte do governo?**

**Antonio Brand** – No que se refere à questão indígena, não. A questão está em demarcar as terras e não vejo mudanças neste sentido.

### ***IHU On-Line* – Como se caracterizam os conflitos entre fazendeiros e índios por terras?**

**Antonio Brand** – Os conflitos se dão exatamente em torno das demarcações de terra, e o governo tenta contorná-los abrindo mais possibilidades de assalariamento. Pelo que sei, em Mato Grosso do Sul, deve-se instalar em torno 22 novos empreendimentos ligados ao açúcar e álcool. Isso é um esforço do governo e das elites locais a fim de contornar e reduzir os conflitos de terra. É uma política que não significa nenhuma melhoria para as populações indígenas.

### ***IHU On-Line* – Como reverter a situação?**

**Antonio Brand** – O assalariamento é uma realidade e é uma opção importante para os povos indígenas, porém isso não deve relativizar a importância da demarcação de territórios e não deve ser uma política alternativa. Considero importante também a qualificação dessa mão-de-obra.

## O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema

### *Entrevistas com Robert Kurz*

Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão, estudou Filosofia, História e Pedagogia. Atualmente, vive em Nuremberg como publicista autônomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redator da revista teórica *Krisis – Beiträge zur Kritik der Waren-gesellschaft* (*Krisis – Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. O seu livro **O colapso da modernização** (São Paulo: Paz e Terra, 1991), tal como **O retorno de Potemkin** (São Paulo: Paz e Terra, 1994) e **Os últimos combates** (Petrópolis: Vozes, 1998), provocou grande discussão, e não apenas na Alemanha. A **IHU On-Line** entrevistou Robert Kurz para a edição 98, de 26 de abril de 2004, sobre “A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário”. Robert Kurz disponibilizou a referida entrevista, em alemão, no sítio [www.exit-online.org](http://www.exit-online.org). Dele, publicamos também um artigo na edição 117, de 27 de setembro de 2004, intitulado “O declínio da classe média”.

Publicamos, a seguir, duas entrevistas que Robert Kurz concedeu à **IHU On-Line**. A primeira, intitulada “O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema”, foi publicada na edição 188, de 10 de julho de 2006. A segunda, intitulada “Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”, foi publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005. Nela, o sociólogo se manifesta de maneira muito crítica em relação

ao software livre e ao copyleft. Ele argumenta que sua crítica se refere a experiências negativas que ele teve na Alemanha com os defensores do software livre. “Espero, no entanto, que minhas respostas possam contribuir para uma discussão controversa. Quero, com isso, procurar, de modo não meramente negativo, tomar uma posição alternativa. Mas nosso tatear por uma alternativa social exige, precisamente, também um debate crítico”, explica Kurz.

#### **IHU On-Line – O que quer dizer a “crítica radical do valor”?**

**Robert Kurz** – Como se sabe, os marxistas tradicionais dos movimentos operários só acusavam o capitalismo por privar as assalariadas e assalariados da famosa mais-valia, da qual os proprietários dos meios de produção se apropriavam como se fosse o “poder de disposição”. Esta é uma crítica truncada do capitalismo, na qual a forma social do valor fica de fora da crítica e é ontologizada. Por isso, nesse pensamento, a sociedade socialista, pós-capitalista, deveria continuar se baseando na forma do valor e funcionar como um sistema “planejado” de produção de mercadorias. Como transformação da sociedade, essa concepção fracassou. O problema só pode ser explicado historicamente: o próprio movimento operário e o próprio socialismo estatal ainda faziam parte da história do “modo de produção assentado no valor” (Marx). Tratava-se de uma “luta por reconhecimento” no âmbito dessa forma de sociedade ainda não questionada. Ora, a mais-valia<sup>61</sup> só pode ser superada junto com o valor (*Wert*), e não como planeja-

<sup>61</sup> *Mehrwert*: literalmente, mais-valor. (Nota do tradutor)

mento e “distribuição justa” do valor. Isso não é uma questão meramente teórica. Na nova crise do sistema unificado planetário, o próprio valor é desvalorizado pela terceira revolução industrial na medida em que o “trabalho abstrato” se derrete como substância do sistema. Sob essas condições, deve-se criticar e eliminar o valor como forma básica e, por conseguinte, a produção de mercadorias.

**IHU On-Line – O que caracteriza uma sociedade mercantil? O que se deve entender por “mercadoria”? Que relações caracterizam a mercadoria?**

**Robert Kurz** – O termo “mercantil” só se refere à compra e à venda. Uma sociedade mercantil nem sequer existe. O capitalismo é, essencialmente, um modo de produção, e não apenas um modo de circulação. Por isso, a expressão “economia de mercado” induz ao erro. Marx já mostrou que a redução da modernidade à circulação de mercadorias constitui o eldorado da ideologia capitalista, porque, no mercado, só aparecem proprietários “iguais” e “livres” de mercadorias e dinheiro. Ora, a mercadoria, antes de poder se tornar objeto de circulação, tem de ser primeiramente objeto de produção. O mercado não é o local do encontro de sujeitos “livres”, mas essencialmente a esfera da “realização” da mais-valia, portanto, da reconversão da forma da mercadoria na forma do dinheiro. Trata-se do movimento do valor, do “sujeito automático” (Marx), de um estado de agregação para o outro. A mercadoria não se encontra isolada, mas é um estágio da agregação de valor. E os sujeitos do mercado não passam de agentes desse movimento. Ora, a produção geral de mercadorias só é possível pela transformação da força de trabalho humana numa mercadoria *sui generis*, e uma forma geral do valor só é possível por causa da mais-valia como irracional fim em si mesmo. Justamente neste ponto se mostra que a “societarização [ou socialização] negativa” do capital não consiste na “apropriação” subjetiva da mais-valia pelos proprietários jurídicos, mas na própria forma do valor, que só se torna geral mediante o postulado sistemático da mais-valia. Por trás da “liberdade” formal da circulação, encontra-se a sujeição (originalmente violenta) dos seres humanos ao

“trabalho abstrato”. Esta é a relação básica genuína do sistema de produção de mercadorias. E, na Terceira Revolução Industrial, essa relação se mostra insustentável. Isso não é apenas um problema de desemprego e miséria em massa, mas também um problema do próprio capital, que começa a perder a “substância” de sua agregação de valor por causa de sua própria dinâmica.

**IHU On-Line – Qual seria uma “crítica radical” das categorias fundamentais do capitalismo, como valor, trabalho, mercadoria, dinheiro, Estado, política, democracia e nação?**

**Robert Kurz** – A crítica pregressa do capitalismo não foi uma crítica categorial, isto é, as categorias fundamentais da modernidade produtora de mercadorias foram vistas de maneira afirmativa, e não crítica. A ontologização do valor acarretou a ontologização de suas formas categorias de aparição e representação. O Estado, a política, a democracia e a nação não foram decifradas como o “outro lado” da societarização [ou socialização] negativa promovido pelo valor e como partes integrantes do valor, mas foram entendidas erroneamente como categorias de enfrentamento dos males do capitalismo. Ora, o *homo politicus* é apenas o *alter ego* do *homo oeconomicus*; deve-se superar, juntamente com o valor, também sua esfera político-democrática. A crítica categorial, porém, vai mais adiante, pois o capitalismo não é apenas um modo de produção e um sistema estatal de regulamentação (que atualmente, junto com o valor, topa com seus limites na globalização), mas também um modo de reprodução e de vida. Assim sendo, a relação moderna entre os sexos desempenha um papel decisivo, pois todos os momentos da reprodução social que não são absorvidos pelo “trabalho abstrato”, valor e Estado ou política, são cindidos da societariedade [ou socialidade] oficial e delegados às mulheres (atividade na família, cuidado dos filhos etc., mas também – atravessando todas as esferas – as funções sociopsíquicas da “empatia” e do “trabalho do amor” de conotação feminina, sem as quais a convivência social não é possível na concorrência universal). A relação entre valor e “trabalho abstrato” é, portanto,

ao mesmo tempo, uma relação de cisão entre os sexos, a qual é tão essencial e categorial quanto o próprio valor. Também essa relação de cisão entre os sexos está decaindo sob as condições atuais da crise, como se mostra com base nas “confusões dos sexos” e dos processos de barbarização do cotidiano.

### **Crítica radical do valor**

O objetivo da crítica radical do valor é, portanto, uma sociedade que esteja além do “trabalho abstrato”, valor, mercado, Estado e cisão entre os sexos. Naturalmente, isso levanta problemas enormes, pois há séculos as pessoas têm sido “socializadas para dentro” dessas categorias e as internalizaram. Por isso, não existe um caminho retilíneo que nos leve para fora da ordem existente, mas há necessidade de um processo de mediação histórica. Mediação significa que se precisa encontrar uma nova relação entre lutas imanentes por dinheiro, serviços estatais etc., resistência social contra a administração capitalista da crise, por um lado, e os objetivos da crítica categorial, por outro. Trata-se, de certa maneira, do antigo problema da relação entre “caminho e alvo”, mas sob condições novas e com uma modalidade inteiramente diferente, mais profunda de crítica.

Também faz parte disso a percepção de que não existe mais uma oposição simples a um inimigo concebido de maneira meramente externa (“o capital”), mas que nós todos/as somos, também em nosso íntimo, “o capital”. Isso significa que também nos movimentos sociais há contradições que precisam ser resolvidas, em vez de serem ignoradas. Assim, a cisão entre os sexos também está atuante nos movimentos sociais e precisa ser criticada; por exemplo, quando os ônus da crise são, “como que naturalmente”, repassados às mulheres e conquistas do movimento das mulheres [ou movimento feminista] são revogadas. Também

ideologias como o nacionalismo, racismo e anti-semitismo permeiam as contradições sociais e são explícita ou implicitamente virulentas entre os “humilhados e ofendidos” deste mundo. A necessária crítica da ideologia não deve passar para segundo plano com relação a uma predominância abstrata da “questão social”; da mesma maneira, os contrastes materiais na situação social de grupos diversos (por exemplo, de migrantes, por um lado, e trabalhadores da própria nacionalidade que estão em situação precária, por outro) não devem ser subsumidos sob a generalidade dessa “questão social”. As tensões e discrepâncias devem, pelo contrário, ser suportadas e processadas criticamente. Um movimento social comum não surge como postulado abstrato, mas apenas como resultado dessa confrontação.

### **Debilidade dos movimentos sociais**

A teoria da crítica radical do valor e da cisão pode mostrar, no processo da mediação, um novo objetivo histórico e analisar o terreno da crise global, para, passando pelos distintos movimentos, lutas sociais, tensões e discrepâncias, não perder de vista a totalidade negativa e dar a orientação para um “fôlego longo”. Ela não pode, porém, fornecer cômodas “instruções para o uso” como esquema para a ação; tal noção seria “imediatez errônea [ou falsa]” (Adorno<sup>62</sup>). O que constitui a debilidade dos movimentos sociais da atualidade é justamente o fato de continuarem amplamente apegados a concepções anacrônicas e estarem fixadas na “imediatez errônea”.

### **IHU On-Line – Essa crítica radical também é uma crítica da moderna metafísica real, dos fundamentos do iluminismo, da vida cotidiana? Em que sentido?**

**Robert Kurz** – A modernidade produtora de mercadorias tem, em relação a si mesma, a noção

<sup>62</sup> Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): um dos mais importantes intelectuais alemães do século XX. Sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, ele definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico, *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, seu inseparável parceiro e primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da *IHU On-Line*).

de que teria superado a metafísica. O próprio valor, porém, constitui uma “metafísica real”, uma “forma vazia” que não pode ser apreendida pelos sentidos, que é transcendente em relação às necessidades sociais e aos conteúdos qualitativos. O universalismo externo dessa forma é, ao mesmo tempo, estruturalmente masculino (androcêntrico), e o sujeito moderno é, originariamente e consoante sua essência, um sujeito masculino, branco e ocidental. O valor e seu sujeito não surgiram apenas num processo histórico “objetivo”, mas, ao mesmo tempo, mediante a afirmação ideológica e o direcionamento da consciência social. O fundamento de todas as teorias e ideologias modernas é a filosofia do iluminismo, que, como “mãe de toda reflexão afirmativa” (que adentrou inclusive o marxismo tradicional), contribuiu substancialmente para a formação do sistema global de produção de mercadorias. Por isso, a crítica radical do valor e da cisão precisa conter também uma crítica radical do Iluminismo. Não se trata, entretanto, de uma crítica nos moldes do contra-iluminismo conservador e da antimodernidade irracional, e sim de uma crítica às raízes do pensamento moderno, fixado na metafísica real do valor.

### **Crítica do cotidiano**

O Iluminismo contribuiu de várias formas para que a lógica do valor e da cisão fosse internalizada pelas pessoas. Assim, ele não só propagou um “disciplinamento” externo para as exigências do “trabalho abstrato”, mas também esboçou um programa para o “autodisciplinamento” interno dos indivíduos que está atuante até hoje. Ao mesmo tempo, ele produziu aquela fixação ideológica na circulação (no mercado e em seus sujeitos) que determina, até hoje, uma compreensão errônea de “liberdade” e “igualdade” também na esquerda. Por fim, ele flanqueou ideologicamente o caráter androcêntrico do universalismo moderno; sua filosofia é estruturalmente “masculina” e exclui os momentos cindidos conceituais e teóricos. Na obra de Foucault, podem encontrar-se material abundante e uma reflexão crítica sobre as “máquinas de disciplinamento” construídas no Iluminis-

mo. Foucault, porém, fica parado no meio do caminho em sua crítica do Iluminismo. Em sua legítima repulsa do marxismo mecânico dos partidos marxistas dos anos 1960 e 1970, ele entende erroneamente a questão da forma da sociedade como “economicismo”. Assim, sua crítica do Iluminismo só chega a um conceito positivista dos mecanismos de uma “produção da verdade” contingente, o qual não tem mais qualquer relação com a lógica do valor e da cisão entre os sexos como formação histórica da sociedade.

### **Crítica do valor e crítica da vida cotidiana**

Naturalmente, a crítica do valor também é uma crítica da vida cotidiana determinada por ele. A “abstração real” da sociedade atingiu, no processo da modernização capitalista, todas as esferas da vida, da arquitetura, da estética e da cultura até dos hábitos alimentares (agronegócio, *fast food*) e das relações pessoais. A nova crise global acelera a liberação do “indivíduo abstrato”, no qual, ainda assim, a cisão entre os sexos continua atuante. O valor e a concorrência universal a ele associada penetram até a intimidade e destroem todos os vínculos. As pessoas se tornam sensíveis e auto-relacionadas; o caráter narcisista e histérico de personalidade e socialidade se disseminam em todas as situações sociais. A histericização da sociedade da crise tampouco se detém diante da política, da ciência, dos grupos de crítica teórica e nem mesmo diante do amor e da amizade. Em toda parte, a denúncia pessoal e a ruptura pessoal substituem a confrontação do conteúdo. Sentimentos de concorrência, medo da vinculação e “fixação”, abstrata disposição psicodinâmica para o conflito em todos os sentidos e cobiça de “validade” [ou validade, prestígio] pessoal ameaçam inundar todo e qualquer conteúdo e até a própria crítica radical. Também conteúdos teóricos e até os próprios sentimentos para com outras pessoas não passam de fichas intercambiáveis na “luta pelas posições”. Os indivíduos se tornam tão imprevisíveis quanto o clima e os mercados financeiros. Essa tendência sociopsíquica é socialmente causada e só pode ser superada no processo da reviravolta [ou revolução] social, e não pela pedagogia e tampouco

pelo controle social coercitivo na retorta de projetos neo-utópicos de “reforma da vida”. Não obstante, é preciso descobrir como se pode opor resistência a essa tendência de crise interna do sujeito dentro dos movimentos sociais e grupos de reflexão teórica, para, enfim, manter a capacidade de ação na crítica teórica e prática da situação reinante.

## É preciso ir além de Marx

### **IHU On-Line – O que devemos assumir de Marx e por que é necessário ir além dele?**

**Robert Kurz** – A análise e a exposição marxiana das leis internas do movimento do valor, do “sujeito automático” da modernidade, continuam sendo o fundamento insuperado e o ponto de partida de nossa crítica. Na crise do mundo presente, Marx é mais atual do que nunca. O que precisamos assumir dele, porém, são justamente aqueles aspectos de sua teoria que foram negligenciados, reduzidos ou silenciados pelo marxismo tradicional dos movimentos operários. Naturalmente, isso diz respeito sobretudo à crítica do valor, que está efetivamente presente no pensamento de Marx, e o aspecto de sua teoria da crise a ela relacionado; essa teoria é mais profunda do que os debates marxistas posteriores sobre o conceito de crise. No pensamento do próprio Marx, também se encontram pontos de conexão para as interpretações tradicionais. Por isso, a nova crítica do valor fala do “Marx dúplice”. Marx foi, por um lado, um crítico radical do moderno sistema de produção de mercadorias e, por outro, um teórico positivo da modernização, que ele compreendia como “progresso necessário”. Por isso, tampouco se deve visar a finalmente, ao estilo neo-ortodoxo, descobrir o “verdadeiro Marx”.

Como toda e qualquer teoria, também a teoria marxiana tem seu “núcleo temporal” (Adorno). A

reflexão de Marx foi muito além de seu tempo, e, não obstante, ficou, ao mesmo tempo, presa nesse tempo. Essa prisão pode ser identificada, principalmente, em quatro pontos, que constituem um nexo interno. Em primeiro lugar, Marx manteve o paradigma iluminista da filosofia da história e sua metafísica do “progresso”, embora, por outro lado, ele tenha criticado a ideologia iluminista dos sujeitos “livres” e “iguais” da circulação, bem como a ilusão, a ela associada, da política (principalmente o jovem Marx). Em segundo lugar, Marx criticou, diferentemente da maioria dos marxistas, o “trabalho abstrato”, mas permaneceu ambíguo nessa crítica e insistiu, ainda assim, num conceito universalista, transistórico e abstrato-genérico de “trabalho”; também neste sentido, se mostra o legado ainda não superado do Iluminismo e do protestantismo. Em terceiro lugar, foi justamente o Marx “positivo”, teórico da modernização, que entendeu erroneamente, nos moldes de uma “ontologia do trabalho”, a “classe operária” e a “luta de classes” como alavanca da libertação social, ao passo que, na verdade, tratava-se aí apenas da autolegitimação dos portadores de “trabalho abstrato” dentro do valor, cuja “luta por reconhecimento” como sujeitos jurídicos e civis no capitalismo era um movimento de integração na “caixa de ferro” (Max Weber<sup>63</sup>) da modernidade, que excluía toda crítica categorial. Marx queria, como “Marx dúplice”, associar a “luta de classes” à crítica categorial, com base no “trabalho” universal, ontologizado; mas isso não podia dar certo, como o demonstrou praticamente o desenvolvimento histórico da social-democracia e do movimento operário. Por fim, em quarto lugar, como “homem do século XIX”, Marx não podia perceber a cisão entre os sexos como momento essencial da societarização [ou socialização] negativa por meio do valor; também neste ponto, sua teoria não foi além do universalismo androcêntrico do Iluminismo. Por isso, é necessário ir além de Marx, mas não para rejei-

<sup>63</sup> Maximilian Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A edição brasileira mais recente foi publicada, em 2004, pela Companhia das Letras, Rio de Janeiro. Com o título *Max Weber: a ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Cem anos depois*, a *IHU On-Line* dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004. De Max Weber, o IHU publicou o *Cadernos IHU em formação* n° 3, em 2005, intitulado *Max Weber – O espírito do capitalismo*. Em 10 de novembro de 2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada “Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo”. (Nota da *IHU On-Line*)

tar sua teoria crítica, e sim para transformá-la e desenvolver uma teoria nova, que vá mais adiante e esteja à altura da crise planetária atual.

**IHU On-Line – Em que sentido se pode afirmar que somos prisioneiros/as do fetichismo?**

**Robert Kurz** – O conceito de fetichismo é uma parte imprescindível dos aspectos da teoria marxiana que são assumidos e aprofundados pela crítica radical do valor. Não é por acaso que o marxismo tradicional não sabia bem o que fazer com a concepção marxiana de fetichismo, pois este conceito remete ao *a priori* mudo, fora do alcance de qualquer reflexão positivista, do nexos social, ao caráter transcendental do “sujeito automático”, que permeia todas as classes sociais e filtra ou forma previamente todo pensamento. O caráter fetichista da reprodução social significa que os seres humanos não moldam conscientemente seu próprio contexto [ou: nexos] social e não utilizam seus próprios recursos e capacidades mediante um acordo livre, mas estão submetidos a um meio que eles mesmos produziram, porém se tornou autônomo em relação a eles. Esse meio, que, na modernidade, é o valor e sua aparição na forma do dinheiro, comanda a reprodução social numa cega dinâmica própria (“segunda natureza”). A compreensão moderna de razão produzida pelo Iluminismo está totalmente presa a essa dinâmica própria do fetiche-meio; ela só contém uma razão específico-histórica talhada para a forma da mercadoria e destrutiva em sua essência. O irracionalismo moderno defendido pelas correntes do contra-iluminismo burguês só constitui o outro lado da moeda dessa razão e é um derivado do próprio Iluminismo. A crítica categorial como crítica do fetichismo moderno é uma crítica do nexos interno existente entre a razão moderna e o irracionalismo moderno; ela visa a desembocar numa “outra razão”, portanto a desenvolver uma “contra-razão” em relação à razão fetichisticamente constituída do sistema produtor de mercadorias.

Nós só somos prisioneiros do fetichismo na medida em que, sob as condições reinantes, a reprodução de toda a nossa vida prática está à mer-

cê da “razão insensata” do fetiche da mercadoria e do capital. O robô cego do “sujeito automático” nos obriga a “trabalhar” por nosso próprio naufrágio. A racionalidade da administração de empresas solapa os fundamentos da vida humana ao “externalizar” permanentemente custos e, fazendo isso, destruir a biosfera em grau crescente. Pela mesma razão, recursos pessoais e materiais são desativados, independentemente de necessidades materiais e sociais, tão logo não satisfaçam mais o critério fetichista da rentabilidade do capital. Embora existam capacidades humanas, meios de produção e conhecimento suficientes, eles não podem ser utilizados livremente, mas estão sujeitos às restrições da forma fetichista da sociedade. A produção da “riqueza abstrata” (Marx) acarreta o empobrecimento das massas. Isso, entretanto, não é um antagonismo externo de interesses, mas também os próprios pobres trabalham por seu próprio empobrecimento ao só articularem suas necessidades materiais e sociais na forma social do valor, portanto na forma do fetichismo. Essa contradição, que já era intensificada nas crises periódicas do capitalismo e depois relativamente superada por novos surtos de acumulação do capital, adquire uma dimensão existencial na crise global da Terceira Revolução Industrial, porque não há mais acumulação real sustentável do capital. Ou se rompe o fetichismo da forma da sociedade ou a vida da sociedade é “desativada” de maneira catastrófica em grau crescente.

**As aventuras do sujeito**

**IHU On-Line – Qual seria, em sua opinião, o aspecto essencialmente novo do livro de Anselm Jappe *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor, que está sendo publicado em português?***

**Robert Kurz** – Em seu livro, Anselm Jappe<sup>64</sup> resume sistematicamente pela primeira vez os resultados da crítica radical do valor até o final dos anos 1990, que estavam espalhados por muitas publicações avulsas; e ele o faz numa síntese bem

<sup>64</sup> Anselm Jappe: confira o artigo escrito por Jappe com exclusividade à *IHU On-Line* número 184, de 12 de junho de 2006, intitulado “As aventuras da mercadoria”, disponível para leitura no site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). (Nota da *IHU On-Line*)

autônoma, que se atém estreitamente ao processo no qual a crítica do valor foi elaborada originalmente do marxismo tradicional. Poder-se-ia, por isso, dizer que se trata de uma “Introdução à crítica do valor para marxistas”, que torna mais fácil que todas as pessoas ainda presas ao paradigma tradicional da crítica do capitalismo entendam melhor o andamento da argumentação da crítica do valor e se apropriem dele. Pois esse processo não acontece só uma única vez, estando então encerrado, mas se repete no caso de muitos indivíduos interessados em crítica radical da sociedade e repete-se de maneira sempre nova em novas constelações, continuando a própria teoria crítica do valor e da cisão a desenvolver-se sempre. No entanto, essa exposição sistemática também é útil para as gerações mais jovens, que não conhecem mais o marxismo dos anos 1970. Ela possibilita a essas pessoas mais jovens ler a teoria marxiana já com os novos olhos da crítica do valor e, por assim dizer, deixar fora a compreensão tradicional que se tornou obsoleta. Assim, os conceitos do valor como “abstração real”, do fetichismo e da “riqueza abstrata”, a crítica ao universalismo falso do “trabalho”, a nova teoria da crise da crítica do valor e a “metafísica real” do moderno sistema de produção de mercadorias são introduzidos e fundamentados com muita clareza. A teoria da cisão entre os sexos, a crítica do sujeito masculino, branco e ocidental e a crítica do Iluminismo só são inseridos de maneira periférica no livro; mas esses aspectos serão explicados e expostos com maior exatidão num próximo projeto que tem o título provisório de *As aventuras do sujeito*.

Importante, no livro de Anselm Jappe, é também o capítulo final, em que ele se confronta com “falsos amigos”. Desse modo, Jappe critica a crítica truncada do capitalismo existente no movimento antiglobalização e seus “fóruns sociais”, que reduz a compreensão do capital à sua atual feno-

menologia “neoliberal” e, a rigor, só quer voltar a formas keynesianas de regulamentação (ou a noções socialistas tradicionais). Ele também se confronta com concepções neo-utópicas de um “intercâmbio sem dinheiro” que são propagadas (em parte, recorrendo aos trabalhos de Marcel Mauss<sup>65</sup> sobre a “dádiva” em sociedades pré-modernas) nas idéias sobre “cooperativas livres” e no movimento do “software livre”. Nelas, se entende o capitalismo, mais uma vez, erroneamente, como mero modo de circulação ou “economia de mercado”; trata-se de idéias insuficientes de uma circulação sem forma de mercadoria, que até poderiam ser apropriadas para uma instrumentalização por parte da administração da crise nos termos de um fomento de subsistências econômicas em forma de nichos da “economia informal”. Por fim, Jappe critica também a ideologia do pós-operaismo de Michael Hardt<sup>66</sup> e Antonio Negri, que adquiriu proeminência nos últimos anos e, com seus conceitos de “trabalho imaterial” e “multidão”, não atina com qualquer crítica categorial e aparece em trajes pós-modernos como “último disfarce do marxismo da tradição” (Jappe). Tais críticas são necessárias, pois, assim como a crítica radical do valor e da cisão não surgiu na torre de marfim teórica, mas, de certa maneira, na “briga corpo a corpo” da luta teórica por uma nova compreensão de crítica, ela também tem se confirmar constantemente e de maneira nova nessa “briga corpo a corpo”; o processo de formação da teoria só pode ir adiante na confrontação (também polêmica).

## O valor na modernidade é o que era Deus na pré-modernidade

**IHU On-Line – O livro convida a “procurar o quarto no qual estão guardados os segredos**

<sup>65</sup> Marcel Mauss: refletiu sobre a arbitrariedade cultural de nossos comportamentos mais casuais, definindo o corpo como o primeiro e mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico do homem. Sobre Marcel Mauss, pode-se ler a entrevista de Alain Caillé publicada na *IHU On-Line* n° 96, de 12-04-2004, a propósito da publicação do livro *História argumentada da filosofia moral e política. A felicidade e o útil*, organizado por Alain Caillé, Christian Lazzeri e Michel Senellart. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>66</sup> Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri, escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* e *Multidão. Guerra e democracia na era do império*. (Nota da *IHU On-Line*)

**dos quais depende a humanidade inteira”. Que segredos são esses e que quarto é esse, afinal?**

**Robert Kurz** – Anselm Jappe escolheu a bela metáfora do “quarto proibido” do mundo dos contos de fada onde são guardados os “segredos” que não devem ser conhecidos. Esse quarto não é outra coisa do que o lugar da reflexão crítica, que se encontra além do pensar e agir cotidiano no mundo pré-formado pelo capitalismo. E os segredos consistem na constituição desse mundo, no “*a priori* mudo” da situação reinante, portanto nos pressupostos que, no transcurso de um processo histórico, foram internalizados como se fossem “evidentes” e parecem ser dados pela natureza, embora tenham sido feitos pelos próprios seres humanos – mas, de certa maneira, estando cegos e sem consciência dessa ação. Trata-se, em outras palavras, daquele fetichismo que determina o pensar e agir e não aparece mais como resultado de um desenvolvimento que também poderia ser superado de novo, e sim como ontologia insuperável. Pode-se dizer que a crítica tradicional da sociedade ainda não ousou penetrar no “quarto proibido” e tocar naqueles segredos.

Isso também diz respeito à teoria da história, pois as sociedades pré-modernas (agrárias) não tinham, assim como tampouco a têm a modernidade, uma relação consciente, direta consigo mesmas, com suas próprias possibilidades e recursos. Também elas eram comandadas pela mídia constituída fetichisticamente, só que por outra mídia e de outra maneira. O que é o valor na modernidade era Deus na pré-modernidade; o que é o meio “objetificado” e metafisicamente carregado da mercadoria e do dinheiro na modernidade eram pessoas

metafisicamente carregadas como representantes de Deus na pré-modernidade. O valor não é Deus, e o capitalismo não é a continuação da religião com outros meios, como pretende Walter Benjamin,<sup>67</sup> por exemplo, mas trata-se de uma constituição histórica totalmente nova. Entre ambos os mundos, abrem-se abismos, após uma profunda ruptura histórica. Ainda assim, a crítica radical consegue perceber um momento negativo de continuidade, a saber, aquela inconsciência em relação a um “*a priori* mudo” (que é bem diferente em cada caso) da vida social e da reprodução, que, de modo geral, designamos como relação de fetiche ou relação fetichizada. Assim sendo, a crítica radical do valor fala da existência de uma “história de situações fetichizadas”.

### Conceito moderno de teoria da história

Naturalmente, esse conceito da teoria da história é, ele próprio, inevitavelmente um conceito moderno, pois não podemos saltar para fora de nossa localização na história. Isso, entretanto, é uma aporia necessária à qual todo pensamento sobre a teoria da história está necessariamente sujeito. Em contraposição, porém, à moderna filosofia clássica da história depois de Hegel,<sup>68</sup> da qual também ainda faz parte o “materialismo histórico” marxista, a teoria da história da crítica do valor e da cisão não é mais uma teoria positiva nos moldes de uma metafísica ontologicamente ancorada do “progresso”, que acentua unilateralmente o momento “histórico-universal” da continuidade, mas uma teoria negativa que possibilita uma dialética de continuidade e descontinuidade. Nós vemos

<sup>67</sup> Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>68</sup> Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo alemão. Foi um dos pensadores mais influentes dos tempos recentes. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, Hegel tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, **A fenomenologia do espírito**, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no séc. XX. Nesse livro, Hegel considerava uma variedade tão grande de concepções quanto os diversos estados da mente, e as encarava como estágios no desenvolvimento do espírito em direção a uma maior maturidade. Sua segunda obra, **A Ciência da Lógica**, tenta fazer uma análise sistemática dos conceitos. Sua **Enciclopédia das ciências filosóficas** contém todo o seu sistema de uma forma condensada. O último livro de Hegel foi **A filosofia do direito**. Depois de sua morte, seus alunos publicaram suas conferências sobre filosofia da história, da religião e da arte, e sobre história da filosofia, usando principalmente suas anotações. (Nota da **IHU On-Line**)

a história inexoravelmente com olhos modernos, mas com os olhos da crítica e não com os olhos da afirmação. Essa crítica vai além da tradicional teoria marxista da história, que ainda pressupunha a existência de um *continuum* positivo de “trabalho” e “progresso” e, com isso, só prolongava a filosofia burguesa da história. O conceito negativo de uma “história de situações fetichizadas” implica, pelo contrário, uma “ruptura ontológica” com toda a história progressiva, pois com a superação da relação moderna com o valor e a cisão se supera o fetichismo em geral. Só com isso se resgata o enunciado marxiano de que o fim do capitalismo é, ao mesmo tempo, o “fim da pré-história”.

Na teoria da história da crítica do valor e da cisão está contido, assim, um “superávit crítico”, que produz o necessário empuxo para a ruptura com a ontologia errônea da modernidade. Embora a teoria burguesa da história, que se estende até a pós-modernidade, tenha entretanto ela própria criticado o *continuum* de uma “história universal do progresso” positiva, ela só o fez num processo de decadência teórica, em que se acen-

tua a descontinuidade de maneira tão unilateral e não dialética como antes se acentuava a continuidade. A “metafísica do progresso” só foi substituída por uma “metafísica da contingência” (e da mera descontinuidade) de caráter inverso, que, é claro, deve-se efetivamente ao olhar moderno e é completamente afirmativa. Entretanto, essa afirmação acontece sob o ponto de vista da crise, e não mais sob o ponto de vista da ascensão histórica da modernidade. Por trás da aparente “metafísica da contingência” está à espreita uma ontologia rígida e ahistórica, por exemplo, a ontologia do “poder” no pensamento de Foucault<sup>69</sup>, da forma como foi assumida com base na “ideologia alemã” de Nietzsche<sup>70</sup> até Heidegger.<sup>71</sup> Assim não se atina com o “superávit crítico” nos moldes de uma “ruptura ontológica”, e, com isso, também se perde, em última análise, de vista a relação fetichizada específico-histórica da modernidade.

**IHU On-Line – As idéias de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo ainda são atuais?**

<sup>69</sup> Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês, foi professor no Collège de France. Sua obra tem um enorme impacto na academia, pois perpassa principalmente pelas áreas humanas e das ciências sociais, mas também pelas demais áreas de estudo. É autor de, entre outros livros, **História da loucura** (5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997). A matéria de capa da 119ª edição da **IHU On-Line**, de 18 de outubro de 2004, foi dedicada a esse pensador. O IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>70</sup> Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes **Assim falou Zaratustra** (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), **O anticristo** (Lisboa: Guimarães, 1916) e **A genealogia da moral** (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela **IHU On-Line** edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jornalista cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>71</sup> Martin Heidegger de Messkirch (1889-1976): filósofo alemão. Doutorou-se em Filosofia sob a orientação de Edmund Husserl. Em 1933, acontecimentos políticos levaram-no a aderir ao partido nazista e assumir a reitoria da Universidade de Friburgo, cargo do qual se demitiu alguns meses depois. A seus olhos, o que define a ontologia e sua história é o esquecimento do ser como lugar de questionamento. Ora, o ser como questão define um ente particular, que é o ser-aí, o *Dasein*. Este *Dasein* é o homem. Ora, o ser-aí é aquele que pode ao mesmo tempo existir e saber, a todo momento e ao mesmo tempo, que deixar de existir: é um “ser-para-a-morte”. Aceitar esta situação é o sinal da autenticidade, para o homem. Colocar a autenticidade, para o homem, é levantar as diferentes maneiras de ser: facticidade, derrelição, historicidade. São os temas fundamentais que Heidegger aborda na sua obra máxima, **O ser e o tempo** (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em **Que é Metafísica?** (1929), **Cartas sobre o humanismo** (1947) e **Introdução à metafísica** (1953). Sobre Heidegger, a **IHU On-Line** publicou na edição 139, de 2 de maio de 2005, o artigo “O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo”. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19 de junho de 2006, intitulada **O século de Heidegger**, e 187, de 3 de julho de 2006, intitulada **Ser e tempo. A desconstrução da metafísica**, disponíveis para download no site do IHU ([www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)). (Nota da **IHU On-Line**)

**Robert Kurz** – Elas são até mais atuais do que nunca. Debord<sup>72</sup> focalizava, em seu tempo, principalmente a mídia “espetacular” da televisão, ao constatar um desenvolvimento do fetichismo moderno que chegaria a um “grau de acumulação do capital” em que ela “se torna imagem” e substitui inteiramente o “mundo sensorial” por uma “seleção de imagens”. Isso, naturalmente, não se refere apenas simplesmente à tecnologia midiática, mas a uma nova qualidade da “subsunção real sob o capital” (Marx), a uma subsunção não só dos processos de produção, mas da totalidade da vida e da totalidade da experiência, a uma fetichização de todas as relações que penetra até na intimidade, a que já aludi acima como sujeição de todas as esferas da vida à “abstração real” do valor e como liberação do “indivíduo abstrato”. A isso corresponde uma “mídiação do cotidiano” em que os meios técnicos de comunicação não se automomizam *per se*, mas em seu caráter inscrito de mercadoria e, de certa maneira, duplicam o fetichismo da forma da mercadoria. Esse desenvolvimento se intensificou dramaticamente com as novas tecnologias de comunicação da terceira revolução industrial. Agora não se trata de modo algum apenas de mera técnica crua, e sim de uma “virtualização” geral do mundo vivido, que pode ser observada na onipresença de telefones celulares, SMS etc., e principalmente da Internet. Isso anda de mãos dadas com a virtualidade do novo capitalismo financeiro, que, como fenômeno da crise, desacoplou-se da acumulação real do capital. No “virtualismo” do pensamento pós-moderno, todo esse processo foi ideologizado e, em parte, até entendido erroneamente como emancipação. Mas ele não é outra coisa do que uma expressão da crise do sujeito, na qual se reproduz como fenômeno da consciência o limite interno do moderno sistema produtor de mercadorias. Pode-se, por exemplo, observar como, mediante a comunicação por correio eletrônico em grupos de toda espécie, conflitos são “cozinhados” de

maneira inacreditavelmente rápida e irrefletida e com frequência cada vez maior, porque a conversa é apenas simulada e nem existe mais um interlocutor real com o qual a gente tivesse de se envolver. Todas as conversas não passam mais de solilóquios. A individualização, mídiação e virtualização na forma fetichizada do valor constituem, assim, uma unidade negativa na qual a inflação dos sistemas de comunicação contribui para o isolamento auto-referencial dos indivíduos.

### ***IHU On-Line – Existem atualmente relações entre a sociedade do espetáculo e as aventuras da mercadoria?***

**Robert Kurz** – A sociedade do espetáculo “é” a aventura da mercadoria no estado de sua obsolescência histórica. No pensamento de Debord, que pode ser tido como precursor da crítica radical do valor, ainda não se encontra, contudo, um conceito novo da crise, que só apareceu na esteira da Terceira Revolução Industrial. Ele entende erroneamente a mídiação e a virtualização como aquele “novo grau de acumulação”, ao passo que, na realidade, elas andam de mãos dadas com a real “dessubstancialização” e desvalorização do valor. A isso se associa a crise da relação de cisão entre os sexos e da “luta de classes” tradicional; também disso Debord ainda não tem noção. O que constitui a dialética paradoxal da sociedade do valor e da cisão, que se transmutou em espetáculo, é o fato de que a consumação e liberação da individualidade abstrata são idênticas ao esvaziamento do valor e ao limite absoluto da acumulação. Os indivíduos são mais sujeitos do valor na mesma medida em que deixam de poder ser sujeitos do “trabalho”. Disso, resulta uma enorme tensão, que se descarrega em formas de comportamento destrutivas e envenena cada vez mais o cotidiano. A crítica radical do valor e da cisão entre os sexos precisa aprender a lidar com essa tensão para que ela própria não se perca no redemoinho da crise espetacular.

<sup>72</sup> Guy Debord (1931-1994): filósofo e sociólogo francês, autor de ***A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*** (Rio de Janeiro: Contraponto, 1997) e fundador da Internacional Situacionista (IS). Sobre ele, confira ainda a autobiografia ***Panegyrique*** (Paris: Éditions Gérard Lebovici, Paris, 1989). (Nota da ***IHU On-Line***)

**“Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”**

***IHU On-Line*** – Como as novas tecnologias a serviço de obras coletivas, o *copyleft* e a vida on-line podem contribuir para construir a utopia na forma em que o senhor a entende?

**Robert Kurz** – Neste tema, receio haver grandes mal-entendidos. Em primeiro lugar, não se trata de uma “utopia”. As utopias são sempre modelos abstratos que devem ser concretizados, mas uma convulsão social é algo bem diferente. O ponto de partida não é um modelo positivo, porém a “força da negação”. Da análise das contradições reais e da crítica com isso relacionada pode se formar um movimento social que ingressa num processo prático de convulsão [*Umwälzung*]. A teoria crítica pode desenvolver critérios para isso. O resultado, porém, não está garantido *a priori* como modelo, e por isso um pensamento realmente transcendente não pode ser utópico. O mundo capitalista que nós criticamos não é, ele próprio, resultado da concretização de um modelo, mas o resultado de um processo histórico de complexas intermediações. Para poder sair deste mundo, é necessária uma “contramediação” igualmente complexa, um processo histórico de transformação. Aí fracassa um pensamento por modelos positivos. Em segundo lugar, novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias. As novas tecnologias da microeletrônica conduzem de modo imamente aos limites do capitalismo, porque tornam o trabalho amplamente supérfluo, impossibilitando, com isso, a ulterior expansão da mais-valia. São tecnologias da crise. Entretanto, com isso, não se conecta nenhum automatismo tecnológico como postulado de uma outra sociedade, apenas a crise da sociedade vigente. A emancipação social não pode orientar-se em tecnologias, pois isso seria continuar a coisificação capitalista. Trata-se precisamente de libertar as relações sociais da submissão às coisas mortas e torná-las soberanas em face das tecnologias.

***IHU On-Line*** – Como se relaciona o “trabalho abstrato” na visão de Marx com o trabalho imaterial da atualidade?

**Robert Kurz** – O “trabalho abstrato” não é imaterial em Marx. O conceito designa antes a indiferença em face do conteúdo, porque ele se dirige unicamente ao próprio fim irracional do emprego de capital, pela reversão de um “sujeito automático” (Marx) sobre si mesmo. Por isso, o trabalho é um fim em si mesmo, que consiste precisamente no “desgaste dos nervos, músculos, cérebro” (Marx). Esta abstração é, pois, real, totalmente material. A redução social do processo de produção à consumação abstrata de energia humana por ela mesma não leva em consideração o conteúdo nem as necessidades. Apenas por esta redução sobre a materialidade de energia humana abstrata é que realmente pode o “trabalho abstrato” ser a “substância do capital” (Marx). A Terceira Revolução Industrial da microeletrônica não torna imaterial o “trabalho abstrato”, mas precisamente supérfluo. Os mais avançados setores da tecnologia informacional, mídia, analítica simbólica etc. não podem mobilizar novas massas de “trabalho abstrato”. O resultado é não só a crise do emprego de capital, mas também a crise do positivo conceito marxista de trabalho. A tradicional “ontologia do trabalho” marxista deve ser criticada radicalmente. Antonio Negri e Michael Hardt somente criaram o não-conceito do “trabalho imaterial” para contornar esta crítica necessária e salvar a velha “ontologia do trabalho”. Também na ideologia do *software* livre,<sup>73</sup> este novo conceito do “trabalho imaterial” é determinado como pretensa nova base da velha ontologia, em vez de criticar a própria abstração real “trabalho” como forma capitalista de reprodução.

***IHU On-Line*** – As novas tecnologias exigem trabalho coletivo compartilhado, o *general intellect* em Marx, mas, no sistema capitalista privado e individualista, parece ser muito difícil dar conta dele. Existe uma contradição entre o sistema no qual vive-

<sup>73</sup> A revista *IHU On-Line* número 136, de 11 de abril de 2005, dedicou sua matéria de capa ao tema das novas tecnologias e do software livre. (Nota da *IHU On-Line*)

**mos e a necessidade da socialização exigida pelas novas tecnologias? Como se pode solucionar esta contradição?**

**Robert Kurz** – O conceito de *general intellect* em Marx não se relaciona com uma forma imediata de organização, mas com uma modificação da relação universal de ciência e produção: os homens avançam progressivamente ao lado e antes do processo de produção. Esta é precisamente a crise do “trabalho abstrato” e, com isso, da forma do valor e do dinheiro. Marx quer superar o indivíduo abstrato do capitalismo, que só se relaciona com outros indivíduos pela abstração do dinheiro. Para Marx, porém, não se trata da negação, ao contrário, da libertação da individualidade dessa forma abstrata. Marx não substitui o individualismo abstrato por um coletivismo também abstrato. “Socialização” significa um “indivíduo socialmente livre”, e não um “apático coletivo co-agente”. Um coletivismo mediado apenas tecnologicamente sempre é co-agente. Historicamente, o coletivismo não foi a superação da individualidade capitalista abstrata, mas o modo de sua imposição nas ditaduras da “modernização retroativa” na periferia do mercado mundial. Um coletivismo eletrônico amplamente anônimo é uma representação terrível, o oposto de uma emancipação social e uma simples prorrogação do “trabalho abstrato”. Não é por nada que os *internet-freaks*, que promovem tais representações, são, em geral, homens mais jovens, pois a gênese histórica do “trabalho abstrato” teve uma conotação estruturalmente masculina, vinculada com o surgimento do patriarcado moderno. Além disso, esta representação de uma produção imediatamente coletiva, aparentemente exigida pelas novas tecnologias, vive pelo fato de que o caráter específico do *software* é absolutizado bem unilateralmente e tomado como modelo para todos os outros objetos. Isso é impossível, não se podem criar objetos das necessidades materiais ou produtos culturais (por exemplo, textos teóricos ou literários) segundo o esquema da modelagem por *software*.

**IHU On-Line** – As obras construídas coletivamente, como, por exemplo, a Wikipédia, abrem mão dos direitos autorais. Que senti-

**do e que força o capitalismo atribui a esses direitos autorais nos diferentes campos do saber e da produção? Em que sentido eles são uma forma de poder?**

**Robert Kurz** – A forma universal do direito na modernidade é a forma jurídica da propriedade privada, mas esta forma é apenas a expressão jurídica das relações capitalistas de produção, que repousam sobre o “trabalho abstrato”. A ilusão do marxismo tradicional consistia em que ele queria suspender apenas exteriormente a forma jurídica da propriedade privada, enquanto ontologizava a base do “trabalho abstrato”. Isso significa “amansar o cavalo pelo rabo”. Somente com a superação do próprio “trabalho abstrato” sua forma jurídica perde sua base. O procedimento inverso, no entanto, só pode conduzir a um aparelho burocrático abstrato do não-superado “trabalho abstrato”. A ideologia de um *software* livre contorna o problema, porque ela está restrita à Internet e absolutamente não possui um conceito crítico da reprodução social global. Contudo, também no caso da Wikipédia, absolutamente não é possível que cada um insira “livremente” suas obras. Há um código e um controle não transparente do acesso. Um outro problema é o *status* dos produtores individuais. Eles precisam vender seus produtos a empresas como Microsoft ou Bertelsmann para poderem viver. Esta dependência, no entanto, só pode ser superada por uma reviravolta das relações sociais de produção, e não por uma “renúncia a direitos autorais” isolada e exterior. A ideologia do *software* livre, que entretimes vem sendo ampliada a textos teóricos e literários, direciona-se menos contra as empresas, porém, primeiramente, contra os próprios produtores. Quem abre mão de seus “direitos autorais” deve ser mero amador e obter dinheiro de outras fontes, porque, caso contrário, não pode viver no capitalismo. É desleal ofuscar este fato.

**IHU On-Line** – Que tipo de compreensão de sociedade e de trabalho existe por trás de um trabalho coletivo “sem direitos de autor”, que pode ser apropriada e modificada ao bel-prazer, enquanto ocorre sem a intermediação de dinheiro?

**Robert Kurz** – Trata-se de um utopismo neopequeno-burguês, que se restringe à esfera da circulação. O que aqui é designado como “produção” não é mais do que um prolongamento da circulação e do consumo. A Internet é essencialmente um meio de circulação. Por isso, esse utopismo também vai superar o dinheiro de modo meramente circulante, como um “dar e receber” sem custos e sem controle, enquanto o “trabalho” é retido como ilusão, ao invés de criticá-lo. O propagado caráter “imaterial” se refere aí a uma posse meramente combinatória de módulos pré-fabricados. Já que as condições sociais do capitalismo continuam sendo pressupostas, só podem ser sujeitos de concorrência que exercem o pretensão “livre apossar-se”. A “disposição abstrata” de textos e de outros produtos, separada do conteúdo da “apropriação”, é apenas o prolongamento do formalismo juridicamente vazio, mas sem “direitos autorais” individuais. Os produtores intelectuais são transformados em caça livre; cada “galo” concorrente pode copiar sem receio e apresentar os produtos como seus. A crise do “trabalho abstrato” também é uma crise da identidade masculina; por isso, esta ideologia não se dirige por último contra as autoras, que devem ser intelectualmente despojadas por homens precarizados. Isso não é emancipação, e sim falta de vergonha. Ao mesmo tempo, é uma pretensão formalizada de poder. A força repressiva das empresas só é substituída pelo poder igualmente repressivo de um coletivo co-agente de sujeitos concorrentes desoprimidos. Não existe uma modificação emancipadora por um princípio universal formal e abstrato. Outra coisa seria uma livre associação de indivíduos, que se uniriam numa associação, na qual determinadas regras capitalistas deveriam ser eliminadas (por exemplo, o livre aproveitamento de recursos de uma biblioteca administrada coletivamente). Tais elementos de uma concreta contracultura não têm, no entanto, nada a ver com um formalismo abstrato como o princípio do *copyleft*.

**IHU On-Line – Em que sentido as novas tecnologias podem contribuir para que o trabalho seja inclusivo, e não continue crescendo o desemprego?**

**Robert Kurz** – “Trabalho”, como um conceito abstrato, sem conteúdo, em si mesmo não tem sentido, é um fim capitalista autônomo. Trabalho significativo seria uma contradição em si mesmo. As novas tecnologias não dão nenhum sentido a este “trabalho abstrato”, porém o tornam supérfluo. Somente na forma capitalista isso aparece como “desemprego”. Além do trabalho como fim em si mesmo, também já não há mais “desemprego”.

**IHU On-Line – Como surgem os atuais *workaholics*? Que conseqüências têm tal forma de vida?**

**Robert Kurz** – *Workaholics* são pessoas que levam ao extremo sua sujeição ao fim em si mesmo do “trabalho abstrato”. Podem ser administradores, bem como assalariados ou “empreendedores autônomos”. Eles se transformam em “máquinas funcionais” humanas, que se entregam até o esgotamento a um fim alienado. Com isso, é compensada a falta da vivência pessoal e a atrofia das relações sociais. É a total auto-entrega ao “sujeito automático” do emprego de capital. Na *new economy*, esta síndrome foi elevada a modelo. Atualmente, a *new economy* sofreu um lastimável naufrágio, mas este modelo destrutivo é entretanto estendido a todos os setores. Isso tem algo a ver com o fato de que a relação do capital, na crise da aplicação, retorna da prioridade do “mais-valor relativo” à prioridade do “mais-valor absoluto”, ao prolongamento do tempo de trabalho e à intensificação do trabalho. Quanto menos a força de trabalho humana ainda pode ser empregada de maneira rentável, tanto mais este resto deve ser espoliado, até a auto-espoliação do trabalho formalmente “autônomo”. Socialmente, surge uma atmosfera da pressa febril sem perspectiva e da falta de consideração consigo mesmo e com os outros. São sinais típicos de um colapso. Esta síndrome de *workaholics* não deveria, no entanto, ser confundida com o esforço por fins autodeterminados, por exemplo, na produção literária ou teórica no sentido de uma crítica social. Penetrar criticamente num objeto é sempre um assunto intensivo. Opostamente à auto-entrega sem conteúdo ao “sujeito automático”, também pode haver

uma erótica do conteúdo, que conduz a uma espécie bem diferente de ocupação intensiva. Numa sociedade liberta poderia ser normal que períodos de esforço mais intenso por objetos pessoalmente escolhidos se alternem com períodos de ócio prazeroso. Uma “preguiça abstrata” seria apenas a imagem especular do “trabalho abstrato”.

***IHU On-Line – No Brasil, pode-se observar agora uma profunda decepção política. As promessas de um governo de esquerda foram tão pouco satisfeitas como as dos governos anteriores, seja com respeito ao mundo do trabalho, seja em relação à corrupção política ou aos problemas econômicos. Como vê esta situação?***

**Robert Kurz** – No futuro, somente haverá decepções políticas, porque a esfera política do capitalismo na globalização e na crise da Terceira Revolução Industrial é incapaz de regular a sociedade. Estado e política formam apenas o outro lado do emprego de capital e do mercado. O fracasso do mercado é também o fracasso da política. Não é um

fracasso das pessoas, porém uma barreira interior da relação social. Por isso, não adianta substituir as pessoas ou fundar novos partidos políticos. O que atualmente é vivenciado no Brasil é uma experiência universal em todo o mundo, também na Europa. Além disso, a política é estruturalmente tão “masculinamente” determinada como o “trabalho abstrato”. Um movimento social emancipador deve direcionar-se tanto contra a política como contra o “trabalho abstrato”. O marxismo tradicional não esteve envolvido apenas numa ontologia do “trabalho, mas também numa ontologia da política e do patriarcado moderno. Para escapar desta prisão, o movimento social deve constituir-se de maneira autônoma. A resistência contra as exigências da administração da crise não pode mais apoiar-se nas instituições patriarcais da modernidade. Um movimento social autoconsciente contra o “trabalho abstrato” e contra a moderna relação sexual talvez faça, no processo da crise, alianças parciais com forças políticas, mas ele não mais se deixará estrangular pelas coações estruturais do sistema político.

## A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil

*Entrevista com Ladislau Dowbor*

Ladislau Dowbor é graduado em Economia Política, pela Universidade de Lausanne, Suíça, e doutor em Ciências Econômicas, pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976), ele também faz consultoria para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como para o Senac. Atua como conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Polis, Transparência Brasil e outras instituições. Atualmente, Dowbor é professor do PPG em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É autor e co-autor de cerca de 40 livros, e de numerosos artigos. Destacam-se os livros **O que é capital?** (São Paulo: Brasiliense, 1982), **Aspectos econômicos da Educação** (São Paulo: Ática, 1986) e **Formação do Terceiro Mundo** (15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995). O seu livro sobre a economia brasileira, **Formação do capitalismo dependente no Brasil**, foi publicado na Polônia, na França e em Portugal, além da edição brasileira pela Brasiliense (São Paulo, 1982). O professor tem um site pessoal, onde publica seus artigos com frequência. O endereço é <http://ppbr.com/ld/>. Em 2006, Dowbor concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** sobre a necessidade de reafirmação política da América Latina, publicada na edição 180, de 15 de maio de 2006.

Na entrevista a seguir, publicada na **IHU On-Line** edição 188, de 10 de julho de 2006, Dowbor aposta num programa de expansão dos mercados internos, por meio da inclusão produtiva da grande massa da população até hoje excluída, como proposta alternativa para o Brasil.

**IHU On-Line – O que o senhor pensa sobre o modelo econômico adotado pelo governo Lula?**

**Ladislau Dowbor** – Ele está baseado em um pilar que decidiu respeitar os contratos do governo anterior. Isso significa que a área de finanças e o Banco Central são mantidos pela influência dos bancos privados, observando a transferência imensa de juros diretamente para os bancos por meio da Taxa Selic e, indiretamente para os bancos, mediante a manutenção dos juros privados, que estão na média, hoje, de 46% ao ano, o que equivale a cerca de 10 vezes a taxa de juros internacional. Essa estrutura de poder do cartel de intermediação financeira foi mantida para evitar as turbulências e para conformar a classe chamada rentista, que são os que vivem de aplicações financeiras e não de investimentos produtivos.

### **Apoio substancial do programa social**

O segundo pilar desse modelo econômico é que, enquanto se mantém relativamente essa estabilidade aos rentistas, montou-se um programa social. Esse programa social hoje se caracteriza por 52 milhões de pessoas atingidas pelo Bolsa Família, o que significa que quase um terço da população em situação econômica mais crítica está, pela primeira vez, recebendo um apoio substancial.

A isso, está agregado o aumento da capacidade de compra do salário mínimo, que é da ordem de 70%, o que é muito significativo, porque um pouco a mais de dinheiro para os mais pobres é muito importante. Isso atinge, portanto, a parte da população com um nível salarial muito baixo, como os aposentados, que têm reajuste ligado ao salário mínimo. E com isso temos outra marcha da população pobre atingida por essas políticas sociais.

## A significância dos projetos sociais

Depois, temos o Pronaf, que é o apoio à agricultura familiar, cujos valores foram triplicados e hoje atingem cerca de 1,2 milhões de famílias, o que significa algo como quatro milhões de pessoas. Temos também o aumento do emprego formal, beneficiando cerca de três milhões de pessoas durante essa gestão. Há mais políticas pontuais, como, por exemplo, os programas de bolsas universitárias, que favoreceu o acesso à universidade a alguns segmentos da população.

São 198 programas sociais que, a meu ver, são extremamente significativos. Não dá para descartá-los, dizendo que isso é assistencialismo e bobagens do gênero, porque se trata de segmentos da ordem de grandeza de um terço da população brasileira para quem, na realidade, nunca tinha existido governo. Essa gente sequer tinha carteira de identidade, CPF, e, pela primeira vez, há governo para eles. Não há dúvida de que a força política que Lula está adquirindo, apesar de todos os ataques, vem de uma grande parte dessa população, que acredita que, pela primeira vez, está chovendo um pouquinho em seu quintal.

## O terceiro eixo: área internacional

O terceiro eixo dessa política econômica está ligado à área internacional. Como esse governo herdou uma dívida de 800 bilhões de reais, com taxas de juros extremamente elevadas, ele não colocou em questão aquele princípio de respeitar os contratos do governo anterior e, nesse toque da dívida, ele fez uma grande diversificação de mercados internacionais, o que permitiu acumular reservas e reduzir o componente externo da dívida. Isso reduziu a vulnerabilidade externa e vai permitir renegociações mais equilibradas do processo financeiro. Esse aspecto internacional envolveu também, além da diversificação de mercados internacionais, uma espécie de equidistância entre União Européia e EUA. Isso é importante para um país como o Brasil, que tem uma economia relativamente pequena. Ele tem muito mais força quando pode alternar os apoios dos EUA e da Europa do que se fica vinculado só aos interesses norte-americanos.

## A abertura de uma articulação latino-americana

E esse terceiro eixo da área internacional também contempla a abertura de uma articulação latino-americana, que se dá tanto por meio de uma TV latino-americana, que é um avanço extremamente importante, como na interação energética e na possível abertura de infra-estruturas de rodoviárias e ferroviárias entre nossos países. Além, é claro, do programa tradicional do Mercosul.

Retomando, são três programas: o primeiro é o de manter os privilégios dos especuladores financeiros, o que está sendo feito para manter certos equilíbrios políticos. Eu acho que esses lucros financeiros são exorbitantes. Quanto aos outros dois programas, acho que estão sendo conduzidos de maneira competente.

**IHU On-Line – O senhor acredita que o país tenha um modelo de desenvolvimento capitalista ou pensa que ele não tem um modelo de desenvolvimento, que ele está estagnado desde a década de 1980. Com qual dessas posturas o senhor mais se alinha?**

**Ladislau Dowbor** - Eu não me alinho com precisão em nenhuma das duas. Eu diria basicamente o seguinte: não há relações de forças hoje que coloque em questão o sistema capitalista no Brasil. Uma coisa é construirmos, a longo prazo, visões segundo as nossas ideologias e nossos ideais. Outra coisa é ver o que programas existentes são viáveis dos que “estão na mesa”.

O programa mais viável e evidente é o programa de expansão dos mercados internos, por meio da inclusão produtiva da grande massa da população até hoje excluída. Basicamente, o Brasil tem um problema central, que é a concentração de renda. Os 10% mais ricos têm cerca de 50% do produto da sociedade, e isso é absolutamente escandaloso. O 1% mais rico tem 14% e os 50% mais pobres têm 12%. Isso significa que as madames que compram na Daslu ou em Miami gastam mais do que a metade mais pobre de 90 milhões de brasileiros. Isso é insustentável. O nosso modelo central deve partir do “reequilíbrio” econômico social.

## A capacidade produtiva brasileira

Quanto à capacidade produtiva, isso se apóia em cifras relativamente claras. Nós temos uma população economicamente ativa de 93 milhões de habitantes. Destes, apenas 27 milhões são trabalhadores formais do setor privado. Ainda há os funcionários públicos, que são 7 milhões. Isso nos leva à soma de 27 + 7, que são 34 milhões. Ainda assim, entre os 34 e os 93 milhões, temos uma marcha de pequenos empresários que estão bem, mas também há muitos no setor informal, um imenso setor precário, que abarca muitas pessoas, em geral, com renda muito baixa, inseridas em um processo produtivo de maneira pouco equipada e pouco produtiva.

Essa concentração de renda, somada a esse subemprego ou desemprego de uma massa de dezenas de milhões de pessoas, faz nós termos um mercado interno muito fraco. A análise dessa visão nos leva a um programa positivo, que é de inclusão produtiva desses marginalizados, ou semi-excluídos dos processos econômicos. Estamos falando de dezenas de milhões de pessoas. Nós temos que, por exemplo, construir 7 milhões de casas nesse país, para pessoas que vivem em condições subumanas. Isso permitiria dinamizar todo um setor econômico, gerar empregos, mobilizar o consumo de materiais de construção etc. Nós temos de fazer saneamento básico, que é catastrófico em praticamente todas as cidades do país. Calcula-se que cerca de mil crianças são hospitalizadas diariamente por contaminação com água poluída ou alimentos misturados com água poluída. Cada real investido no saneamento, economiza 4 reais na área da saúde. Portanto, o retorno é praticamente imediato e a produtividade desse investimento é grande.

## A agricultura familiar e a alimentação

Precisamos alimentar as populações desnutridas ou subnutridas que temos no país. São 30 milhões de pessoas. Temos 150 milhões de hectares de terra parada, de bom solo agrícola. É óbvio que podemos fazer cinturões verdes em torno das cidades para alimentar esse povo. A pequena agricultura familiar é intensiva em mão-de-obra. As pessoas se debruçam muito sobre os modelos, substituição de importações e o seu esgotamento etc., mas a realidade é que precisamos que ser pragmáticos. O essencial da nossa situação é a desigualdade, e ela está sendo enfrentada, nessa gestão atual, basicamente por meio de processos redistributivos, que são necessários e positivos. Eu imagino que, na próxima gestão, caso seja reeleito o governo Lula, nós teremos uma evolução para a inclusão produtiva, uma evolução dos próprios programas atuais de redistribuição para programas mais intensivos em inclusão produtiva.

### **IHU On-Line – O modelo de Celso Furtado pode ser inspirador para um projeto de desenvolvimento brasileiro?**

**Ladislau Dowbor** – Celso Furtado<sup>74</sup> tem um livro que se chama *Em busca de novo modelo*.<sup>75</sup> É um dos seus últimos livros. Eu fiz um artigo que está disponível no meu site, na Internet, chamado “Democracia econômica”, em que eu me baseei bastante neste livro e em alguns outros trabalhos recentes, comparando as propostas dele com as diversas propostas para a retomada do desenvolvimento que estão dando certo em diversos países em desenvolvimento. A minha convicção é de que as propostas de Celso Furtado são perfeitamente afinadas com o que há de mais moderno quanto à proposta de organização econômica e social. Se-

<sup>74</sup> Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, foi membro do corpo permanente de economistas da ONU e diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são **A economia brasileira** (1954) e **Formação econômica do Brasil** (1959). A **IHU On-Line** repercutiu na 155ª edição a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>75</sup> Furtado, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Nota da **IHU On-Line**)

gundo as propostas dele, primeiro, a economia tem que ser propositiva, e não só economia “de mercado”, como muitos a chamam, porque no Brasil se reduziu o conceito de mercado à especulação financeira. Falar em mercado significa falar em bolsa, em dólar e coisas do gênero. Na realidade, é preciso retomar a visão da economia no foco do instrumento de planejamento para reequilibrar ou reconstruir o país na área dos grandes desequilíbrios, que são, essencialmente, a desigualdade no plano econômico e a destruição ambiental no plano do meio ambiente.

### Uma visão ética da economia

Ele propõe também uma visão ética da economia, ou seja, baseada em valores. Anos atrás, durante a Revolução Francesa, havia o dito de Marat,<sup>76</sup> que dizia assim: “Nada será legitimamente teu, enquanto a outrem faltar o necessário”, ou seja, enquanto tivermos crianças passando fome, crianças de rua, gente a quem falta um sapato, criança a quem falta escola, a prioridade deve ser absolutamente os mais necessitados. E esse é um enfoque de dignidade. É também, além de um enfoque ético, um enfoque econômico, porque a pobreza gera insegurança e desorganização social, e os custos de prevenção à criminalidade são muito grandes. Sai muito mais barato tirar as pessoas da miséria, do que depois arcar com sua consequência.

Celso Furtado também dá forte embasamento à visão da infra-estrutura e do resgate do planejamento das grandes infra-estruturas para dinamizar o país. Estamos falando de estradas de ferro, de sistemas de transporte, de navegações mais racionais. No Brasil, quase todas as capitais são portuárias: Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro, o eixo São Paulo-Santos, Florianópolis, Porto Alegre. Com exceção de Belo Horizonte, todos os grandes centros econômicos estão à beira-mar.

Nós “matamos”, em proveito das multinacionais do caminhão, o transporte de navegação e a nossa capacidade de estaleiros navais, e “abortamos” o sistema de ferrovias. Isso está sendo retomado hoje. E, se juntarmos o enfoque ético, de enfrentar a desigualdade, da geração de infra-estrutura e do resgate de capacidades de planejamento, que são grandes eixos da visão do chamado estruturalismo de Celso Furtado, ele continua sendo o principal referencial teórico para os nossos trabalhos.

### **IHU On-Line – O modelo atual brasileiro está orientado para o consumo popular?**

**Ladislau Dowbor** – O Brasil não está orientado para o consumo popular. Ele está orientado para o consumo da ordem de grandeza de um terço da população mais rica do país. Essa é uma estrutura herdada e que é coerente com a concentração de renda. Nós somos o país com a maior concentração de renda do mundo hoje, e esse desequilíbrio significa que o dinheiro vai para os mais ricos, em particular por meio de atividades não produtivas, que são de especulação financeira. Como essa gente tem dinheiro, as empresas produzem para quem tem dinheiro, quem tem capacidade de compra. Isso desenvolveu a universidade de luxo, a medicina de luxo dos planos de saúde, o medicamento de luxo, que está sendo vendido a preços extremamente elevados e outras coisas do gênero.

### **IHU On-Line – Há outras experiências no mundo mais bem-sucedidas que se orientaram para o consumo popular? A China seria um exemplo?**

**Ladislau Dowbor** – A China, nos últimos 10 anos, conseguiu tirar da linha da pobreza cerca de 300 milhões de pessoas. Então, ela não teve só 10% de crescimento ao ano. É um processo de crescimento inclusivo. Quero lembrar que a Coreia também é um exemplo de um país que, em três décadas, saltou para o nível de país desenvol-

<sup>76</sup> Jean-Paul Marat (1743-1793): revolucionário francês e importante personagem da Revolução Francesa. Em 1789, ano da eclosão da Revolução Francesa, fundou o jornal *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo), em que se revela defensor das causas populares. Quando os *sans-cullote* (massas populares), proclamam a república e instituem a Comuna de Paris como órgão executivo do governo, Marat é eleito um dos dirigentes. No ano seguinte, Charlotte Corday, militante do partido moderado dos girondinos, fazendo-se passar por uma informante, entra em sua casa com uma faca trazida às escondidas para o encontro e o assassina na banheira, a punhaladas. (Nota da **IHU On-Line**)

vido, porque sempre fez uma redistribuição de renda extremamente forte e teve um sólido controle dos bancos, de maneira a orientar o crédito para onde fosse mais produtivo e particularmente no apoio à pequena empresa e ao pequeno agricultor. A Coreia, Taiwan, Singapura, a China e hoje a Índia são países que trabalham com a visão de que só se desenvolve o país, incluindo a massa, que está na base, aproveitando o imenso potencial de trabalho que a população permite, e não desenvolvendo uma ilha de prosperidade para uma minoria.

### **Brasil: casa-grande e senzala**

O Brasil continua na tradição casa-grande e senzala. São Paulo tem um cercadinho de ricos, que se chama Alphaville. A própria população que mora em volta de Alphaville se chama de “alphavella”. Alphaville é casa grande no sentido moderno, é tecnificada, toda com telefones celulares, cercas eletrificadas, guardas armados. E isso se chama civilização. O essencial é nos voltarmos para o mercado interno, porque há 100 milhões de pessoas hoje no Brasil que estão excluídas desse consumo e que, na realidade, representam um potencial, um horizonte interno de expansão econômica, que pode ser visto como um problema, mas também como uma oportunidade.

**IHU On-Line – Qual a radiografia que o senhor faz do mercado de trabalho brasileiro? Em que medida a política econômica do governo o afeta? E como a crise do mundo do trabalho contemporâneo se reflete em nosso país?**

**Ladislau Dowbor** – O que acontece com o trabalho é que basicamente ele se apóia na identificação da subutilização da capacidade de trabalho brasileira. Nós temos hoje 180 milhões de pessoas no país. Dessas, 121 milhões estão em idade ativa, e destas, 93 milhões são a população economicamente ativa, dos quais, só 27 milhões estão no setor privado e com emprego formal. Se considerarmos que cerca de 17 a 18% da população economicamente ativa está desempregada, na

realidade apenas 75 milhões são as que “carregam o piano” no país. Entre essas, temos todos os subempregados, os informais etc. Na realidade, a subutilização da força de trabalho é, provavelmente, o maior drama e a maior idiotice econômica, porque o desempregado custa tanto quanto uma pessoa trabalhando. Nós poderíamos colocar o conjunto dessas pessoas para produzir infra-estruturas necessárias no país, mas, para isso, precisamos ultrapassar a visão de que as empresas privadas, por um lado, e o Estado, por outro, vão resolver o problema do desemprego. Simplesmente isso não é viável.

O setor privado está se tecnificando cada vez mais. O setor bancário se expandiu, mas como tudo hoje está informatizado, inclusive o próprio cliente é levado a administrar sua conta a partir da sua casa. Até isso é terceirizado. Então essa área se expande e reduz empregos. Com o setor automobilístico acontece a mesma coisa, ou seja, não há esperança nessa área pela simples expansão das dinâmicas capitalistas tradicionais de assegurar o emprego.

### **A solução no enfrentamento de um paradoxo**

As minhas propostas vão na linha de desenvolver serviços de manutenção urbana, serviços de construção de casas por meio de cooperativas dos futuros proprietários, associações e de diversas formas de vínculos com o trabalho que permitam, ao mesmo tempo, tirar as pessoas do desespero e ganhar as infra-estruturas que são necessárias. Basicamente é o seguinte: nós temos uma imensa quantidade de coisas simples a fazer para melhorar as condições de vida da população, particularmente da população pobre, e temos um número imenso de pessoas paradas. Isso é um paradoxo que de ser enfrentado. E só se enfrenta não esperando que apareça milagrosamente uma empreiteira ou o chamado “trem da alegria” que vai oferecer milhões de empregos públicos, o que não é viável, mas sim por meio de formas alternativas de organização de serviços urbanos.

**IHU On-Line – Quais são suas apostas para as eleições deste ano? O que o senhor espera e o que destaca da proposta dos candidatos?**

**Ladislau Dowbor** – Eu tenho esperança na reeleição de Lula. Acho que, apesar de todas as críticas que ele sofreu, muitas delas fazem parte do que eu conceituaria como boicote. Eu não vejo nada nos candidatos alternativos, a não ser regressão ao que gerou a concentração de renda. A meu ver, o importante é, no caso de uma reeleição de Lula, nós assegurarmos o suficiente apoio para que as políticas de redistribuição de renda e de inclusão produtiva sejam implementadas.

**IHU On-Line – O que o Brasil realmente necessitaria de um presidente?**

**Ladislau Dowbor** – Temos a necessidade de assegurar o que Paulo Freire<sup>77</sup> chamava de uma “sociedade menos malvada” nesse país, sobretudo para as cerca de 100 milhões de pessoas que estão marginalizadas ou semimarginalizadas. O que nós precisamos é um avanço muito maior do que esse que timidamente tem sido orientado na área social. Eu diria também como essencial para uma próxima gestão enfrentar o sistema absolutamente escandaloso de intermediação financeira. Todo mundo fala na Taxa Selic de 15,25%. Se tiramos a inflação, são 11% de taxa de juros, o que não é tão dramático. Mas os 46% de média no setor privado são absolutamente escandalosos e estão travando a economia. Esses são os eixos.

---

<sup>77</sup> Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro **A Pedagogia do Oprimido**, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223, de 11-06-2007, intitulada **Paulo Freire. Pedagogia da esperança**. (Nota da *IHU On-Line*)

## O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso

---

Entrevista com Paolo Virno

O filósofo Paolo Virno nasceu em Nápoles, Itália, e teve uma importante participação na vida intelectual e na autonomia operária italiana. Em fins de 1970 e princípios dos anos 1980, foi perseguido e aprisionado pelo estado italiano durante três anos, acusado de “associação subversiva e constituição de quadrilha armada”. Foi absolvido. Seus estudos estão orientados para a filosofia da linguagem e a ética da comunicação lingüística, sobretudo no que se refere às formas de vida metropolitana da modernidade pós-fordista. Ensina Ética da Comunicação e Filosofia da Linguagem na Universidade de Cosenza, Calábria; colabora com o suplemento cultural do Il Manifesto; fundou a revista e editora Derive Aprodí, além de Metropoli e Luogo Comune. Virno é autor de vários livros, entre os quais se encontram **Grammaire de la multitude. Pour une analyse des formes de vie contemporaines** (Gramática da multidão. Por uma análise das formas de vida contemporâneas. Editions de l’Eclat/Conjonctures, 2002), **El recuerdo del presente** (A recordação do presente. Buenos Aires: Paidós, 2003) e **Quando il verbo si fa carne. Linguaggio e natura umana** (Bollati Boringhieri, 2003), traduzido ao espanhol sob o título **Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humana** (Buenos Aires: Tinta Limón y Cactus, 2004). A **IHU On-Line** publicou uma entrevista com Paolo Virno na edição 98, de 26 de abril de 2004, intitulada “O desemprego em massa. O direito à vida não passa mais pelo trabalho assalariado”. Publicou também a resenha de dois livros do filósofo: **Gramática de la Multitud** e **El Recuerdo del presente**, na edição 71, de 18 de agosto de 2003. Dele, também reproduzimos uma entrevista concedida ao jornal Clarín,

em 24 de dezembro de 2004, na edição 132, de 14 de março de 2005. Publicamos, a seguir, a entrevista “O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso”, que Virno concedeu à **IHU On-Line** e foi publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005. Nela, ele afirma que “é preciso cortar o nexo entre general intellect e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre general intellect e ação política”.

### **IHU On-Line – Qual é sua opinião sobre obras construídas coletivamente, como a Wikipédia, por exemplo?**

**Paolo Virno** – Parece-me que Wikipédia e outras obras análogas sejam um bom exemplo do que se deva entender por *general intellect*, por intelecto geral ou cérebro social. Esta expressão de Marx indica, sobretudo, o caráter suprapessoal do pensamento e da linguagem humana. Pensamento e linguagem são recursos coletivos, bens comuns: da mesma forma como há um tempo eram bens comuns, na Europa, as terras não demarcadas, das quais todos podiam livremente usufruir. Comumente se considera que o poder ou a liberdade sejam fenômenos públicos, enquanto a reflexão e a elaboração intelectuais sejam algo privado, íntimo, não manifesto. Não é assim. A mente humana é constitutivamente social. O nós precede o eu, também do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento. Mais do que do intelecto em geral, eu falarei precisamente de um intelecto público. A publicidade do intelecto, ou seja, o caráter comunitário da força-invenção e do saber, pode constituir a base de uma esfera pública que não coincida mais com o Estado. Torna-se uma observação colateral. Marx usa a expressão inglesa *general intel-*

*lect* para indicar a ciência retida no capital fixo, isto é, no sistema de máquinas. Na nossa época, esta equação “intelecto geral” = sistema de máquinas não é mais verdadeira. O “intelecto geral” manifesta-se, em ampla medida, na atividade do trabalho vivo, na cooperação inteligente de uma pluralidade de corpos humanos que falam e agem. Wikipédia e outras obras do gênero exemplificam – em alto e refinado grau – uma realidade mais ampla, que vale também em muitos setores industriais: o cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso.

### **IHU On-Line – Como se entendem, nesse tipo de obra, os direitos autorais e o *copyright*?**

**Paolo Virno** – Não creio que as categorias econômicas, muito menos aquelas ligadas à propriedade privada, possam resolver o problema da compensação a cada autor. Não podemos mensurar um produto do pensamento com base no tempo de trabalho necessário à sua execução. Quando falamos de “tempo de trabalho”, falamos sempre de tempo homogêneo, de uma pura e simples qualidade; enquanto a elaboração intelectual tem uma intensidade qualitativa típica, conecta o passado e o presente, em suma, requer um lapso de tempo descontínuo e não-homogêneo. Com a Wikipédia e obras semelhantes, termina, em princípio, a economia política, a sua “racionalidade”. Somente uma norma política pode servir para enfrentar a retribuição aos colaboradores. Creio que a escrita dos textos seja remunerada pelo modo mais generoso, mas creio também que sobre os textos não deva subsistir nenhum *copyright*.

### **O comum e o individual**

A relação entre Wikipédia como obra coletiva, e cada autor em particular, levanta um problema teórico muito interessante: a relação entre o que é comum e o que é individual. Em grande escala, este é um problema da multidão: de fato, por “multidão” devemos entender uma pluralidade de indivíduos muito diferentes entre si, que, no entanto, chegam a um recurso comum, compartilhado, pré-individual. O *general intellect* é o âmbi-

to do comum; os autores de Wikipédia exemplificam o âmbito da singularidade. A multidão é uma rede de singularidades que, em vez de convergir na unidade postiça do Estado, perduram como tais, justamente porque fazem valer sempre de novo, nas formas de vida e no espaço-tempo da produção social, a realidade pré-individual que têm nas costas, ou seja, o comum do qual derivam. Longe de contrapor-se, o comum (*general intellect*) e o singular (cada um dos “muitos” em que consiste a multidão) referem-se um ao outro. Os indivíduos, únicos e irrepitíveis, não seriam tais se não tivessem algo que os unisse. A dificuldade está em compreender em que consiste, precisamente, a relação recíproca entre comum e singular. Limite-me a levantar questões “filosóficas”. O comum seria talvez o resultado de uma abstração mental, que isole e condense certos traços presentes em muitos indivíduos? Ou, vice-versa, isso é algo realíssimo em si e por si, independente das nossas representações? E depois, sobretudo: o singular é distinto dos seus semelhantes porque, ao lado das faculdades comuns de linguagem e de pensamento, faz valer características ulteriores, essas, sim, únicas e irrepitíveis (por exemplo, um desejo ou uma paixão)? Ou então, ao contrário, aquele singular é distinto dos seus semelhantes única e exclusivamente porque representa uma modulação peculiar das faculdades comuns de linguagem e de pensamento? A individuação advém em virtude de algo que se adiciona ao comum, ou tem lugar no seio deste último? Perguntas abstratas, por certo, mas nelas, repito, está colocado o problema de qual seja a relação entre *general intellect* e os indivíduos particulares que compõem a multidão.

**IHU On-Line – Hardt e Negri disseram no livro *Multidão*: “tudo o que podemos dizer no estado no qual nos encontramos é que a ampla difusão social e a importância econômica dessas práticas oferecem condições que tornam possível um projeto para a criação de uma democracia fundada sobre a livre expressão e a vida em comum. O projeto de multidão é a realização desse projeto”. Como o senhor explicaria essa afirmação?**

**Qual é a sua opinião sobre ela? Que exemplos poderia citar?**

**Paolo Virno** – Imagino que Michael e Toni se referiram à possibilidade de traduzir a cooperação produtiva, baseada na comunicação lingüística e no saber, numa República não mais estatal, pois a questão delicada (com a qual se mensura o movimento neoglobal, de Seattle aos vários *meetings* de Porto Alegre) está, precisamente, na transposição do que emerge no processo do trabalho numa ordem constitucional alternativa à que caracteriza o Estado soberano moderno. A socialidade do processo de trabalho apresenta-se, hoje, como um recurso apreciado do qual se apropria a empresa capitalista. Todavia, esta mesma socialidade tem características tais que se podem delinear virtualmente novas instituições democráticas, ou melhor, instituições democráticas não mais baseadas na delegação e na representação, mas na capacidade da multidão de padronizar saberes, técnicas, informações. Procuo explicar-me melhor. O verdadeiro problema, hoje, é que o *general intellect* continua a manifestar-se como trabalho assalariado. As leis da economia continuam a aplicar-se a isto (saber, invenção, pensamento), que o excede e contradiz. É preciso cortar o nexo entre *general intellect* e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre *general intellect* e ação política. A crítica do trabalho assalariado requer a criação de instituições baseadas na publicidade do intelecto.

**IHU On-Line – As novas tecnologias exigem o trabalho de multidão, o *general intellect* de Marx. Exigem trabalho coletivo, mas, no sistema capitalista individualista, privado, parece ser muito difícil. Há uma contradição entre o sistema que vivemos e a necessidade de socialização que demandam as novas tecnologias? Que rumos se podem vislumbrar para sair dessa contradição?**

**Paolo Virno** – Marx, diante das primeiras sociedades por ações, escreveu que se tratava de “uma superação da propriedade privada sobre a própria base da propriedade privada”. Hoje, se poderia dizer algo semelhante a propósito do *general intellect*: ele exprime a superação do trabalho assalaria-

do sobre a própria base do trabalho assalariado, a saber, quando ainda predominam as regras e as unidades de medida que contradistinguem este último. Tanto no que se refere às sociedades por ações quanto no que se refere ao *general intellect* são possíveis dois erros especulares. O primeiro consiste em pôr unilateralmente o acento na palavra “superação”: finalmente se superou a propriedade privada ou o trabalho assalariado, vencemos de modo indolor, o desenvolvimento técnico dissolveu o domínio capitalista. Segundo erro possível: dar unilateralmente importância ao trabalho assalariado que continua a subsistir também em presença do *general intellect*: dir-se-á, então, que tudo é como antes, sem nenhuma diferença de relevo. É preciso evitar ambos os erros: o *general intellect* mostra a superabilidade concreta, realista, do trabalho assalariado, mas este continua a subsistir também quando se afirmaram as condições materiais que poderiam decretar-lhe o fim. Esta situação é cheia de paradoxos, mas é encarada sem simplificações.

**A cooperação subjetiva**

Uma outra consideração. Desde sempre, o capitalista se apropria diretamente, sem pagá-la de nenhum modo, daquela gigantesca força produtiva que é a cooperação social. O capitalista paga o salário a cada trabalhador singular, mas se apossa gratuitamente da interação entre os trabalhadores singulares, uma interação cujo resultado é muito maior do que a soma aritmética das partes. Hoje, a apropriação privada de um processo de trabalho constitutivamente social é impulsionada ao grau máximo. Também porque hoje a cooperação não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absolver. Eu me explico: uma parte do trabalho consiste, hoje, em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante de algo que chamarei de cooperação subjetiva.

**IHU On-Line – Como se entende a apropriação da mais-valia nestes casos?**

**Paolo Virno** – O mais-valor, ou mais-valia, é o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida. O mais-valor é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extra-trabalho não é paga pelo salário, obviamente, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Devíamos considerar o “processo de trabalho” somente como uma parte de um “processo de produção” mais geral, que compreende, em si, a vida como tal.

**IHU On-Line – O que acontece com aquelas pessoas preparadas, exclusivamente, para um trabalho fordista? Que alternativas existem para o desemprego em massa que não tem sido resolvido pelo governo de “esquerda” como foi prometido?**

**Paolo Virno** – O direito à vida é afirmado independentemente de o ter ou não ter um emprego. A precariedade crônica, ou seja, a alternância entre trabalho e não-trabalho, não é mais um fenômeno da economia obsoleta, mas caracteriza as pontas avançadas do desenvolvimento capitalista. Se é assim, a exigência de um “retorno de cidadania”, de um *basic income*, não tem nada de utópico: é realista e razoável (como, em outros tempos, foi realista e razoável falar de liberdade e igualdade). Gostaria de aproveitar esta pergunta para esclarecer um ponto delicado. O pós-fordismo não se reduz, certamente, a figuras profissionais particulares, que se contradistinguem de refinamento intelectual ou de dotes “criativos”. É óbvio que os trabalhadores da mídia, os pesquisadores, os engenheiros, os operadores ambientais etc. são e sempre serão uma minoria. Por “pós-fordismo” entendo, ao invés disso, características que se referem a toda a força de trabalho contemporânea, incluindo os coletadores de frutas e os mais miseráveis emigrantes. Eis algumas características: capacidade de reagir intempestivamente à inovação

constante de técnicas e modelos organizacionais, um acentuado “oportunismo” em arranjar-se entre as diversas possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, familiaridade com o possível e o imprevisto, aquela iniciativa mínima que permite decidir qual será “a coisa justa” a fazer no interior de um fluxo produtivo não-linear, uma certa familiaridade com as redes comunicativas e informativas. Como se vê, estes são dotes genericamente humanos, e não fruto de uma “especialização”. O que defendo é que o pós-fordismo mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos. Quando falo de “intelectualidade de massa”, não me refiro, por certo, a biólogos, artistas, matemáticos etc., mas ao intelecto humano em geral, ao fato de que este foi posto a trabalhar como jamais o foi anteriormente. Olhando atentamente, o pós-fordismo se serve de capacidades aprendidas antes e independentemente da entrada no mundo do trabalho: capacidade induzida da incerteza da vida metropolitana, do desenraizamento, dos choques perceptivos devidos à mudança tecnológica, e mesmo dos jogos de vídeo e do uso dos celulares. Tudo isso está na base da “flexibilidade” pós-fordista. Essas experiências extravalorativas se tornam depois, na produção *just in time*, verdadeiros e próprios requisitos profissionais.

**IHU On-Line – Que novos sentidos poderia estar tomando a política a partir das novas tecnologias socializadas (como o exemplo da Wikipédia)?**

**Paolo Virno** – Não é fácil individuar as formas de resistência dentro e contra a “sociedade de controle”. Após Seattle, Gênova, Porto Alegre, vimos emergir uma “nova espécie” social e produtiva: a intelectualidade de massa, ou seja, aquela multidão de homens e mulheres que, usando o pensamento e a linguagem como utensílios e matéria-prima, constituem o autêntico pilar da riqueza das nações. Migrantes, precários de todo gênero, fronteiriços entre trabalho e não-trabalho, sazonais dos McDonalds e conversadores por tarefa dos *chat-lines*, pesquisadores e informatas: todos eles são, a pleno título, o “intelecto geral”, o *general intellect* (saber, iniciati-

va subjetiva, força-invenção) que é, conjuntamente, a principal força produtiva do capitalismo pós-fordista e a base material para acabar com a sociedade mercantil e com o Estado como sinistro “monopólio da decisão política”. Em fins do século XIX, os tipógrafos, os curtidores, os têxteis etc. – em suma, os membros das inúmeras associações profissionais – descobriram o que os unia: serem, todos, dispêndio abstrato de energia psicofísica, trabalho em geral. Hoje, uma multidão de “indivíduos sociais” – tanto mais ativos da própria singularidade irrepetível quanto mais correlacionados entre si numa espessa trama de interação cooperativa – se reconhecem como intelecto geral da sociedade.

### **Como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais”?**

O *general intellect* – “pensamento que deseja, e desejo que pensa”, para utilizar uma bela expressão de Aristóteles – mostra a sua face política com a razoável pretensão de um *basic income* [renda básica] universal e com a recusa de qualquer *copyright* sobre os produtos do recurso comum, que é a mente humana. Resta o problema mais espinhoso: como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais” que, no momento, é ainda fragmentada, exposta ao recato, em suma, não organizável? A intelectualidade de massa sofre para converter o próprio poder produtivo em poder político. A primeira questão na ordem do dia é a das formas de luta. É estúpido quem crê que individualizar as modalidades do conflito (como greve, sabotagem etc.) seja um problema técnico, simples corolário do programa político. Bem ao contrário: a discussão sobre as formas de luta é a mais intrincada, verdadeiro banco de prova de qualquer teoria política de qualquer orientação. Interdependência, conhecimentos compartilhados, capacidade de correlacionar-se e interagir: esses “dotes profissionais” da multidão pós-fordista devem tornar-se temíveis instrumentos de pressão. As plataformas reivindicadoras, em síntese, o “que coisas queremos”, dependem por inteiro do “como podemos agir” para modificar as relações de força no interior desta organização social deste tempo e espaço. Tudo de-

pende, então, da invenção, sem preconceito, de novos “piquetes” e novos “cortejos internos”, que estejam à altura da necessária flexibilidade e do modelo de acumulação baseado no *general intellect*.

### **IHU On-Line – Como descreveria o perfil do trabalhador do século XXI?**

**Paolo Virno** – Parece-me que, no atual processo de trabalho, sejam valorizadas todas as faculdades que caracterizam a espécie *homo sapiens*. A “natureza humana” torna-se, como tal, um recurso econômico. O conceito de “força-trabalho” compreende, pela primeira vez, não só os aspectos corpóreos (força física e nervosa), mas também o pensamento, a linguagem, a imaginação, os afetos. O trabalhador do século XXI aplica, no processo produtivo, os mesmos dotes, graças aos quais está no mundo, tem relações com os seus semelhantes, faz frente ao imprevisto. Tudo isso se exprime, mas de modo completamente mistificado, no grande uso que os patrões fazem do termo “profissionalismo”. Note-se: profissionalismo, não especialização. A diferença é de grande monta. “Especialização” indica um conjunto de atribuições pré-definidas que exigem um certo número, mais ou menos alto, de conhecimentos técnicos; que requer um aprendizado e, em certos casos, estudos adicionais. A “especialização” é uma prerrogativa objetiva que pode ser avaliada com base em parâmetros socialmente compartilhados. O “profissionalismo”, ao invés, é entendido como uma bagagem subjetiva, um saber-fazer indistinguível da pessoa singular, a síntese de conhecimentos, experiências vividas, atitudes, sensibilidade.

### **“Profissionalismo” pós-fordista: dotes de caráter**

Bem entendido, o “profissionalismo” pós-fordista não corresponde a nenhuma profissão definida. Ele resolve-se antes em certos dotes de caráter. Longe de indicar qualquer competência particular, “profissionalismo” é um termo recatado (e confuso) com o qual se designa a canalização ao trabalho de traços mais genéricos da pessoa. Com uma ressalva: nada mais e nada menos que a arte

de estar no mundo, de orientar-se nas mais variadas situações, de aparar os golpes do acaso. É tão mais significativo que esta arte de estar no mundo, transfigurada em “profissionalismo”, se apresente como precioso recurso produtivo. Nas entrevistas de admissão, por exemplo, conta mais a avaliação das propensões e dos hábitos, das ambições e dos “valores” do candidato, do que sua efetiva familiaridade com uma atribuição determinada. O objetivo, note-se, não é tanto o de apurar a disponibilidade em submeter-se, quanto comprovar a capacidade de reagir com prontidão e senso de oportunidade às contingências não programáveis da empresa de rede ou da produção *just in time*.

**IHU On-Line – Qual é, segundo sua visão, a situação do movimento *new global*?**

**Paolo Virno** – O movimento global, de Seattle em diante, assemelha-se a uma pilha voltaica de funcionamento reduzido: acumula sem gastar energia, mas não sabe como e onde descarregá-la. Está-se diante de um admirável entesouramento, ao qual não correspondem, por enquanto, investimentos adequados ou diante de um novo aparelho tecnológico, potente e refinado, do qual, todavia, ignoram-se as instruções de uso. A dimensão simbólico-midiática tem sido, ao mesmo tempo, ocasião propícia e limite. De um lado, garantiu a acumulação de energia, e, de outro, a impediu ou diferiu ao infinito a sua aplicação. Todo ativista sabe: o movimento global não consegue ainda incidir – entendo: incidir com o garbo de um ácido corrosivo – sobre a atual acumulação capitalista. De onde nasce a dificuldade? Por que a questão do lucro, mas também o funcionamento dos poderes constituídos, já não foram mais tão conturbados pelo movimento *new global*? A que se deve este paradoxal “duplo vínculo”, com base no qual o âmbito simbólico-comunicativo é, ao mesmo tempo, mola propulsora e fonte de paralisia? O impasse que atormenta o movimento global brota da sua inerência às atuais relações de produção. E não da sua indiferença ou marginalidade, como reputam alguns.

**Um movimento ético**

O movimento é a interface conflitante do processo de trabalho pós-fordista. Precisamente por isso (e não malgrado isso), ele se apresenta na cena pública como um movimento ético. Eu me explico. A produção capitalista contemporânea mobiliza, em benefício próprio, todas as atitudes que distinguem a nossa espécie, põe a trabalhar a vida como tal. Ora, se é verdade que a produção pós-fordista se apropria da “vida”, ou seja, das faculdades especificamente humanas, é óbvio que a insubordinação em seus confrontos se direcione para este mesmo fato, inclusive a vida, na produção flexível, vem contraposta à instância de uma “boa vida”. E a busca da “boa vida” é, precisamente, o tema da ética. Eis aí a dificuldade e, ao mesmo tempo, o desafio realmente interessante. O primado da ética é o fruto direto das relações materiais de produção. Este primado, porém, parece, de saída, afastar-se daquilo que o provocou. Um movimento ético procura interferir com o modo pelo qual hoje se forma o mais-valor. A força-trabalho que é o coração do pós-fordismo globalizado – precário, flexível, fronteiro entre ocupação e desocupação – defende alguns princípios generalíssimos que dizem respeito à “condição humana”: liberdade de linguagem, compartilhar daquele bem comum que é o conhecimento, paz, salvaguarda do ambiente natural, justiça e solidariedade, aspiração a uma esfera pública na qual sejam valorizadas a unicidade e irrepetibilidade de cada existência singular. A instância ética, que ainda tem suas raízes na jornada social de trabalho, sobrevoa esta última em alta quota, sem alterar as relações de força que vigem em seu interior. Erra quem desconfia da carga ética do movimento, acusando-o de negligenciar a luta de classes contra a exploração, mas erra também, por motivos especulares, quem se gaba desta carga ética, pensando que ela ponha finalmente fora de jogo categorias como a “exploração” e a “luta de classes”. Em ambos os casos se deixa escapar o decisivo: o nexos polêmico entre a instância da “boa vida” (que se encarnou em Gênova e Porto Alegre) e a vida colocada a trabalhar (fulcro da empresa pós-fordista).

## Wikipédia para uma sociedade livre e aberta

### *Entrevista com Jimmy Wales*

*Jimmy Wales graduou-se pelas universidades de Auburn e Alabama e cursou a pós-graduação nos programas de finanças das universidades de Alabama e de Indiana. Ensinou em ambas as universidades durante seus estudos, mas não escreveu a tese doutoral requerida para ganhar o doutorado nestas instituições. Tornou-se comerciante em Chicago, e, em poucos anos, tinha ganho o suficiente para o sustento seu e de sua esposa para o resto de suas vidas. Atualmente, se dedica exclusivamente aos projetos da Wikimedia Foundation.*

*Há um imaginário de sociedade que está por trás de obras coletivas como a Wikipédia. Nas palavras do seu fundador, Jimmy Wales, a Wikipédia foi criada para uma sociedade livre, uma sociedade aberta. O fundador da Wikipédia, a mais famosa enciclopédia livre da internet, e diretor da Wikimedia Foundation, o americano Jimmy Wales, concedeu entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005, na qual ele explica que a Wikipédia é uma enciclopédia livre e gratuita, feita por pessoas do mundo todo, em quase 80 idiomas. O seu conteúdo pode ser modificado e distribuído livremente. A versão da Wikipédia em língua portuguesa pode ser acessada no endereço [http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal). A Wikimedia Foundation (<http://wikimediafoundation.org/wiki/Home>) é uma organização que engloba diferentes projetos dentro da linha “free knowledge”, conhecimento livre, entre eles a Wikipédia; o Wiktionary, um dicionário multilingual; o Wikibooks, uma coleção de livros gratuitos na internet; e o Wikinews, um site gratuito de notícias, explica Wales.*

### **IHU On-Line – Como surgiu a idéia de criar a Wikipédia?**

**Jimmy Wales** – Observando o crescimento do movimento do *software* livre, que é um grupo de voluntários que cria todos os *softwares* que realmente fazem a Internet rodar,<sup>78</sup> percebi que as pessoas podem colaborar em vários tipos de trabalho. Tenho orgulho do site, mas tenho interesse em desenvolver nosso trabalho em países menos desenvolvidos. Creio que tornar o conhecimento livre muda a forma como o mundo funciona. Enfim, nosso trabalho é acabar com a exclusão digital.

### **IHU On-Line – Qual é o principal desafio da Wikipédia?**

**Jimmy Wales** – O desafio maior é lidar com o crescimento. O projeto ficou muito popular cedo demais, e nós sempre tivemos mais pessoas navegando no site do que podíamos imaginar, sem podermos dedicar-lhe a atenção devida. Então, tem sido um desafio comprar computadores em quantidade suficiente para suprir todas as demandas.

### **IHU On-Line – Quais são os assuntos favoritos dos co-autores da Wikipédia?**

**Jimmy Wales** – Os tópicos favoritos para contribuição são geralmente eventos/fatos atuais, que são muito populares. Sempre que há algo importante acontecendo no mundo, como, por exemplo, o Tsunami, ou o terremoto no Paquistão, e também tópicos sobre tecnologia, que são muito populares, muito bem-vindos.

<sup>78</sup> GNU/Linux e Apache, por exemplo. (Nota do tradutor).

**IHU On-Line – Quando é hora de parar de acumular informações sobre um assunto específico?**

**Jimmy Wales** – Nunca é hora de parar, porque há sempre a oportunidade de editar novas informações, novos fatos descobertos, mas depende muito de os editores voluntários discutirem o que escrever e quando devem parar o trabalho.

**IHU On-Line – O que garante a credibilidade das informações nesse ambiente virtual?**

**Jimmy Wales** – A qualidade de nosso trabalho, na mídia, é muito bom. Uma das razões disso é que é revisado por centenas (dúzias de centenas) de pessoas. Mas é um método não tradicional de criar conteúdo e, portanto, as pessoas se questionam sobre a confiabilidade. A melhor resposta é que na mídia é muito bom, mas é claro que é preciso olhar cada caso, pensar muito a respeito da origem da informação. Toda mudança no site vai para uma “página de pesquisa das mudanças” (*research changes page*), que é revisada pela comunidade de colaboradores. Cada mudança é revisada por várias pessoas que determinam se é uma boa mudança ou não.

**IHU On-Line – Alguns membros da academia têm feito duras críticas à obra...**

**Jimmy Wales** – A maioria dos acadêmicos está bem empolgada com a idéia da Wikipédia. Para qualquer um envolvido com conhecimento, com ensino, é uma coisa realmente fantástica este esforço global para o compartilhamento de informações. Claro que há gente cética com relação aos nossos métodos, mas é preciso que entendam o que estamos tentando fazer.

**IHU On-Line – Seu trabalho declara o fim dos direitos autorais?**

**Jimmy Wales** – Tudo o que fazemos está baseado em licenças livres. As pessoas são livres para copiar, modificar e redistribuir nosso trabalho, o que é uma abordagem diferente dos *copyrights* tradicionais, que tentam controlar informações confidenciais/restritas. Nossa missão toda é compartilhar informações. Todas as pessoas que contribuem para o site com seu trabalho o fazem sob licença li-

vre, então a motivação delas para isso é especificamente contribuir com o conhecimento que elas têm. Tudo o que usamos no site é *software* livre. Somos grandes apoiadores do *software* livre; fazemos isso porque respeitamos sua liberdade, e também por ser o melhor *software* disponível para rodar no site.

**IHU On-Line – Como caracterizaria a sociedade que está por trás da Wikipédia?**

**Jimmy Wales** – Para uma sociedade livre, uma sociedade aberta. É o objetivo da Fundação Wikimedia. Queremos que as pessoas tenham acesso às informações, que tenham habilidade de usar os programas para que possam usar as informações, porque esta é a base para a cultura crescer a partir daí. Acho que o sucesso da Wikipédia vem da pureza e da simplicidade do conceito. Quando as pessoas começaram a ouvir sobre a Internet, todos pensaram: “Uau, isso é fantástico, a Internet é uma grande ferramenta para que indivíduos de todo o mundo compartilhem informações!”. Aí entramos em todo esse “ponto com”, e parecia que a Internet estava mais para *pop ups*, *spam* e coisas do tipo. A Wikipédia retorna às raízes do que deveria se tratar a Internet: um lugar onde as pessoas se unem para compartilhar informações. Isso é muito empolgante.

**IHU On-Line – Qual é o perfil das pessoas que trabalham na Wikipédia?**

**Jimmy Wales** – Nesta área, o principal é que as pessoas sejam amigáveis e que reflitam. Na Wikipédia, estas duas características têm maior importância, porque estamos tentando trabalhar juntos, colaborativamente, não apenas tentando gastar tempo discutindo, nem exatamente tentando ter um trabalho produtivo-lucrativo. Então as características pessoais são ser gentis, solícitas e reflexivas com os outros.

**IHU On-Line – Como as novas tecnologias transformaram o mundo do trabalho, na sua percepção?**

**Jimmy Wales** – Eu diria que, quando as pessoas têm acesso ao conhecimento, e a uma maneira de se auto-educar, se tornam muito mais hábeis para

o trabalho produtivo, o que ajudaria a acabar com o desemprego. Se elas tiverem acesso à educação e ao conhecimento, poderão aprender habilidades ou aquilo que as ajude a ser mais produtivas, qualquer que seja a área de trabalho que tenham escolhido. Na economia moderna, as pessoas devem aprender o máximo que podem sobre as

mais diferentes áreas do mundo, porque existem muitas coisas que demandam muito conhecimento. Tentamos nos concentrar em tornar nosso trabalho acessível para qualquer indivíduo que queira aprender. As pessoas podem aprender sobre tecnologia, história, política, sobre o que quer seja para se tornarem mais qualificadas em suas vidas.

## **“O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife”**

*Entrevista com Eduardo Batalha Viveiros de Castro*

Eduardo Batalha Viveiros de Castro é graduado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e mestre e doutor em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a tese *Arawete: uma visão da cosmologia e da pessoa tupi-guarani*. Coursou pós-doutorado na *Université Paris X Paris-Nanterre (França)*. Organizou as obras **Arawete: os deuses canibais** (Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS, 1986) e **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios** (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995), e escreveu **A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)** (São Paulo: Cosac & Naify, 2002). Viveiros de Castro atua, igualmente, como consultor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP. O professor é autor do projeto de um livro que já acumulava 600 páginas escritas por ele e se transformou num texto coletivo abrigado numa página da internet. Quem acessa o endereço [amazon.wikicitities.com/wiki/Projeto\\_AmaZone](http://amazon.wikicitities.com/wiki/Projeto_AmaZone), pode ler e, se quiser, modificar o texto livremente para, por sua vez, ter sua própria modificação também modificada, aceita ou rejeitada.

Viveiros é também professor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005, Viveiros afirma que é radicalmente contra a idéia de propriedade intelectual. “Acho que a noção de direito é um objeto não evidente do ponto de vista antropológico e que a expressão das relações sociais em termos de ‘direitos’ é uma invenção ocidental muito curiosa e muito perigosa”.

**IHU On-Line – Após escrever mais de 600 páginas, o senhor decidiu que a melhor maneira de dar continuidade ao seu pensamento seria colocá-lo à disposição de outras contribuições, que modificassem seu texto e construíssem uma obra coletiva, permitindo o acesso e a intervenção de quem quiser nos trechos levados à rede. Como surgiu essa idéia e o que a motivou?**

**Eduardo Viveiros de Castro** – A idéia surgiu por uma certa insatisfação minha com a dinâmica da produção intelectual escrita. Primeiro, insatisfação com o tempo que leva entre a redação de um texto e sua publicação: na melhor (menor) das hipóteses, um ano. Àquela altura, já estamos pensando em outra coisa, e as reações dos leitores, que também demoram a chegar, terminam criando uma defasagem semelhante à que vigora em astronomia, em que a luz daquela estrela que vemos agora foi emitida há milhões de anos, por exemplo. Segundo, insatisfação com a falta de ferramentas para trabalhar a intertextualidade intrínseca do texto acadêmico; o recurso básico que usamos para suscitar/conjurar a presença da palavra alheia no interior de um discurso são as aspas das citações. Invenção genial (e radical), diga-se de passagem; mas é preciso ir adiante e inventar outros recursos, criando articulações mais flexíveis. Talvez seja necessário explorar, muito mais intensivamente do que já vem sendo feito, o discurso indireto livre (no sentido conceitual mais que meramente estilístico), por exemplo. Terceiro, insatisfação com a associação excessiva, em todos os sentidos da palavra, entre um nome de autor e textos, situação que tende a favorecer um manejo

identitário dos conceitos, transformados emblemas de personalidades antes que multiplicidades ativas. O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife.

**IHU On-Line – O senhor afirma que esse modelo de colaboração reflete melhor a criação acadêmica. Pode explicar melhor como a produção intelectual pode estar associada a esse tipo de trabalho imaterial coletivo?**

**Eduardo Viveiros de Castro** – A produção intelectual, em particular a acadêmica, é, por definição, coletiva. Cada pessoa pensa sozinha, sem dúvida – ou pelo menos deveria – mas sozinha em rede, como um nó só de uma singularidade enlaçada em uma rede cuja malha se espalha em diversas direções e se dobra em múltiplas dimensões (de tempo, de espaço). O modelo de colaboração que estamos experimentando procura desempacotar, explicar ou desdobrar a rede, de modo a tornar mais visíveis e manejáveis os laços entre os textos, os conceitos, os movimentos. A idéia é produzir uma intertextualidade mais sintagmática, ou horizontal, no lugar da intertextualidade usual, antes paradigmática e vertical, do texto autorado e publicado, em que o nome do autor vem no começo, a bibliografia no fim, e as aspas encerram os outros, não o eu. “Autor” é o que escreve sem aspas, presença pura a si; “bibliografia” é o que está presente entre aspas, mediatizado. O que estamos buscando é uma espécie de hipertexto (não apenas no sentido usual do termo), no qual essa organização seja colocada para derivar e variar. Um princípio construtivo desse hipertexto é o princípio hermenêutico clássico de que todos os escritores que tratam do mesmo objeto são o mesmo escritor.

**IHU On-Line – Qual o perfil das pessoas que interferem no “texto-piloto” e que tipo de colaboração é mais comum? Como tem sido o aproveitamento das interferências?**

**Eduardo Viveiros de Castro** – Por ora, a maioria esmagadora das pessoas que interfere são aquelas que conhecemos pessoalmente. Gente que já estava no bonde antes de ele começar a andar e que compartilha o interesse pelos temas, o conhe-

cimento do contexto, o horizonte de referências. Entretanto, de vez em quando, passa um cometa. E, de qualquer modo, o interessante é ver a interdigitação de várias vozes em um mesmo plano eletrônico-palimpséstico. Por mais que as vozes já se tenham ouvido umas às outras, o novo ambiente de produção sugere inflexões inéditas, e encontros inesperados. Quanto ao aproveitamento, por ora quase tudo é incorporado. Ainda está muito cedo para saber o que ficará e o que será descartado. De qualquer modo, é importante se notar que nosso wiki não é um projeto popular, que interessa a um número enorme de pessoas. Tampouco é apresentado de maneira a atrair colaborações aleatórias dos transeuntes. Primeiro, está escrito principalmente em português; segundo, é bastante técnico; terceiro, não é um lugar onde se trocam opiniões ou se “debatem” pontos de vista sobre questões candentes da doxa contemporânea.

**IHU On-Line – De que forma o senhor vê que o resultado final do livro vai refletir o seu próprio regime de produção?**

**Eduardo Viveiros de Castro** – Não sei ainda se isso que está no wiki vai se transformar em um livro no sentido usual do termo. Se o for, de qualquer forma, será um livro “assinado” por um actante chamado AmaZone. Ele precisará envolver novas soluções gráficas. De qualquer modo, queremos ver se criamos algo realmente inovador, um outro gênero antropológico, nem monografia, nem tratado, nem enciclopédia, algo onde a conceitualidade indígena possa repensar realmente a conceitualidade antropológica.

**IHU On-Line – Como é o relacionamento virtual dos co-autores?**

**Eduardo Viveiros de Castro** – Como eu disse, os co-autores se conhecem pessoalmente. Em sua imensa maioria, não tão imensa assim, pois até agora somos poucos, uma vintena no máximo. Há grande respeito mútuo; talvez até demais (por ora), no que concerne ao modo como se interfere nos textos já publicados (no wiki). Em geral, as pessoas pensam parágrafos aos parágrafos já escritos, hesitando muito em interferir na trama do que já foi tecido, mas creio que é preciso avançar

por ali, até um certo ponto, pois o objetivo não é nunca o de chegarmos a um texto consensual, uma redação média que agrade a todos ou que desagrade o mínimo a todos. É fundamental preservar marcas de heterogeneidade, que não precisam ser, aliás, simplesmente as assinaturas dos diferentes redatores. Há outras formas de heterogeneizar.

***IHU On-Line – O senhor é o administrador? Qual o seu papel? Qual o respeito com o texto original que há? E como é feita a edição das interferências?***

**Eduardo Viveiros de Castro** – Sou o “fundador” do wiki, isto é, seu administrador e moderador. Só eu posso suprimir uma página, por exemplo, isto é, fazê-la desaparecer da memória do wiki, se julgar que ela é inadequada aos seus propósitos, ou ofensiva, agressiva etc. Só eu posso carregar imagens, documentos etc. Tudo isso é provisório. Minha idéia é ampliar o consórcio de administradores para uns três ou quatro. Contudo, agora, como é próprio de um wiki, todo mundo pode editar todos os textos, modificá-los, cortar pedaços, pendurar páginas novas... As grandes mexidas editoriais, de caráter organizacional, ainda sou eu quem está fazendo, praticamente, sozinho.

***IHU On-Line – Segundo Hardt e Negri, o “trabalho imaterial” dos trabalhadores do conhecimento difere do trabalho na era industrial, porque não produz objetos, mas relações sociais. É inerentemente comunitário, o que implica que ninguém pode legitimamente se apropriar dele para objetivos particulares. O senhor afirma que, em seu trabalho, em algum momento indefinível, a obra terá um autor múltiplo. Como fica aí a questão dos direitos autorais?***

**Eduardo Viveiros de Castro** – Não pensei muito nos aspectos jurídicos do wiki. Estamos subs-

crevendo automaticamente, ao sermos abrigados no site wikicities, o regime do Creative Commons, iniciativa pela qual tenho, em princípio, a maior simpatia. Sublinho, porém, que sou, mais que em princípio, por princípio, radicalmente contra a idéia de propriedade intelectual. Acho que a noção de direito é um objeto não evidente do ponto de vista antropológico e que a expressão das relações sociais em termos de “direitos” é uma invenção ocidental muito curiosa e muito perigosa, uma vez que o único direito originário é o direito de propriedade – “direito de propriedade” me parece um pleonasma. A obra wiki, cujo título é homônimo de seu autor (AmaZone é o autor de “AmaZone”), é, como vocês dizem, a obra feita por um autor múltiplo, e não por “múltiplos autores”. O autor é uma multiplicidade relacional. Não estamos interessados em direitos, mas em relações.

***IHU On-Line – E qual sua opinião sobre a confiabilidade das informações em ambientes virtuais, em que não se sabe ao certo quem elaborou o conteúdo, já que essa é a principal crítica de quem não apóia esse sistema?***

**Eduardo Viveiros de Castro** – Não confie em nada. Nem no que está na Wikipédia, nem alhures. Não confie – confira.

***IHU On-Line – Quais as características fundamentais que o trabalhador desse novo sistema deve ter?***

**Eduardo Viveiros de Castro** – Gostar mais da antropologia do que de “ser antropólogo”, para usar o exemplo de minha própria profissão: estar mais interessado no mundo do que em si mesmo, ou, dito de outra forma, estar mais preocupado com o que faz do que com a própria carreira. Achar que o texto faz o autor e não, vice-versa.

## A lógica diferenciada de se relacionar com o conhecimento

*Entrevista com Carla Schwingel*

Carla Schwingel é graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e mestre e doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a tese Sistemas de publicação no jornalismo digital. Atualmente, Carla é professora da UFBA.

Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 161, de 24 de outubro de 2005, Carla, ao falar sobre a construção coletiva do conhecimento na Internet, sustenta que “o fato de deixar disponível o código-fonte para qualquer pessoa alterar, trocar, é um dos fatores instigantes da cultura que emerge das práticas sociais do ciberespaço”. Na opinião da professora, “quando a pessoa tem idéias e as compartilha, outras idéias são agregadas e novas surgem. É sair da lógica da escassez para a da abundância. Esta é a lógica do excesso que o ciberespaço nos proporciona”. Confira, a seguir, a entrevista na íntegra.

**IHU On-Line – Qual sua opinião sobre as obras construídas coletivamente, como a Wikipédia, por exemplo? Como se entendem, nesse tipo de obras, os direitos autorais e o *copyright*?**

**Carla Schwingel** – As obras de autoria coletiva representam uma forma diferenciada de relação com o conhecimento. Nelas, a informação é de todos, ou seja, qualquer informação inclusa naquelas páginas (sítio, publicação) é responsabilidade

daquela comunidade associada. Nenhum integrante daquele grupo pode se eximir de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo. Também são uma forma de publicação de informações, pois, por meio das tecnologias de postagem, o wiki, qualquer pessoa pode publicar, retirar, alterar o conteúdo. Essas tecnologias distribuídas permitem o que alguns pesquisadores denominam de liberação do pólo de emissão. A Wikipédia é uma grande enciclopédia onde as pessoas podem encontrar informações incluídas por outras pessoas, mas também, ao se considerarem especialistas naquela área, podem alterar algum dado incorreto. É resultado de uma comunidade internacional de desenvolvedores de *softwares*, que busca lidar com o conhecimento de forma diferenciada, de acordo com os preceitos do *software* livre. Os direitos autorais são coletivos, ou seja, pertencem àquela comunidade. Agora, como elas representam outra lógica, não se pode mais falar de *copyright*, a lógica vigente é a do *copyleft*, do deixar copiar, e a regulamentação é a do Creative Commons,<sup>79</sup> com licenças que salvaguardam alguns direitos, não todos. As pessoas quando entram no projeto sabem quais são os preceitos e aceitam tais condições.

**IHU On-Line – E como a senhora avalia a questão da confiabilidade das informações em ambientes virtuais em que não se sabe ao certo quem elaborou o conteúdo?**

<sup>79</sup> O projeto *Creative Commons* se propõe a ser uma alternativa ao *all rights reserved* (todos os direitos reservados), com base na idéia de que, com a Internet, o direito precisa ser mudado. As licenças de bens intelectuais, como *software*, músicas, livros, filmes, teriam diversos níveis de acesso, desde a livre distribuição à permissão apenas para *download*, vedação de circulação e uso comercial, segundo escolha dos autores. O Brasil é o terceiro país a abraçar o projeto, depois da Finlândia e do Japão. A expectativa é de que, até o final deste ano, mais de 50 países tenham aderido ao *Creative Commons*. (Nota da **IHU On-Line**)

**Carla Schwingel** – Gosto muito da visão dos propositores desses projetos e dessas tecnologias, como Ward Cunningham, inventor do wiki, de que são ferramentas colaborativas nas quais todos podem acrescentar, alterar o conteúdo. Por isso, a responsabilidade editorial, se assim quisermos falar, é da comunidade. Se é uma comunidade, são várias as pessoas responsáveis, podendo todas atuar como editores. Assim, quando uma informação está imprecisa, cabe à pessoa que percebeu a imprecisão fazer a correção. É a idéia de que o conhecimento de muitos é maior do que o de um, ou seja, da inteligência da coletividade. Participo de algumas comunidades que utilizam a tecnologia wiki para produção de conteúdos, e a questão da confiabilidade é, muitas vezes, bem maior do que a de uma publicação editorial tradicional, como esta que vocês estão produzindo aqui, que é feita pelo repórter e passa pelo editor ou pelos editores. Em um projeto wiki, todos os demais, não somente o editor, comentam, acrescentam, criticam a informação postada. Se a publicação é anônima, a crítica é para a comunidade em si. Se não é anônima, como na maioria dos wikis, e não que a pessoa precisa se cadastrar e os administradores do projeto sabem quem postou aquela informação, a resposta é direcionada e, muitas vezes, se quem postou teve uma atitude considerada destoante da comunidade, pode ser banido do projeto. O que algumas pessoas esquecem é que a lógica do ciberespaço, da construção coletiva, é a mesma das relações pessoais, ou seja, um grupo, uma comunidade, possui regras, e, se alguém não se enquadra, é banido. Algumas pessoas passam a utilizar a Internet sem conhecer a “etiqueta” da rede. Isso significa, por exemplo, não usar letras maiúsculas nas mensagens, porque significa que estamos gritando. Nos projetos de desenvolvimento colaborativo, a sensibilidade para essas “normas”, “regras” da Internet é muito apurada, pois são comunidades formadas por téc-

nicos, desenvolvedores, hackers, pessoas que utilizam há muito tempo a rede, que não possuem paciência para ações que não venham agregar em prol do objetivo do projeto, por isso que são projetos específicos. A confiabilidade passa também a ser responsabilidade do leitor. E isso é muito interessante, pois modifica totalmente uma relação, um contrato de leitura estabelecido.

**IHU On-Line – Qual a sua opinião sobre o software livre e o fato de os seus idealizadores considerarem o código-fonte como um bem cultural da humanidade? Que tipo de reflexos esse pensamento pode acarretar na sociedade? Ou ele já é um reflexo da sociedade contemporânea?**

**Carla Schwingel** – Os desenvolvedores de *software* livre consideram o código-fonte um bem cultural da humanidade porque ele é um ferramental a ser aplicado a distintas situações. Essa é a lógica diferenciada de relacionar-se com o conhecimento. Richard Stallman,<sup>80</sup> ao defender o *software* livre, ressalta que a comunidade de desenvolvedores da Internet trocava códigos-fontes como se trocam receitas culinárias. Em outras palavras, a efervescência e diversidade da cozinha nos restaurantes internacionais, por exemplo, somente existe em função da troca, da alteração, da mistura. Eles falam sobre o patenteamento das fórmulas matemáticas. Se outras ciências não pudessem usar a matemática, como seria nossa ciência e evolução? Bens imateriais são difíceis de serem avaliados. O código-fonte é um bem simbólico intangível, então como poderia ser avaliado? O fato de deixar disponível o código-fonte para qualquer pessoa alterar, trocar, acreditar, é um dos fatores instigantes da cultura que emerge das práticas sociais do ciberespaço. Essas práticas não são desvinculadas das questões sociais mais amplas, mas não concordo com a visão de alguns sociólogos de que essas comunidades estão juntas pelo sim-

<sup>80</sup> Richard Stallman: conhecido no mundo inteiro pela sua defesa e desenvolvimento do *software* livre. Ele é o fundador do projeto GNU lançado em 1984, para desenvolver o sistema operacional do *software* livre. Estudou Física em Harvard e trabalhou no Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) antes de se converter no grande libertário da informática. Em 1984, fundou a Free Software Foundation ([www.fsf.org](http://www.fsf.org)). Publicamos uma entrevista com Richard Stallman no número 69 da **IHU On-Line**, de 04-08-2003, em que discutimos a questão do *software* livre. Ele concedeu uma entrevista exclusiva à revista **IHU On-Line** na edição número 136, de 11 de abril de 2005. Sua página pessoal na Internet é <http://www.stallman.org/>. (Nota da **IHU On-Line**)

ples prazer do estar junto, sem um objetivo comum. No ciberespaço, grupos como o dos desenvolvedores de *software* livre têm objetivos bem definidos. Os projetos de desenvolvimento colaborativo também têm objetivos. O acesso à informação, ao conhecimento, é um dos preceitos muito interessantes dessa cultura. E está sendo muito bem apropriado pela sociedade de forma mais ampla com a adoção das licenças do Creative Commons para a produção intelectual. Do meu ponto de vista, porém, o fator diferenciador e extremamente instigante dessa cultura, que denomino de cultura livre, é o desenvolvimento colaborativo, ou seja, a forma diferenciada de se lidar com processos criativos, de construção do conhecimento. E obviamente que para isso o acesso à informação (ao código-fonte, no caso de desenvolvimento) é fundamental. Todavia, o desenvolvimento colaborativo somente é revolucionário se estiver associado aos preceitos da economia solidária, que busca formas diferenciadas de produção.

**IHU On-Line – Qual sua opinião sobre a máxima de Linus Torvalds: “libere cedo e frequentemente, delegue tudo o que você possa”?**

**Carla Schwingel** – Esse é um dos preceitos do desenvolvimento colaborativo, é a inversão da produção cheia de segredos, de silêncio da catedral para a efervescente, ruidosa forma do bazar, da feira. Acho interessantíssima a idéia de não haver a necessidade de se esperar que algo fique “pronto” para ser divulgado. É a lógica do digital, da atualização constante. Não há mais a necessidade de um horário de fechamento, nos produtos do jornalismo digital, por exemplo, onde há vários “fechamentos” durante o dia. Sempre considerei que quem faz segredo de suas idéias é porque tem medo de que outro as roube, ou seja, de ficar sem nenhuma. Quando a pessoa tem idéias e as compartilha, outras idéias são agregadas e novas surgem. É sair da lógica da escassez para a da abundância. Esta é a lógica do excesso que o ciberespaço nos proporciona. O liberar cedo é o partilhar idéias; quanto mais se partilha, mais se tem. Quando há uma nova alteração, uma nova agregação de conhecimento, partilhe novamente e delegue a outros a construção daquelas partes em que são especialis-

tas. Se outra pessoa possui conhecimento maior do que você em determinado assunto, delegue a ele. Essa é a lógica do desenvolvimento colaborativo, por isso que a confiabilidade também é responsabilidade do leitor, do usuário, do agente. Há uma idéia muito interessante sobre como, em poucos anos, o leitor passa a ser também escritor. É a noção do *screener* que não mais compreenderia uma função de leitor e outra de escritor. Elas seriam indissociáveis, e as tecnologias colaborativas mostram muito disso.

**IHU On-Line – Um projeto coletivo não precisa de um líder que coordene as informações?**

**Carla Schwingel** – O líder de um projeto é quem coordena, direciona, motiva as ações dos demais envolvidos. Ele é uma das condições para o desenvolvimento de projetos colaborativos, de acordo com Eric Raymonds, que sistematiza o modo de criar da comunidade de código aberto. O que eu coloco em questão é esta necessidade de um líder. Será que esta liderança é tão necessária? Será que não se pode chegar a formas diferenciadas de liderança?

**IHU On-Line – Como o jornalismo pode ser pensado nessa estrutura? Como o senhor vê a experiência dos blogs jornalísticos em relação à confiabilidade da informação? Esse novo sistema pode representar, para o jornalista, a perda do controle do processo de produção de informações no ciberespaço?**

**Carla Schwingel** – O jornalismo está sendo pensado nesta estrutura. O jornalismo *open source* é um exemplo. O Centro de Mídia Independente, o OhMyNews, o SlachDot são exemplos de publicação distribuída, de usuários produzindo notícia. Com as tecnologias de publicação de conteúdos na Internet, o jornalismo digital pode efetivamente ter um sistema diferenciado e próprio de produção. A questão da confiabilidade da informação no jornalismo é uma, a confiabilidade da informação no jornalismo digital já é outra, e a confiabilidade da informação nos blogs jornalísticos é também outra. Hoje, ela é muito atrelada à representatividade do profissional, à sua história profissional, que geralmente é feita em outra mídia. Quando, po-

rém, se fala em confiabilidade da informação, gosto muito da resposta que os coletivos do CMI elaboraram, ou seja, qual é a confiabilidade da informação passada por um jornalista que possui determinadas crenças, educação, cultura; que escreve para um veículo com determinados interesses comerciais, pertencente a pessoas (grupos) com outros negócios e que, muitas vezes, nem possui um posicionamento editorial claro? No caso dos projetos colaborativos, que é meu foco principal de interesse, a confiabilidade se dá pela comunidade, pela livre postagem, pelos mecanismos interativos.

***IHU On-Line – Qual é a diferença entre um hipertexto cooperativo e um hipertexto-colagem?***

**Carla Schwingel** – Estes são conceitos do professor Alex Primo, da UFRGS. No hipertexto cooperativo, a produção do conteúdo é de todos,

conforme descrevo nos exemplos dados da tecnologia wiki, em que todos são os autores de todos os textos de determinado produto/projeto. Já no hipertexto-colagem, cada autor faz um texto, produz uma informação e eles passam a compor um produto.

***IHU On-Line – Que relações podem ser estabelecidas entre o trabalho colaborativo e a economia solidária?***

**Carla Schwingel** – A relação a ser feita aqui se dá no sentido de que o trabalho colaborativo estabelece uma lógica diferenciada de produção, em que a troca, a construção coletiva é evidenciada. A Economia Solidária também propõe uma lógica distinta de produção. Na base desta relação, está a teoria sistêmica e a compreensão da economia como parte do ambiente em que vivemos: um ambiente vivo, interdependente, cooperativo.